

# OFÍCIOS DE Clio

**REVISTA DISCENTE  
DOS CURSOS DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE PELOTAS**

Vol. 2, N°03 | agosto - dezembro de 2017 | ISSN 2527-0524



# OFÍCIOS DE Clio

**REVISTA DISCENTE  
DOS CURSOS DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE PELOTAS**

Vol. 2, N°03 | agosto - dezembro de 2017 | ISSN 2527-0524



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

### Reitor:

Pedro Rodrigues Curi Hallal

### Vice-Reitor:

Luis Isaías Centeno do Amaral

### Pró-Reitora de Graduação:

Maria de Fátima Cássio

### Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Flávio Fernando Demarco

### Pró-Reitora de Extensão e Cultura:

Francisca Ferreira Michelon

### Pró-Reitor Administrativo:

Ricardo Hartlebem Peter

### Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Otávio Martins Peres

## INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

### Diretor:

Sidney Gonçalves Vieira

### Vice-Diretor:

Sebastião Peres

## LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

### Coordenadora:

Lisiane Sias Manke

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional

Maria Inez Figueiredo Figas Machado – CRB 10/1612

Biblioteca Campus Porto – UFPel

O32 Ofícios de Clio: Revista Discente dos  
Cursos de História da  
Universidade Federal de Pelotas /  
Universidade Federal de Pelotas.  
Laboratório de Ensino de História  
– v.2, n.3 (2017) - Pelotas :  
UFPel, 2017 - .

Semestral  
ISSN: 2527-0524

1.História - Periódico. I. Universidade  
Federal de Pelotas.  
Laboratório de Ensino de História.

CDD: 981

## EXPEDIENTE

### Editor-Chefe

Gilson Moura Henrique Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

### Vice-Editora

Profª Drª Márcia Janete Espig - *Universidade Federal de Pelotas*

### Editoria

Bárbara Denise Xavier da Costa - *Universidade Federal de Pelotas*

Felipe Alves Pereira Avila - *Universidade Federal de Pelotas*

Jéssica Bitencourt Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Mariana Rockemback da Silva - *Universidade Federal de Pelotas*

Tamires Ferreira Soares - *Universidade Federal de Pelotas*

Thayná Vieira Marsico - *Universidade Federal de Pelotas*

## CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Dra. Alessandra Gasparotto - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.ª Drª Ana Inez Klein - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Carolina Kesser Barcelos - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Clarice Speranza - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª. Drª. Dalila Müller - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª. Drª. Daniele Gallindo G. Silva - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Elisabete Leal - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Juez José Rodrigues Fuão - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª. Drª. Larissa Patron Chaves - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Lisiane Sias Manke - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr.ª Lorena Almeida Gill - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo César Possamai - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Rejane Jardim - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Sebastião Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Viviane Saballa - *Universidade Federal de Pelotas*

## CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - *Universidade do Estado da Bahia*

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - *Universidade Federal da Bahia*

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Gilberto Calil - *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

Profª Drª Luiza Horn Iotti - *Universidade de Caxias do Sul*

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - *Universidade Federal do Rio Grande*

Profª Drª Carla Rodrigues Gastaud - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Carla Beatriz Meinerz - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia - *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Profª Drª Eliane Teresinha Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Guinter Tlajja Leipnitz - *Universidade Federal do Pampa*

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira - *Universidade do Vale do Rio dos Sinos*

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado - *Universidade Federal de Santa Catarina*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos - *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof. Dr. René Ernaini Gertz - *Pontifícia Universidade Católica - RS*

## Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>p.5</b>
--------------------------	------------

### **Dossiê: Movimentos Sociais e Identitários**

Apresentação do Dossiê <i>Micaele Irene Scheer.....</i>	<b>p.7</b>
--	------------

Jovens como esperança na transformação: a campanha <i>Juventude Participa!</i> em Campina Grande (PB 2009-2011) <i>José dos Santos Costa Júnior e Roger Camacho Barrero Júnior.....</i>	<b>p.10</b>
--	-------------

Movimento Quilombola na Paraíba: algumas considerações sobre a organização social pelo direito à terra <i>Iany Elizabeth da Costa.....</i>	<b>p.31</b>
---	-------------

Mulheres sem terra no surgimento do MST na Bahia (1987-89) <i>Leonardo Dantas D'Icarahy.....</i>	<b>p.44</b>
---	-------------

Contra o Estado Novo: manifestações e organizações em Portugal no período marcelista (1968-1974) <i>Pamela Peres Cabreira.....</i>	<b>p.63</b>
---	-------------

Manoel Henriques e as relações de poder nos Sertões De Macacu (1765- 1787) <i>Mariana Mendes Christo.....</i>	<b>p.83</b>
--	-------------

### **Dossiê Educação**

A educação como um meio transformador da consciência histórica <i>Jaqueline Kotlinski e Bruno César Pereira.....</i>	<b>p.104</b>
---	--------------

### **Artigos Livres**

O trabalho sob a ótica de Patrícia Galvão: uma análise a partir de <i>Parque Industrial</i> <i>Marcos Vinicius Ferreira Trindade.....</i>	<b>p.115</b>
--	--------------

A influência do cavaleiro sobre a nobreza medieval através de Sociedade Cavaleiresca de Georges Duby <i>Vitor Wieth Porto.....</i>	<b>p.126</b>
---	--------------

Em meio a Farrapos e Imperiais: A árdua e tortuosa administração do espólio do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire por Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire <i>Israel Tavares Boff.....</i>	<b>p.138</b>
---	--------------

### *Apresentação*

Após um agitado, porém ótimo, retorno das atividades de nossa Revista, nos deparamos com a continuidade de nosso trabalho. Não foi um trabalho simples, menos ainda livre de percalços, mas o resultado final é sempre o gratificante espelho de uma atuação que busca fazer com que o conhecimento histórico avance e seja visível no cotidiano de historiadores, estudantes e leitores em geral.

No presente número trazemos o Dossiê Movimentos Sociais e Identitários, com organização e apresentação de Micaele Irene Scheer, doutoranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O dossiê contém cinco artigos referentes a essa temática.

No Dossiê Educação, os graduandos em História pela Universidade do Centro-Oeste do Paraná, Jaqueline Kotlinski e Bruno César Pereira, nos levam a refletir sobre o papel transformador da educação na consciência histórica, focando o estudo no “ museu do seu Tuto” (de cunho privado, em Guarapuava – PR) como espaço de educação não-formal e sua colaboração para a educação étnico-racial, especialmente no que diz respeito ao negro. Sabemos que, para entender a sociedade brasileira, é preciso compreender e conhecer a importância do negro na composição dela, e é nessa linha de pensamento que o artigo segue.

Na seção de Artigos Livres, temos três produções de temáticas distintas. O primeiro é de Marcos Vinicius Ferreira Trindade, pós-graduando pela Universidade Federal do Maranhão, que trata sobre o trabalho e sua representação na literatura. Para isso, ele analisa a obra “Parque Industrial”, da escritora Patrícia Galvão, no contexto dos anos 30 e procura perceber como a autora entende o trabalho e como o aplica em sua obra literária, tendo em vista que a literatura é uma importante fonte de pesquisa para os historiadores. O artigo de Vitor Wieth Porto, graduando em História pela Universidade Federal de Pelotas, é uma abordagem historiográfica sobre o papel do cavaleiro na nobreza medieval através da obra de Georges Duby, em particular através do livro *Sociedade Cavaleiresca*. Neste artigo, o autor tenta entender se o cavaleiro pode ou não ascender na sociedade feudal, segundo a interpretação de Duby. O último artigo é da autoria de Israel Tavares Boff, pós-graduado em História e Cultura Afro-brasileira pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci de Indaial – SC. O artigo trabalha o período inicial da Guerra Farroupilha e trata especificamente da forma como uma herdeira de coronel administrou a herança advinda deste – incluindo escravos - e as

dificuldades que a mesma enfrentou (tais como saques) destacando ainda a participação dessa história na formação da cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

*A Equipe Editorial da Revista Discente Ofícios de Clio*

## *Dossiê Movimentos Sociais e Identitários*

### *Apresentação*

Braços erguidos, punhos cerrados. Essa imagem marca importantes momentos históricos em diferentes tempos e espaços. Os movimentos sociais e identitários são parte fundamental na engrenagem que move a História, mesmo quando reprimidos e/ou criminalizados. A Revista Ofícios de Clio oportuniza nesse número um espaço de divulgação de pesquisas e de debates entre historiadores que abordam esses movimentos. Objeto de estudo tradicional, normalmente filiado ao campo da História Social, compreendendo as perspectivas do trabalho, da política sindical e da etnicidade; recentemente, tem dialogado com outros campos e categorias de análise, por exemplo, cultura, gênero, *queer* e raça. Dessa forma, são contemplados por esse campo de estudo os movimentos de trabalhadores e de estudantes, os que lutam pelo acesso à terra e à moradia e os coletivos que defendem populações tradicionais. Também os movimentos LGBTQ+, feministas, raciais, entre outros. A agência desses sujeitos coletivos ou individuais são compreendidos a partir de suas formas de (re) organização, de expressão, de luta e o engajamento político e/ou intelectual de militantes e ativistas. A produção de conhecimento histórico sobre os movimentos sociais e identitários está em constante movimento, os pesquisadores tem ampliado os possíveis caminhos teórico-analíticos e metodológicos constantemente.

Esses movimentos são a origem de inovações e de produção de saberes articulados aos processos políticos, sociais e culturais nos quais estão inseridos. A própria produção intelectual formal está em transformação devido o engajamento de grupos sociais e identitários; principalmente a partir do tensionamento dos debates sobre racismo na sociedade brasileira e da implementação das ações afirmativas. Os ativistas passam a reescrever a sua própria História, desde o seu lugar de fala. O diálogo entre a História Social e o Tempo Presente também tem proporcionado discussões sobre a importância da perspectiva dos historiadores para a compreensão de ações coletivas contemporâneas, como as Jornadas de 2013 e o Golpe de 2016.

Os doutorandos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, José dos Santos Costa Júnior e Roger Camacho Barrero Júnior, ao escreverem o artigo “Jovens como esperança na transformação: a campanha *Juventude Participa!* em Campina Grande (PB 2009-2011)”, aproximam-se desse debate, ao buscar na perspectiva de análise do Tempo Presente elementos

para compreender os jovens como “sujeitos historicamente situados que participam de processos de transformação social e/ou manutenção e atualização de determinados modelos de comportamento e formas de ação social”. Suas fontes foram imagens, relatórios institucionais e boletins informativos, pelas quais analisaram o discurso sobre a participação política de jovens e os significados atribuídos aos conceitos de juventude, participação e cidadania. Ressalta-se que foi considerada a pluralidade do grupo e as discussões apontadas pela Política Nacional de Juventude (PNJ).

A Paraíba também é o local onde está situado o objeto de estudos de Iany Elizabeth da Costa, doutoranda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. No artigo “Movimento Quilombola na Paraíba: algumas considerações sobre a organização social pelo direito à terra”, privilegia o estudo sobre a Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CECNEQ), mas também estabelece relações com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). No transcorrer do artigo pode-se acompanhar um levantamento teórico sobre a relação do Movimento Negro e do Movimento Quilombola na luta por direitos sociais desde a Constituição de 1988. Iany buscou “compreender os avanços e limites no estudo dessas organizações sociais, a fim, de perceber como as antigas comunidades negras rurais adquirem espaço na luta dos movimentos sociais brasileiros” e como articulam-se para “ocupar espaços nas pautas reivindicatórias por direitos sociais” na atualidade.

A luta por direitos sociais é o principal elemento articulador dos movimentos sociais, entre esses está o direito à terra. O Movimento Sem Terra surgiu nos anos 1980, e hoje é um dos maiores movimentos sociais do Brasil. Da mesma forma que ocorre no movimento negro, no quilombola, no direito à moradia, as mulheres ocupam papel central na luta. Leonardo Dantas D’Icarahy, mestrando da Universidade Federal da Bahia, debruçou-se sobre essa questão ao escrever “Mulheres sem terra no surgimento do MST na Bahia (1987-89)”. Com o aporte da história oral, ouviu a história de vida de cinco mulheres do MST que participaram do período de surgimento e estabelecimento desse movimento social na Bahia. Analisou o papel delas na decisão familiar de ocupar terras e as estratégias utilizadas para sobreviver no acampamento. O autor, sem deixar de considerar as “hierarquias de poder das relações de gênero dentro deste movimento social”, percebeu a participação política de suas entrevistadas em diferentes aspectos do cotidiano, ressaltando “o protagonismo dessas mulheres nesta fase inicial do MST no estado baiano”.



Os movimentos citados até o momento tiveram seu auge no processo de redemocratização do Brasil, mas suas “bandeiras” têm origem em períodos anteriores. Durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, diferentes organizações coletivas foram perseguidas, dificultando a sua manutenção e ação. Assim como no Brasil, Portugal também viveu uma Ditadura, recorte cronológico contemplado pelo artigo “Contra o Estado Novo: manifestações e organizações em Portugal no período *marcelista* (1968-1974)” de Pamela Peres Cabreira, doutoranda da Universidade Nova de Lisboa. O estudo apresenta algumas organizações civis que agiram contra o Estado Novo português (1926-1974). Pamela parte do pressuposto de que o país não estava “adormecido” frente a situação nacional no período, marcado por retrocessos socioeconômicos e políticos. Através de fontes documentais, como o periódico *Avante! Clandestino* e discussão bibliográfica, analisou as ações do Partido Comunista Português, os levantes nos quartéis, os movimentos dos estudantes e dos trabalhadores “enquanto frentes mobilizadoras e legitimadoras de uma luta contra o sistema retrógrado do Estado Novo em Portugal”, criando “um espaço revolucionário” com o fim do período ditatorial.

Por fim, a pós-graduanda do Instituto Federal Fluminense, Mariana Mendes Christo, amplia o debate ao compartilhar um texto que analisou o século XVIII. Nessa análise, parte dos conceitos aliados a concepção de Antigo Regime nos Trópicos, para compreender as relações de poder no interior das capitanias do Rio de Janeiro e das Minas Gerais. Como pode-se apreender pelo título “Manoel Henriques e as relações de poder nos Sertões de Macacu (1765 – 1787)”, toma como objetivo central a ação do bando liderado por Manoel Henriques, no interior dos Sertões de Macacu, analisando suas ações e o papel executado por esse sujeito naquele contexto social. A hipótese que pretende comprovar durante o desenvolvimento do artigo, é de que no interior da colônia existiam diversas redes de poder que fugiam ao controle da Coroa.

Compartilho com a Revista Discente *Ofícios de Clio* a alegria de poder trazer aos nossos leitores artigos que demonstram a vitalidade e a importância das pesquisas que tomam como objeto os movimentos sociais e identitários.

Boa leitura!

Micaele Irene Scheer

*Doutoranda UFRGS/CAPES*

**Jovens como esperança na transformação:  
a campanha *Juventude Participa!* em Campina Grande (PB 2009-2011)**

José dos Santos Costa Júnior (UFRGS) <sup>1</sup>  
Roger Camacho Barrero Júnior (UFRGS) <sup>2</sup>

### **Resumo**

O texto analisa a campanha *Juventude Participa!* realizada pelo Centro de Ação Cultural (CENTRAC) na cidade de Campina Grande, na Paraíba, por meio de um corpus documental composto por imagens, relatórios institucionais e boletins informativos. Busca-se analisar o discurso sobre a participação política de jovens, descrevendo os significados atribuídos para conceitos como juventude, participação e cidadania, considerando as condições históricas que tornaram possível esse projeto, articulado a uma série de discursos sobre políticas públicas de juventude. Consideramos questões como a pluralidade (étnica, de gênero, posição socioeconômica, nível de instrução, etc.) dessas pessoas; participação dos jovens em outros espaços após ou durante a realização do projeto e a apropriação, em nível local, das discussões apontadas pela Política Nacional de Juventude (PNJ).

**Palavras-chave: Juventude; Cidadania; História do Tempo Presente.**

### **Introdução**

Pensar as juventudes na atualidade consiste em um instigante desafio do ponto de vista social, político e cultural na medida em que este segmento se apresenta de maneira plural, adotando comportamentos e formas de interação que variam espacial e socialmente, ou ainda de acordo com os mecanismos de sociabilidade e comunicação que utilizam. Certamente, a pesquisa histórica abre possibilidades para que se pense e se analise a multiplicidade e as diferenças das experiências juvenis no tempo e espaço. Todavia, olhando do tempo presente pode-se perceber que dadas algumas possibilidades de inserção social, consumo, comunicação, construção e afirmação de identidades individuais e coletivas, bem como os costumes e símbolos socialmente construídos pelo/a jovem, a variedade de tais expressões nos

---

<sup>1</sup> Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), momento no qual estudou a invenção do corpo infantil e as artes de governo da infância por meio da revista da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA) na Paraíba entre 1947-1955. Atua na área de história da infância e juventude; teoria e metodologia da história; história e filosofia dos direitos humanos. E-mail: jose.junior010@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), momento no qual estudou a participação de mulheres em partidos políticos no período do final do regime civil-militar brasileiro. Atua com estudos de gênero, movimentos sociais, partidos políticos e biografia histórica. E-mail: r.cb.j@hotmail.com

saltam aos olhos e exige, do ponto de vista analítico, que se pense as relações sociais que os engendram e os efeitos que produzem na vivência desses e dessas jovens.

Apresentam-se diante de nossos olhos sujeitos com diferentes expectativas de vida, sonhos, projetos políticos e identidades. Ao mesmo tempo em que esse processo aponta um aspecto singular e de crucial importância, tendo em vista a multiplicidade e as formas multifacetadas por meio das quais as novas gerações se expressam e conquistam (ou buscam conquistar) seu lugar social, visibiliza também o desafio de que seja possível que estas várias identidades individuais e coletivas tenham seus objetivos e modos de vida considerados e respeitados politicamente e, em especial, nos espaços decisórios para a participação juvenil.

Este texto toma como objeto de análise a campanha *Juventude Participa!*, coordenada pela organização não governamental Centro de Ação Cultural (CENTTRAC) e que teve como foco a promoção de espaços de formação política e cidadã para jovens do sexo masculino e feminino da cidade de Campina Grande/PB no período de 2009 a 2011.<sup>3</sup> Assim, partindo da perspectiva de uma História do Tempo Presente (DELACROIX, 2012; FERREIRA, 2000; RÉMOND, 2003) e articulando diferentes temporalidades a fim de analisar continuidades e transformações nos modos de participação juvenil e nas formas como a sociedade constrói leituras sobre as juventudes, este artigo propõe uma análise de discurso que atente para a emergência dessa campanha em uma conjuntura política marcada pela construção de uma série de ações sobre os/as jovens e sua participação cidadã. Por meio da análise de boletins informativos, imagens e relatórios institucionais procura-se estudar os sentidos construídos para a participação política desses sujeitos e o próprio modo como a instituição compreendeu as juventudes, elaborando atividades para este segmento e mobilizando grupos e movimentos sociais de jovens do campo e da cidade.

O CENTRAC é uma organização não governamental do município de Campina Grande, Paraíba. Fundada em 24 de setembro de 1987, a entidade desenvolve projetos que têm o objetivo de contribuir para a consolidação da democracia, da cidadania e da participação social. A ONG também realiza importante papel na construção de mecanismos de controle social da gestão pública no município, produzindo pesquisas e publicações que informam a sociedade sobre os procedimentos usados pela administração pública local. Além dessas ações a organização também trabalha com assessorias para grupos, movimentos sociais, governos, etc., no intuito de contribuir para o fortalecimento e ampliação da

---

<sup>3</sup>A campanha é permanente, mas este texto debruça-se apenas sobre o período supracitado.

democracia por meio da participação da sociedade em espaços de decisão política, a exemplo das sessões do legislativo voltadas para definição e votação do orçamento público.



Logotipo da campanha Juventude Participa! realizada a partir de 2009. Disponível em: <http://centrac.org.br/publicacoes/campanhas/campanha-juventude-participa/>. Acesso em 29 de jun. 2017

Um dos programas do CENTRAC se chama *Juventude e Participação Política* que, em suas ações,

promove a formação política de jovens urbanos e rurais, voltada para a indivisibilidade dos direitos humanos, estimulando a participação social e a qualificação da sua intervenção nas políticas públicas no âmbito municipal, estadual e nacional. As ações desenvolvidas fortalecem as organizações e a autonomia das juventudes e estimulam sua atuação em fóruns, redes e espaços de definição de políticas públicas, tal como o Conselho Municipal de Juventude. Ao mesmo tempo, as ações do programa buscam oportunizar a inserção de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica no mundo do trabalho (CENTRAC, 2017).

Trata-se de uma organização que tem entre uma de suas principais pautas o tema das juventudes no Brasil contemporâneo, atentando-se nisso para o grande desafio social e político que é garantir o contínuo combate ao extermínio da juventude negra, uma pauta recorrente nas ações do CENTRAC. Todavia, este texto se debruça sobre uma campanha específica realizada pela organização e coordenada pela socióloga Ana Patrícia Sampaio de Almeida e a psicóloga Sônia Marinho entre os anos de 2009 e 2011. O símbolo da campanha, ao trazer cores vibrantes, gesto altivo, igualdade de gêneros e ainda uma linguagem direta, amparada fortemente no recurso da imagem, já busca apresentar sentidos que a instituição procura fazer circular por meio de suas ações. Nos materiais disponíveis no site institucional há diferentes registros das atividades desenvolvidas, a exemplo da *Carta de Alagoa Grande* produzida durante o seminário *Fala Juventude! Jovens construindo e exercendo cidadania* em agosto de 2014, que teve o objetivo de apresentar propostas aos candidatos ao Governo do Estado nas eleições daquele ano. As ações desenvolvidas pela ONG com a participação de jovens tem longa história no CENTRAC, uma vez que a própria organização surgiu a partir da atuação de estudantes e jovens educadores da Paraíba durante 1987, quando se posicionaram diante dos debates ocorridos na Assembleia Nacional Constituinte (1987 – 1988).

## Nem menor, nem adolescente, mas jovem: a construção de uma categoria social

Historicamente, a sociedade brasileira vivenciou momentos em que atribuiu diferentes significados àqueles que hoje compreendemos como pertencentes às categorias da *infância* e *juventude*. Estas designações foram criadas em períodos nos quais foi preciso atualizar visões e inaugurar novos modelos compreensivos acerca destes sujeitos. Entre os anos 1980 e 1990 a ideia de *menor*, juridicamente formulada desde 1927 com o Código de Menores (que sofreu alterações em 1979), foi substituída pela de criança e adolescente, sendo tal transformação jurídica ocasionada dentro de longas discussões na comissão *Criança e Constituinte* em 1987.

Esta alteração linguística<sup>4</sup> articulou-se com uma mudança mais ampla e complexa no plano jurídico, tendo em vista a modificação da doutrina da situação irregular (presente na legislação *menorista*) pela doutrina da proteção integral que norteia o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e foi alicerçada historicamente em documentos como a *Declaração dos Direitos da Criança* (1959) e a *Convenção sobre os Direitos da Criança* (1989). Falar em doutrina jurídica não se circunscreve apenas a uma definição que constará apenas na legislação ou nos manuais jurídicos, mas estas definições são pontos de partida para que se organize, instrumentalize e viabilize uma série de políticas públicas que deverão levar em conta orientações técnicas e procedimentos éticos diferenciados a depender da referência legislativa que se tome em conta. Helena Abramo afirma que:

Após a década de 1980, o foco de uma parcela da sociedade civil centrou-se na questão das crianças e adolescentes em situação de risco. A defesa que os movimentos sociais e entidades da sociedade faziam era, dentre outras questões, pela institucionalização dos direitos sociais, que culminou nos diversos direitos sociais previstos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e Adolescente em 1990. Essa preocupação com os direitos sociais dos adolescentes concentrou esforços além do âmbito específico da juventude, fazendo com que este termo, por muito tempo, se referisse ao período da adolescência, muitas vezes indistinto da infância. Os jovens, tal como categoria que conhecemos hoje – isto considerando apenas a faixa etária 15 a 29 anos –, ficaram de fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania (ABRAMO, 2003, apud ROCHA, 2012, p. 15).

Essa leitura aponta que compreensões sobre as categorias sociais são historicamente situadas e por esse motivo a fabricação discursiva de conceitos como *menor*, *adolescente* e

<sup>4</sup>Até o final da década de 1980 não havia no Brasil uma compreensão, em termos jurídicos, sobre a criança como um sujeito de direitos. Vigorava até então o termo *menor* sob a ótica da criminalização e do estigma do delinquente. O aspecto etário era determinante na compreensão do sujeito e da sua ação no grupo social em que estava inserido. A partir da redemocratização e com a Constituição de 1988, o Brasil construiu um arcabouço legal pautado na dignidade humana e na ideia de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

*jovem* foi possível em condições históricas específicas. No primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a ser pensada uma Política Nacional de Juventude (PNJ) que foi institucionalizada em 2005 por meio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), sendo este último uma estrutura colegiada e paritária, contando com a participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas de juventude em âmbito federal. Tal questão começou a ser considerada em termos políticos e institucionais por parte do Estado e os próprios jovens, como sujeitos de direitos, puderam participar de espaços de decisão e pontuar suas demandas e expectativas para as políticas públicas voltadas para eles. Isso pode ser lido como indicador de um amadurecimento na conquista da democratização e ampliação da participação em estruturas do poder executivo.

Se após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi perceptível o enfraquecimento dos Estados Nacionais, também houve, sob certos aspectos, uma democratização do Estado em alguns países e a oxigenação de experiências participativas e conquista de direitos. Novos grupos emergiram na cena pública reivindicando o direito de serem diferentes, como aponta Boaventura de Sousa Santos (1999). A juventude já havia participado ativamente da arena pública em outros momentos, porém, atualmente surgiram outras bandeiras de luta pondo em questão a presença do “pessoal” como elemento político.

Partindo de outro ponto de vista, Eric Hobsbawm (1995) escreve que nos anos 1960 houve um fenômeno de tensão geracional que fomentou muitas das contestações gestadas por grupos e movimentos sociais naquele período. Com o crescimento dos índices de natalidade após 1945, uma parcela considerável dos adultos com menos de 30 anos de idade estava em universidades e grupos políticos. Diferente de seus avós e pais, não havia experienciado crises econômicas ou a guerra. Nesse sentido, para muitos daqueles que estavam em grupos etários mais velhos, o *boom* econômico dos anos 1950 trazia à tona uma sensação de conforto para aqueles que passaram por tormentos nos períodos anteriores. Muitos de seus filhos não enxergavam as coisas assim, e dentro de seus repertórios, discordavam quanto ao conforto com relação à conjuntura social e política, criando novas formas de interpretar seus campos de possibilidades e margens de contestação e mudança do meio onde viviam.

Nesse período, esse setor da sociedade em ascendente crescimento numérico, e politicamente atuante, passou a ser interpretado diferente das demais categorias etárias. A noção de jovem e adolescente se distanciava da infância, mas também da *vida adulta*. Por meio de uma perspectiva de classe média, os jovens se identificavam não apenas pelo viés

temporal da idade, mas também e, sobretudo, pela performatividade<sup>5</sup> do rebelde, do contestador e da pessoa com energia, ativa, contraposta a uma noção de adulto e de idoso, vistos como centrados, calmos e monótonos, voltados para o trabalho, recatados e focados na família. Ao mesmo tempo, havia a contraposição à criança, que representaria a *inocência* e muitas vezes a *obediência*, o que operava em uma concepção idealizada da infância. Esses jovens se performavam como opostos a tudo isso, o que foi apropriado e utilizado pelo mercado nos anos 1970, focando esse nicho consumidor em potencial. Todavia, essa percepção também era reforçada em estudos e reflexões realizadas naqueles anos.

Pensadores como Herbert Marcuse eram citados por grupos como a União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP, 1968, p. 7), quando escreviam em seus jornais que “o jovem está fadado biologicamente à revolta”. Concomitantemente, eles selecionavam expressões de militantes estudantis para reforçar tal imagem. Nisso, “explicando os fatos [os acontecimentos de 1968]: ‘A força de nosso movimento é que ele se apoia na espontaneidade incontrolável’”. Partindo de uma perspectiva essencialista, muitos grupos que se identificavam com os jovens tentavam explicar e compreender não apenas questões comportamentais, como também, de forma homogeneizante, os levantes e revoltas que se desenvolviam em diferentes regiões em 1968. De acordo com Olgária Matos (1989, p. 35 – 36), essa sensação de unidade não era decorrente de uma simples inspiração, mas de identidades gestadas por meio de solidariedades construídas a partir de experiências observadas como semelhantes, apesar de distantes.

Dessa forma, questões antes ditas como de ordem pessoal emergiram como problemas com dimensão pública, como a sexualidade. A produção das subjetividades consideradas como efeitos dos discursos e práticas que se materializavam nas formas de educação e relações sociais foi questionada veementemente pelos novos movimentos sociais. Estes debates que fazem parte das bandeiras dos jovens estiveram (e estão) presentes nas discussões da Política Nacional de Juventude (PNJ) que tem como objetivo estender-se por todos os municípios de forma descentrada. Considerando o princípio da *descentralização* das políticas

---

<sup>5</sup> Partimos aqui do conceito de performatividade exposto por Tomaz Tadeu da Silva (2014, p. 6-7): “O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é - uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para idéia de “tornar-se”, para uma concepção da identidade como movimento e transformação(...) A eficácia produtiva dos enunciados performativos ligados à identidade depende de sua incessante repetição. Em termos da produção da identidade, a ocorrência de uma única sentença desse tipo não teria nenhum efeito importante. É de sua repetição e, sobretudo, da *possibilidade* de sua repetição, que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção da identidade.”

públicas, cada Estado e Município da Federação passou a ter como responsabilidade a inserção em seus programas de governo os princípios e diretrizes da PNJ. Os conselhos de juventude instituídos nos três âmbitos de governo têm a finalidade de assessorar o executivo na elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas, sendo órgãos do poder executivo com função consultiva ou deliberativa. O que uma análise dessas políticas e das formas de participação de jovens pode tomar como objeto de reflexão é o fato de que além de haver o princípio da descentralização das políticas também existe, do ponto de vista político e cultural, toda uma série de relações capilarizadas na sociedade e muitas vezes organizadas em coletivos, grupos e movimentos que de maneira ascendente interferem na esfera pública e na definição das estratégias de governo definidas pelo Estado para os grupos que elege como prioridade.

### **Juventude Participa! – construindo um espaço de formação política**

No município de Campina Grande<sup>6</sup>, cidade do interior do estado da Paraíba, a PNJ começou a ser alvo de discussão a partir das contribuições do CENTRAC, que em seus programas e projetos tematiza a juventude. Um dos momentos no qual esse tema foi debatido com os jovens foi no projeto *Protagonismo juvenil e desenvolvimento local: Jovens construindo e exercendo cidadania*, que foi divulgado sob o título da campanha *Juventude Participa!* A instituição disponibilizou, em sua página na *web* e em impressos, informações sobre o projeto, com o objetivo de divulgá-lo. De acordo com esses materiais “[...] o projeto objetiva difundir a cultura da participação e controle social da gestão pública entre os grupos de jovens do meio popular em Campina Grande – PB” (CENTRAC, 2009, s/n). A organização entende que o processo de inserção da juventude refere-se diretamente à criação de espaços e possibilidades de transformação de compreensões dos significados de gestão pública, controle social e democracia.

---

<sup>6</sup> Geograficamente privilegiada, situada no centro do estado da Paraíba, a Rainha da Borborema é uma cidade-pólo, liderando geográfica e politicamente outros aproximadamente 60 municípios ao seu redor, além de apresentar condições de acesso às principais cidades do Nordeste. Com cerca de 400 mil habitantes, a maior cidade do interior do Nordeste destaca-se economicamente no setor da prestação de serviços e é uma forte referência na produção de tecnologia, fabricando softwares vendidos para várias partes do mundo. Hoje a cidade se apresenta como uma excelente formadora de mão de obra especializada, principalmente na área tecnológica, graças às suas cinco universidades. Informações consultadas no Portal da Prefeitura da cidade. Link: <http://www.campinagrande.pb.gov.br/novo/campina-grande/>. No período analisado neste texto a cidade era governada por Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).



A participação é pensada a partir do critério da institucionalidade, pois por meio de mecanismos abertos pelo Estado os/as jovens, e a sociedade civil de forma geral, podem incidir nas decisões políticas e praticar o controle social, isto é, o acompanhamento dos investimentos públicos pela sociedade, de modo a prevenir a corrupção. Por outro lado, a organização articula-se aos/as jovens do campo e da cidade e fortalece experiências de educação popular, que não se conectam diretamente com esse princípio de ocupar espaços institucionais formais, mas cria outras cartografias da participação de jovens. Neste sentido, pode-se ver que a organização busca atuar em múltiplas frentes, tentando mapear as formas por meio das quais os jovens criam espaços para se relacionar e trocar saberes.

O critério da institucionalidade é algo consideravelmente positivo tendo em vista que garante a construção de acordos, agendas, registros e acompanhamento dos debates, bem como potencializa a regularidade e permanência dos processos. Todavia, essa baliza, se tomada de forma exclusiva, pode incorrer no risco de fortalecer de maneira unilateral a democracia meramente representativa e formal, quando se faz necessário potencializar também a democracia substancial ou participativa. Os conceitos de democracia, participação e cidadania precisam ser lidos de forma plural considerando as diferentes maneiras de organização e incidência dos/as jovens nas suas comunidades. Os grupos culturais, religiosos e desportistas são exemplos de organização juvenil que não são pensadas pelo critério da institucionalidade formal, mas que têm como feito a construção de redes de relacionamento e modos de atuação na sociedade.

Antonio Carlos Gomes da Costa (2012, p. 7) refletiu sobre o conceito de protagonismo juvenil. De acordo ele, o jovem protagonista é aquele que tem uma ação proativa na sociedade ou no grupo em que está inserido, na medida em que consegue identificar os problemas que levam a sua experiência particular a ser construída de um determinado modo, que não necessariamente foi objeto de sua escolha. Como alternativa a isso surge a participação como instrumento de envolvimento em canais de comunicação mais amplos em que possa, coletivamente, traçar formas por meio das quais seus problemas sejam minimizados. Para este autor protagonismo juvenil “[...] enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso”.

Historicamente, podemos perceber como a juventude, em diferentes momentos, teve iniciativa para questionar o *status quo* da sociedade e propor reformas. Por outro lado, certas narrativas em torno de acontecimentos que contam com a participação de jovens podem

algumas vezes engessar leituras e essencializar a juventude sob o signo da rebeldia e da revolta, quando muitas vezes é possível pensar a pluralidade nas experiências juvenis, de modo que se possa perceber como algumas juventudes participam e reiteram de modos distintos os preconceitos e formas de dominação social instituídas no tempo<sup>7</sup>.

Maio de 1968, como aponta o historiador francês Michel de Certeau (1995), significou a “tomada da palavra” pela população francesa. Naquele momento os cartazes e as diversas formas de expressão de palavras de ordem tiveram um significado simbólico historicamente muito importante não apenas na França, mas em outras regiões. De acordo com Olgária Matos (1989, p. 22), os levantes daquele ano não podem ser vistos como algo homogêneo. Todavia, ela explica que não foi um processo orquestrado de um centro clandestino, apesar da simultaneidade com outros levantes estudantis. Nesse processo, haveria uma série de apropriações e construções de identidades, tanto por meio da elaboração de uma nova concepção de juventude, quanto pelas solidariedades políticas gestadas por repertórios e leituras comuns. Naquele ano, não apenas em Paris, mas em Berkeley, Varsóvia, Berlim Ocidental e Roma houve mobilizações apontadas como juvenis, apesar de terem como aporte pessoas mais velhas (como Lukács e Marcuse), enquadrados como referenciais teóricos. No Brasil, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro passaram por protestos com uma parcela considerável de estudantes, apesar de não serem os únicos que ali estavam. Posteriormente, movimentos como *Diretas Já* (1984) e *Fora Collor* (1992) foram significativos do ponto de vista da atitude da população de um modo geral e da juventude universitária e de classe média, principalmente,<sup>8</sup> na construção dos caminhos políticos da sociedade. Sendo assim, diferentes juventudes atuam em distintos momentos históricos, mediadas pelas condições que lhe são socialmente dadas e dentro dos repertórios e referências políticas e filosóficas que adotam e assumem. No campo da educação, Antonio Carlos Gomes da Costa afirma que:

[...] o termo protagonismo juvenil designa a atuação dos jovens como personagem [sic] principal de uma iniciativa, atividade ou projeto voltado para a solução de problemas reais. O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla (COSTA, 2012, p. 7).

<sup>7</sup> Para uma leitura sobre a história da associação dos jovens ao fascismo, ao nazismo, bem como outras expressões da juventude nas sociedades, ver. LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens*, vol. 2. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

<sup>8</sup> Na obra “*Culturas da Rebeldia – a juventude em questão*” Paulo Sergio do Carmo historiciza as principais mudanças pelas quais passou a juventude na segunda metade do século XX, desde os movimentos dos anos de 1950 até os mais recentes.

O CENTRAC considerou o/a *jovem* como protagonista, aquele que atua, questiona, propõe e cria possibilidades de transformação da própria realidade. Pode-se afirmar que o objetivo da entidade esteve relacionado com a ideia que “[...] as novas gerações devem ter acesso a uma educação e formação política que transforme os jovens em agentes promotores da mudança social necessária para a consolidação de sociedades democráticas” (WELLER, 2007, p. 12-13). No entanto, a formação para a cidadania ainda não tem sido algo comum na maioria das escolas e ambientes de educação formal no Brasil. Ainda há contradições e simplificações sobre o conceito de cidadania, bem como o que se entende por formação<sup>9</sup> para o seu exercício. Pensar uma formação cidadã no contexto em que a campanha do CENTRAC emergiu, assim como uma série de outras ações como a Política Nacional de Juventude (PNJ) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) significa falar em construção de espaços de educação formal e não formal que tomem o exercício de direitos individuais, sociais, civis, políticos e culturais como objeto de debate, mas também como alvo de investimento para que os/as jovens construam sentidos para estas noções, de uma forma que por meio de ações diversas e atividades práticas seja possível mostrar o papel do Estado na promoção e garantia dos direitos sociais e o papel propositivo e fiscalizador que cada cidadão deve ter em relação ao Estado.

Embora a participação seja pensada como elemento de transformação da realidade e construção de novas oportunidades no futuro, é possível pensá-la não por uma perspectiva teleológica, dotada de um sentido inerente e que conduz a um fim já dado. As mobilizações, atuações políticas e formas de participação podem ser compreendidas como atividades que buscam objetivos pontuais e não necessariamente universais. Pensar o processo participativo nesse sentido não significa negar articulações entre o global e o local, mas redefinir os termos do debate, priorizando as diferenças, as particularidades locais e suas conexões com aspectos conjunturais mais amplos. Participação pode ser lida como um ato de criação de formas diversas de ser e estar no mundo, como uma experimentação partilhada da liberdade, não necessariamente com um sentido único e permanente. A transformação não precisa ser vista como algo já construído idealmente, e que deve ser transposta para a prática, mas como um movimento que ocorre na medida em que se caminha. Para o desenvolvimento desta pesquisa

---

<sup>9</sup> Vale a pena conferir a entrevista com a socióloga e educadora Maria Victória Benevides, realizada por Silvio Caccia Bava, diretor da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), em janeiro de 2000 e disponibilizada no site Direitos Humanos na Internet. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/victoria.htm>. Último acesso em 18/02/2018 às 23: 26.

a ONG disponibilizou diversos materiais produzidos como informativos e relatórios institucionais anuais. No primeiro informativo do *Juventude Participa!* consta o seguinte trecho sobre a PNJ:

O reconhecimento dos jovens como “sujeitos de direitos” foi um avanço fundamental para superar a visão antes predominante nas ações governamentais, o que resultou na formulação da Política Nacional de Juventude. Foram criadas novas estruturas institucionais com responsabilidades específicas sobre o tema, como a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ que é responsável por articular programas e projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos (ALMEIDA e MEDEIROS, 2009, p. 2).

O aspecto etário tem importância singular para a elaboração da PNJ na medida em que diferencia os jovens, em termos jurídicos, das crianças e adolescentes. Entretanto, uma análise sobre a juventude que se prenda apenas ao aspecto etário limita-se por não compreender e investigar dimensões sociais, econômicas e culturais que constituem as múltiplas identidades juvenis. O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2003, p. 151–152), pensando a juventude como objeto da Sociologia, destacou que “as divisões entre as idades são arbitrárias”. Para ele as relações entre idade social e idade biológica são muito complexas e não devem ser naturalizadas, pois a “juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente na luta entre os jovens e os velhos”. Ao pensá-la como categoria social, Luís Antônio Groppo (2000, p. 27) problematiza o fato de que as abordagens em torno do conceito muitas vezes são marcadas por dois critérios centrais: “o critério etário (herdeiro das primeiras definições fisiopsicológicas) e o critério sociocultural”. Todavia, o autor aponta que o fato de a juventude ser considerada como categoria social a torna um segmento social e uma situação social, definidos não apenas do ponto de vista limitado do critério etário, mas considerando-se outros fatores que fazem parte das diferenciações entre jovens e não jovens.

Apesar de limitado, como alguns pesquisadores têm indicado, esse critério etário funciona para delimitar a diferença dos segmentos em termos jurídicos, pois por meio disso o Estado pode planejar ações específicas e focar os grupos sociais, caracterizando demandas e garantindo em maior ou menor medida (no que tange ainda qualidade e alcance social) o atendimento delas. Tendo em vista a construção também jurídica dos grupos etários nota-se que “[...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” e o “facto [sic] de se falar dos jovens como de uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns e de se referir esses interesses a uma idade biologicamente definida, constitui já uma evidente manipulação” (BOURDIEU, 2003, p. 153). É necessário ter em vista

outros aspectos que particularizam a condição juvenil. Embora a identidade etária seja forjada de maneira duvidosa e a partir de critérios que podem mudar ao longo do tempo, é preciso considerar outros aspectos para que as intervenções sejam efetivas na vida dos diferentes jovens. Embora veja a construção da PNJ como avanço político, o CENTRAC destaca que ela

[...] está só começando nos três níveis de governo. É importante reconhecer que principalmente na instância estadual e municipal há muitas dificuldades quanto a sua consolidação. A própria juventude, em sua maioria, desconhece a existência de alguns programas elaborados por setores públicos e privados voltados para este segmento (CENTRAC, 2009, p. 2).

O fato de os próprios jovens ainda não terem informações sobre a PNJ é lido pelo CENTRAC como uma fragilidade. Isso indica o fosso que separa os debates teóricos e políticos que conceituam e enunciam a juventude e os próprios jovens da sociedade. A ONG se sente comprometida com a divulgação de informações sobre a PNJ e com o engajamento dos jovens, de modo a pontuar suas demandas e reivindicações. Isso é evidente em documentos nos quais a entidade afirma que “[...] as ações desenvolvidas fortalecem as organizações e a autonomia das juventudes e estimulam sua atuação em fóruns e redes ao mesmo tempo em que buscam oportunizar a inserção de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica no mundo do trabalho” (CENTRAC, 2010, s/n).

No que se refere à institucionalização, esta se mostra importante na medida em que:

[...] em uma democracia em que diferentes atores se colocam no espaço público reivindicando direitos, a institucionalidade apresenta-se como meio para garantir que tais direitos sejam efetivados. A institucionalidade é uma forma de organizar democraticamente os interesses individuais e coletivos a serem implementados pelo aparato estatal (ROCHA, 2012, p. 34).

Notando a importância da institucionalidade no processo de participação cabe pensar quais os espaços que foram apresentados aos jovens do projeto “*Juventude Participa!*”. As fontes trazem também informações sobre os principais conceitos discutidos. Considerando que o objetivo era “sensibilizar os grupos de jovens para a participação nos espaços de formulação de políticas públicas para a juventude”, um dos materiais apresenta a seguinte definição de políticas públicas:

Políticas públicas são um conjunto de ações políticas, econômicas, sociais e ambientais implementadas pelo governo (seja em âmbito federal, estadual ou municipal), em conjunto ou não com a sociedade civil ou de toda a sociedade. São os instrumentos do poder público que garantem atendimento das necessidades populares (saúde, educação, saneamento, infraestrutura,

etc.) é na definição das políticas públicas que se prioriza este ou aquele setor, este ou aquele programa e conseqüentemente este ou aquele segmento da sociedade (ALMEIDA e MEDEIROS, 2009, p. 08).

Há diferentes elementos discursivos que buscam fazer com que os jovens subjetivem a noção de que *participar é importante*. Isso acontece na medida em que um efeito desse discurso é a produção de um sujeito específico, o sujeito-participante. Ao afirmar que “é na definição das políticas públicas que se prioriza este ou aquele setor”, a organização já enuncia a disputa política que envolve o processo de formulação das políticas públicas. Nesse sentido é preciso qualificar-se para poder atuar politicamente e saber entender esses jogos de poder, o que nos permite pensar que o “sujeito” aqui deve ser entendido como uma função exercida no conjunto das práticas discursivas e não discursivas nesse cenário propício ou não para a participação e inserção social dos/as jovens. Considerando com Michel Foucault (2016) o sujeito não como ponto de origem e causa de um discurso, mas como uma função e um efeito de práticas discursivas e relações de poder e saber, é possível pensar como as políticas de governo da infância e da juventude emergem em determinados momentos visando construir certas subjetividades e modos de comportamento, participação e inserção social. Tal ideia não sugere a falta de ação dos sujeitos históricos, mas ao não tomá-los como essência transcendente permite problematizar o modo como as relações sociais se efetivam e os saberes e poderes que as tornam possíveis no tempo e no espaço, isto é, na sua imanência. Deste modo, se pode avaliar como tais processos são vivenciados e que subjetividades constroem, pois tais ações têm como efeito a construção de sujeitos, corpos, espaços e modos de entender e atuar nas relações socialmente instituídas, transformando-as ou dando continuidade a certas atitudes e modos de agir no mundo.

Considerando a juventude pelo seu aspecto plural, descentrado e heterogêneo, o sujeito participante não deve ser lido apenas por sua unidade, como sendo dotado de uma espécie de essência que o processo de formação política desenvolveria. Este sujeito deve ser lido por sua multiplicidade de posições, saberes, desejos e intenções. Refletir sobre a participação na perspectiva aqui adotada consiste não em pensá-la como uma espécie de metanarrativa<sup>10</sup>, como as ideias modernas de liberdade, igualdade e fraternidade, por exemplo. Não se trata de pensar um sujeito totalmente emancipado e consciente, mas um sujeito atuante, construtor da sua experiência a partir dos jogos de poder em que ele está inserido e

---

<sup>10</sup> Sobre o conceito de metanarrativa ou metadiscorso e a crítica pós-estruturalista, ver Lyotard (2013) e Veiga-Neto (1995).

que o constituem. Os jovens participantes do projeto são moradores de comunidades periféricas, pertencentes a grupos étnico-raciais distintos e com projetos e sonhos diferentes. Assim, a participação e a formação para a cidadania precisam ser pensadas não pela lógica de uma unidade que engesse e sufoque, mas justamente pelo enfoque que privilegie a diferença, sem naturalizá-la.

No que diz respeito aos espaços e formas<sup>11</sup> de participação não consta nos materiais do projeto uma definição precisa desse termo. São apresentadas informações sobre os instrumentos de definição de políticas públicas, tais como: “iniciativa popular de lei, debates e audiências públicas, referendo, plebiscito, conselhos, conferências e gestão orçamentária participativa” (ALMEIDA e MEDEIROS, 2009, p. 8–9). Além da exposição textual dos espaços, o projeto oportunizou que os/as jovens pudessem participar ativamente destes. O projeto foi realizado entre 2009 e 2011 e neste período ocorreram mobilizações sociais de alcance nacional que, por sua vez, envolveram diversos segmentos da sociedade. O CENTRAC inseriu seu público juvenil nestas mobilizações, afirmando que houve efetividade do projeto na medida em que tais jovens se envolveram nos pontos estudados e discutidos. “Todas as atividades pensadas no âmbito do projeto foram voltadas para formação política do grupo que é sempre convidado e estimulado a se envolver e discutir temas de seu interesse como os relacionados com as Campanhas ‘Ficha Limpa’ e ‘16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher’” (CENTRAC, 2009, p. 7).

O CENTRAC entendeu que era importante favorecer a participação efetiva do seu público em processos que pudessem incidir qualitativamente na vida política e social do país e do município. O ano de 2010 foi relevante para as políticas de juventude, pois foi aprovada no Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 65, em 13 de julho de 2010, exatamente vinte anos após ser sancionada a Lei nº 8.069, o ECA. Essa emenda modificou o capítulo VII do título VIII da Constituição Federal, inserindo o termo *jovem* nesse documento. Coincidência ou não, é importante notar que em um período de tempo relativamente curto o Brasil instituiu dois instrumentos para a garantia dos direitos das crianças, adolescentes e jovens. Entre as ações que o projeto objetivou desenvolver podem ser destacadas:

Oficinas de sensibilização sobre a importância da participação cidadã e da vigilância contra a corrupção eleitoral na gestão pública; Oficinas sobre Gênero e saúde; etnia e diversidade cultural; Oportunidades no mundo do

---

<sup>11</sup> Sobre estas formas de participação apresentadas pelo CENTRAC, especificamente o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular de lei, cf. Constituição Federal de 1988, cap. IV, art. 14 que tematiza os direitos políticos e esses três instrumentos de exercício da soberania nacional.

trabalho; Curso sobre orçamento público e controle social – aspectos políticos e técnicos; Gincana da Cidadania [...]; Feira da Cidadania; Festival de cultura, arte e cidadania (CENTRAC, 2009, p. 1).

O título da campanha *Juventude Participa!* é provocativo sobre o modo como a organização compreende a noção de participação. A aposta na formação política das novas gerações, o estímulo à mobilização dos/as jovens nos espaços públicos e formais de controle social, bem como a relativização da juventude, compreendendo-a não necessariamente por sua unidade, mas por sua heterogeneidade e multiplicidade, podem ser vistas como características da iniciativa. Todavia, o título, com as palavras no singular, aponta para certa generalização e universalização do objetivo do projeto, o que faz sentido do ponto de vista operativo, pois a ideia foi agregar a juventude como grupo social amplo e complexo e no decorrer das atividades problematizá-la e compreendê-la de forma plural. Entretanto, que juventude participou efetivamente do projeto do CENTRAC? Qual a cara dessa juventude?

Os documentos consultados, como as fichas de inscrição, permitiram traçar um perfil do público. A inserção de mulheres nesse espaço foi preponderante, tendo em vista que elas somaram 16 (dezesesseis) participações enquanto os homens representaram 4 (quatro). Isso pode ser um indicador de que as mulheres se apresentam mais interessadas a discutir questões referentes à conquista de direitos e de cidadania, mas também pode inferir dificuldades em acessar o público masculino pelo fato de que este ocupa outros espaços que não são aqueles procurados pelo CENTRAC como grupos e associações de jovens. Quanto ao grau de escolaridade, 16 (dezesesseis) participantes estavam cursando ou haviam concluído o ensino médio e 3 (três) estavam cursando ou haviam concluído o ensino fundamental. Nenhum dos participantes estava no ensino superior. De acordo com os relatórios da ONG, os participantes moravam em bairros periféricos da cidade, sendo alguns marcados pela violência. Neste sentido, as ações do projeto também tiveram como finalidade oportunizar que esses jovens acessassem outros espaços sociais.

Pensando o espaço do projeto *Juventude Participa!* na construção de sociabilidades e de perspectivas de intervenção social na vida cotidiana destes jovens, é importante considerar que os participantes representaram, em termos etários, um grupo bem maior, isto é, os jovens da cidade. Nem todos/as acessam ou buscam ocupar espaços deste tipo. Todavia, o fato de não atuarem não os descaracteriza como jovens e sujeitos titulares de direitos específicos. A participação ocorre de múltiplas formas. Ao pensar esta multiplicidade de identidades e interesses, Pierre Bourdieu (1983, apud, BARRIENTOS-PARRA, 2004, p. 132) aponta que



“[...] não existe *uma* juventude, mas multiplicidade delas, tantas quantas são as tribos existentes”. No caso da campanha em análise, os participantes se envolveram também em uma “mobilização com vários segmentos juvenis, para criação do Conselho Municipal de Juventude (CMJ) de Campina Grande, com elaboração do Projeto de Lei de forma participativa”. Viram nisso uma forma de avançar na busca dos direitos dos/as jovens em nível local.

O CENTRAC apoiou o grupo na mobilização/articulação para constituição do Conselho Municipal de Juventude, assessorando técnica e politicamente o mesmo, que trabalhou no sentido de pressionar o poder público para encaminhamento de Lei que cria o Conselho Municipal de Juventude para votação na Câmara Municipal de Vereadores. Esta mobilização culminou com a criação de uma Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer e a aprovação da Lei na última Sessão do legislativo municipal, no dia 23 de dezembro. Vale dizer que a proposta de Lei foi construída coletivamente e de forma participativa no âmbito da Comissão pró-Conselho de Juventude constituída em 2010 e reflete os anseios das organizações juvenis que constituíram a mesma (CENTRAC, 2011, p. 7).

Os jovens do projeto se articularam com outros que estavam vinculados a demais movimentos juvenis e conseguiram pressionar o poder executivo municipal para que fosse instituído o CMJ. Contudo, deve ser ressaltado que embora a PNJ seja uma política que deve ser assimilada por todos os municípios da federação, o executivo local não se disponibilizou a instituí-lo, sendo pressionado pelas organizações juvenis. O texto de lei elaborado por jovens pode ser considerado de relevância tendo em vista que conseguiram fazer com que fosse aprovada, no dia 23<sup>12</sup> de dezembro de 2011 pela Câmara de Vereadores, a lei que instituiu o CMJ como sendo um órgão “[...] normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador da política básica e supletiva inerente às ações governamentais e não governamentais voltadas para a juventude” (CAMPINA GRANDE, 2011). Considerando que o CENTRAC foi, no município, a organização que produziu e repassou informações para os/as jovens sobre a PNJ, podemos pensar ainda a sua situação e posição dentro do processo.

Por meio da atuação do CENTRAC tais jovens buscaram incidir em espaços formais do Estado, mas isso não significa que eles não fossem fabricados e fabricantes de relações de poder naquele momento. Segundo Michel Foucault (2012) o poder não está localizado exclusivamente em nenhuma dimensão ou espaço social, como o Estado, por exemplo, que foi lido por algumas teorias como sendo a instituição detentora de poder. O que Foucault propõe

---

<sup>12</sup> A lei foi aprovada pela Câmara de Vereadores no dia 23 de dezembro de 2011, mas sancionada pelo poder executivo no dia 29 de dezembro de 2011.

é pensarmos o poder como relação que “ultrapassa e complementa” a estrutura do Estado, e que está capilarizada na sociedade, sendo caracterizada por um complexo jogo de ações sobre ações de dominação e resistência. Essas relações de poder, decisão e produção de discursos ocorreram de forma dispersa entre os/as próprios/as jovens no ato de traçarem suas estratégias de incidência e convencimento do poder público. Essa rede de poder constrói pontos de articulação, enfretamento, disputa, resistência e apoio. Como apontamos anteriormente, o poder executivo local protelou por anos a instituição do CMJ, mas tendo em vista que a juventude se organizou, construiu o texto de lei e apresentou para a prefeitura, pressionando-a para pôr em votação na plenária da Câmara de Vereadores, incidindo também sobre esta, não houve muitas possibilidades de continuar protelando a decisão de instituir o CMJ. As relações de poder são produtivas e os jovens souberam atuar no espaço político formal de modo a produzir convencimento e possibilidades de efetivação dos seus objetivos. Incidindo e marcando o espaço político por seus discursos e práticas de forma contínua e estratégica, usaram ao seu favor o que lhes poderia ser inicialmente contrário, tendo em conta as distintas posições e interesses que os particularizava no processo, pois o executivo local (detentor da capacidade de decisão), e ao contrário dos/as jovens, não desejava instituir CMJ.

### **Considerações finais**

Considerando esta experiência particular dos/as jovens, pode-se ver esse tema como alvo constante de novas formas de observação, compreensão e análise. Este texto frisou uma experiência de participação dos jovens de Campina Grande por meio da campanha *Juventude Participa!* promovida pelo Centro de Ação Cultural (CENTRAC) com o objetivo de estimular a atuação social dos e das jovens da cidade. Para esboçar uma análise dessa prática, cotejamos materiais de divulgação, fichas de inscrição, relatórios e demais documentos disponibilizados pela organização. Neste sentido, buscamos pensar de que maneira essa organização pensou o tema da juventude, quais concepções de cidadania, participação social e sujeito de direitos estavam em jogo na realização desse projeto, o que nos permitiu perceber uma concepção plural da questão e um investimento nos projetos já organizadas pelas juventudes locais do campo e da cidade, no intuito de favorecer a organização em rede e a incidência política desses sujeitos e seus coletivos juvenis.

Neste texto buscamos problematizar a juventude como categoria social, atentando para a limitação do aspecto etário como fator de delimitação desse grupo e de outros (a exemplo da

infância, adolescência, etc.). Pensamos as juventudes como construção social complexa, plural e historicamente localizada, o que exige do analista o cuidado para situar quais processos sociais e históricos tornam possível uma determinada compreensão sobre os modos de ser jovem. Nessa pesquisa foi possível perceber a existência de certa lacuna na historiografia sobre o assunto e por isso buscamos fornecer contribuições e reflexões ao campo da História do Tempo Presente, pensando os/as jovens como sujeitos historicamente situados que participam de processos de transformação social e/ou manutenção e atualização de determinados modelos de comportamento e formas de ação social. Tais processos devem ser compreendidos na sua historicidade, partindo-se do presente para perceber como as relações se estendem no tempo, não como mero resultado ou continuidade necessária, mas como uma atualidade complexa, mediada por permanências e transformações que uma análise histórica pode descrever, analisar e tomar como objeto de problematização. Com este texto esperamos lançar questões para o estudo das juventudes do presente e do passado, estimulando outras cartografias do desejo, da resistência e a criação de outros modos de participar.

### Fontes

ALMEIDA, Ana Patrícia Sampaio de & MEDEIROS, Maria Madalena. *Juventude Participa!* Campina Grande, Centro de Ação Cultural (CENTRAC), 2009.

CENTRO DE AÇÃO CULTURAL. Site oficial: <http://centrac.org.br/programas/juventude-e-participacao-politica/>. Acesso em 29 de jun. 2017.

CENTRO DE AÇÃO CULTURAL. *Informativo do Projeto Juventude Participa! N° 01, abril/maio 2009.*

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades.* Campina Grande, Paraíba, 2009.

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades.* Campina Grande, Paraíba, 2010.

\_\_\_\_\_. *Relatório institucional.* Campina Grande, Paraíba, 2011.

CAMPINA GRANDE – PB. *Lei nº 5. 121 de 29 de dezembro de 2011.* Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal da Juventude, cria o Fundo Municipal da Juventude e dá outras providências.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988).* Brasília, DF: Senado, 2008.

### Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de Filosofia.* 3ª ed. rev. São Paulo: Moderna, 2005.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge. O Estatuto da Juventude: instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, nº 163, 21 p., 2004.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é só uma palavra. In. *Questões de Sociologia*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, Edições Sociedade Unipessoal, LDA, 2003, p. 151-162.

CARMO, Paulo Sergio do. *Culturas da Rebelião – a juventude em questão*. Editora SENAC, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Protagonismo Juvenil - O que é e como praticá-lo*. Entrevista disponível em <http://escola2000.net/aprendizagem/ac-protagonismo.htm>. Acesso em 15 de julho de 2012, às 00h48.

DELACROIX, Chistian; DOSSE, François e GARCIA, Patrick. “Uma crise da História? (as décadas de 1980-1990). In: *Correntes históricas na França (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV; São Paulo: Ed. da Unesp, 2012.

Direitos Humanos na Internet. Entrevista com a socióloga e educadora Maria Victória Benevides realizada por Silvio Caccia Bava, diretor da ABONG, em janeiro de 2000. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/victoria.htm>. Acesso em 03/05/2014.

EBERT, Maristela Rempel. A sociedade e a democracia na pós-modernidade. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 87, ago. 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/087/87ebert.htm>. Acesso em 03/05/2014.

FERNANDES, Cleudemar Fernandes. *Análise do discurso – reflexões introdutórias*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. 110 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. In. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, v. 7, n. 1. p. 147-160, abr. 2007.

GROPPO, Luís Antônio. “A Juventude como Categoria Social”. *Juventude: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, p. 7-27.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº, 55, nov. 2001.

LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens – a época contemporânea*, vol. 2. Tradução de Paulo Neves, Nilson Moulin e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MATOS, Olgária Chain Ferres. *Paris 1968: As barricadas do desejo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

NOVAES, Regina Célia Reyes et al. (Orgs.) *Política Nacional e Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo, Conselho Nacional de Juventude: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

PAIS, José Machado. “Buscas de si: expressividades e identidades juvenis”. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. e EUGENIO, Fernanda (orgs.) *Culturas Jovens – novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006, p. 7-21.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Disponível em: <http://www.campinagrande.pb.gov.br/novo/campina-grande/>. Acesso em 15/08/2012.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_. *Por uma história política*. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ROCHA, Heber Silveira. *Juventude e políticas públicas: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no Governo Lula*. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Coimbra, Portugal: Centro de Estudos Sociais, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e educação: há algo de novo sob o sol? In. *Crítica pós-estruturalista e educação*. VEIGA-NETO, Alfredo et al (Org.). Porto Alegre: Sulina, 1995, p. 09-56.

WELLER, Wivian. Karl Mannheim: um pioneiro da Sociologia da Juventude. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife (PE), 2007.

## **Movimento Quilombola na Paraíba: algumas considerações sobre a organização social pelo direito à terra**

Iany Elizabeth da Costa<sup>1</sup>

### **Resumo**

Neste artigo, apresentamos algumas considerações sobre a emergência do Movimento Quilombola na Paraíba, e no Brasil, a partir, das entidades representativas a CECNEQ (Paraíba) e a CONAQ (Brasil). Para isso, realizamos um levantamento teórico sobre a relação do Movimento Negro e do Movimento Quilombola, na luta por direitos sociais, por meio da crítica à categorização criada pela Constituição de 1988 e a necessidade de se ressignificar a identidade quilombola, por meio, da identidade de resistência. Visando compreender os avanços e limites no estudo dessas organizações sociais, a fim, de perceber como as antigas comunidades negras rurais adquirem espaço na luta dos movimentos sociais brasileiros, no pós-1988.

**Palavras-chave: Território Étnico, Movimento Quilombola, Direitos Sociais.**

### **Introdução**

Os movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas tem sido alvo de diversas abordagens teóricas e conceituais (GOHN, 2012) que buscam constituir linhas de entendimento sobre sua emergência por meio da categorização, e sobre a conjuntura que levaram “à reestruturação das formas de organização e de protestos das ações coletivas” (GOHN, 2012, p.8), estabelecendo um novo panorama de participação social no mundo globalizado. Nesse aspecto, as comunidades quilombolas, destacam-se como um signo de luta por reparação histórica e justiça social, dentro do processo de emancipação política no Brasil no movimento da Constituinte de 1988, emergindo assim, como uma nova categoria fundamentada, a partir, da identidade de resistência (CASTELLS, 2001).

Para Leite (2003) falar em quilombos e quilombolas na contemporaneidade é repensar o lugar social que historicamente tem sido ocupado por esse povo, bem como, destacar a importância do território para esse grupo étnico-racial, que tem seus modos de vida e relação com o território, categorizados no pós-1988, emergindo sobre a categoria de “novos” sujeitos

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF, Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo PPGDH/UFPB, especialista em Educação Integral e Direitos Humanos pelo NCDH/UFPB, licenciada em História pela UVA. Atualmente trabalha como professora de História e Ensino Religioso na EMEF Antônia do Socorro Silva Machado, situada em área de remanescentes do quilombo de Paratibe, João Pessoa – PB. Especializada e Comunidades Quilombolas, Educação Antirracista, Lei 10.639/03, Políticas Públicas e Direitos Humanos. E-mail: ianyelizabeth@hotmail.com

que reivindicam para si uma “nova cidadania” e “direitos também de um novo tipo” (DAGNINO, 2004).

Autores como Porto-Gonçalves (2002) criticam essa categoria de “novos” sujeitos, pois, os compreendem sim como “outros” sujeitos, que reinventam suas identidades, por meios, da categoria de insurgentes, para continuar existindo, passando a serem vistos como “ativistas incômodos” (ARRUTI, 2015) na luta por direitos territoriais e sociais. Escobar (2000) e O’Dwyer (2002) também fazem a crítica à categoria de identidade quilombola, que segundo eles foi homogeneizada pela Constituição de 1988, a partir, do Art. 68 da ADCT (BRASIL, 1988) que longe de afirmar direitos, criou na verdade uma “classificação” na qual nem todas as comunidades quilombolas estão inseridas, dificultando os processos de titulação e abrindo brechas jurídicas para as contestações dos agentes contrários ao direito do povo quilombola.

Nesse sentido, por meio, da articulação do Movimento Negro, surge a CONAQ<sup>2</sup>, em 1996, constituindo-se como a maior entidade representativa dos quilombolas no Brasil (SOUZA, 2008). Posteriormente, surge em nível dos Estados diversas entidades, entre elas, a CECNEQ<sup>3</sup> fundada na Paraíba, no ano de 2004, por intermédio da Mobilização Quilombola, do Movimento Negro Paraibano e da ONG AACADE, que juntas fomentaram as bases para a mobilização quilombola enquanto movimento social pela luta da posse do território ancestral, bem como, por direitos sociais, temática na qual, trabalhamos no presente doutorado, e que agora apresentamos como recorte temático neste presente texto.

### **Novos Atores no Movimento Social: As Comunidades Quilombolas e a emergência da CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.**

Segundo Gohn (2012) compreender as ações dos movimentos sociais no Brasil, a partir, da perspectiva teórica torna-se difícil, pois, a realidade social apresentasse para esses grupos como um termômetro que mede as suas demandas, incidindo no constante processo de mudanças. Compreender de forma geral a luta desses movimentos requer perceber a capacidade que estes têm de assumir formatos diferentes ao longo do tempo, uma vez que suas fundamentações não estão diretamente estruturadas e organizadas em um pressuposto

---

<sup>2</sup> Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

<sup>3</sup> Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba.



unificador, mas sim, são fruto de uma construção coletiva continua (GOHN, 2012). De acordo com Schubert e Dill (2015, p.03):

No Brasil os movimentos sociais organizados surgem com mais força a partir do século XX, influenciados pelas organizações operárias e pela mudança no perfil socioeconômico do país, o crescimento urbano e industrial inseriu novos grupos sociais dotados de interesses e demandas políticas próprias.

Nesse contexto, a trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil segundo Jorge (2015, p.141) pode ser compreendida em dois contextos diferentes: “o velho *versus* o novo”. Sendo o “velho” constituído na luta social entre o proletariado e a burguesia, frente às desigualdades do sistema capitalista, associado aos pressupostos da corrente marxista. O “novo” que emerge nos anos 70 adquire espaço nos debates, a partir, da inserção de novos grupos sociais que trazem consigo demandas específicas que ultrapassam a categoria de classe, valendo-se da diferenciação por questões identitárias, étnicas, de gênero etc. (GOHN, 2012), (LACLAU, 2008) na busca por direitos sociais e emancipação, visando desnaturalizar a exclusão social e o abandono do Estado.

Os remanescentes quilombolas<sup>4</sup> neste contexto, enquanto grupo de resistência negra na Diáspora, frente ao legado de exclusão social do processo escravista<sup>5</sup>, fortaleceram-se por meio da compreensão que o fator racial foi e ainda é determinante social para o povo negro<sup>6</sup>. Resignificando-se enquanto grupo identitário, a partir, da articulação do Movimento Negro brasileiro, no processo da Constituinte (PEREIRA, 2010), por meio, da desconstrução do “mito da Democracia Racial” que segundo Bitencourt (2010, p. 199) foi criado “para fundamentar uma homogeneização cultural e omitir as diferenças e as desigualdades sociais”.

Os quilombolas ressurgem no cenário político-social brasileiro, como “nova” categoria social em meio a outros “novos” sujeitos cobrando do Estado o direito a uma “nova

<sup>4</sup> A terminologia no período Colonial definia quilombos por meio do entendimento do Conselho Ultramarino Português (1740) como sendo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados, nem achem pilões neles”. Na contemporaneidade a terminologia quilombo, assume outras conotações culturais, sociais e políticas, sendo entendidos de acordo com Carvalho (2012, p. 465) “como fenômeno histórico, [...] parte de um conjunto mais amplo de estratégias de sobrevivência e resistência escrava. Por essa razão eles são dinâmicos, mudando no tempo e no espaço”

<sup>5</sup> Conforme Costa (1999, p. 252): “a escravidão brasileira, como a escravidão em outras partes do Novo Mundo, foi um sistema de exploração do trabalho baseado na posse sobre o trabalhador”.

<sup>6</sup> Segundo Mattoso (1982) até 1850 a distinção entre escravizados, livres e libertos foi definida pela sociedade escravista, por meio da raça, tidos como “homens de cor” e sempre associados à escravidão, estes indivíduos estiveram submetidos à segregação e a trabalhos insalubres. Os brancos e os brancos pobres estavam proibidos de realizar tarefas de “negros”. Tal prática contribuiu para a exclusão do povo negro brasileiro.

cidadania” (DAGNINO, 2004), lutando por “direitos também de novo tipo” (DAGNINO, 2004, p.203). Porto-Gonçalves (2002, p. 220) critica essa terminologia de “novos” sujeitos quando nos expõe que:

Ou dito de outra forma, esses sujeitos que muitos chamam novos, embora não o sejam tanto, põem em debate outras questões, outras relações, eles (a)s que tiveram que se forjar em situações assimétricas de poder, mas que nem por isso se anularam e, mais do que resistir, R-Existiram, se reinventaram na sua diferença.

Para Arruti (2015, p. 28) “de quase folclóricos, enfim, os quilombolas tornaram-se ativistas incômodos, localizados no mapa político nacional em algum lugar entre trabalhadores sem-terra, os indígenas, as favelas e os universitários cotistas”. Nesse sentido, a emergência quilombola, sob a categoria de “outros” sujeitos e não “novos” sujeitos relacionam-se diretamente com a luta social pela terra e a ressignificação da identidade (COSTA, 2016). Sendo a Constituição de 1988, do ponto de vista jurídico, um espaço para o reconhecimento do povo quilombola, a partir, do artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT (BRASIL, 1988)<sup>7</sup> que estabeleceu não apenas o reconhecimento da etnicidade, mas o dever do Estado em dar garantias à posse definitiva de do território<sup>8</sup> ancestral.

Mesmo com o reconhecimento étnico dos quilombolas pelo Estado, por meio, do texto da Carta Magna, a questão da regulamentação fundiária quilombola no Brasil ainda é um problema, pois, não são “poucos e nem triviais os obstáculos que se apresentam para efetivação dos direitos dessas comunidades” (IPEA, 2000, p. 493), tendo em vista que, “na medida em que seus direitos fundiários foram reconhecidos, ainda que com limitada implementação, as comunidades quilombolas, passaram a protagonizar conflitos relevantes no cenário brasileiro atual” (IPEA, 2000, p.493), tornando-se uma verdadeira “*Via Crucis*” (BANAL, 2013, p.18) a posse definitiva do território, bem como, acesso os direitos sociais.

Por essas questões de negação de direitos, é de suma importância compreender o desdobramento da luta do movimento quilombola, a partir, da articulação do Movimento

<sup>7</sup> Segundo Mattos e Dantas (2012, p. 140): Para entender a redação do artigo 68 e sua inclusão nas disposições transitórias da Constituição é preciso levar em consideração, primeiramente, o fortalecimento dos movimentos sociais no país, ao longo da década de 1980, e a revisão por eles proposta da memória pública da escravidão e da abolição.

<sup>8</sup> Para Souza (2008, p.78) o território: “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Que se constituem como caminhos de entendimento para compreensão da relação do sujeito com o território e como este se redefine, a partir, dessa relação”. Conforme Bonnemaïson (2002, p. 99) “um território é sobretudo um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. A etnia se cria e se fortalece pela profundidade de sua ancoragem no solo”.

Negro. Nesse sentido, segundo Arruti (2006) o processo de “formação quilombola” caracterizou-se por uma série de ações sistemáticas direcionadas à elevação da autoestima, ao empoderamento mediante ao reconhecimento da importância histórica de cada comunidade, que conseqüentemente, contribuiu na articulação dos processos de reivindicação pelo reconhecimento enquanto quilombolas, na luta por direitos sociais e pela posse definitiva do território.

A mobilização do povo quilombola, impulsionada pela aproximação do Movimento Negro, de ONGs e das Pastorais Católicas do Negro e da Terra, contribuíram no processo de articulação da luta quilombola, segundo Fiabani (2008, p.12): “a presença do movimento quilombola começa a se afirmar enquanto grupo participativo na luta por direitos, no ano de 1982 quando se realizou o I Simpósio Nacional sobre o Quilombo de Palmares, em Alagoas”. Esse processo de organização coletiva do Movimento Quilombola no Brasil, não “está vinculado não só a uma causa política, mas também, cultural” (OLIVEIRA, 2009, p.9). Pois, a emergência étnica dos quilombolas enquanto grupo social organizado está diretamente relacionado à questão da afirmação da cultura relacionada ao território.

A CONAQ surge no ano de 1996, durante a realização da Avaliação do “I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas” no Estado da Bahia, substituindo a comissão provisória das comunidades rurais quilombolas. Sua fundação de acordo com Souza (2008, p.14) teve: “como caráter central se constituir como movimento social, não se configurando como outras formas organizativas tais como organizações não governamentais, sindicatos ou partidos políticos”.

Segundo Souza (2008) no principio a CONAQ foi formada por membros dos movimentos: Quilombola e Negro, tornando-se somente composta por representantes do Movimento Quilombola no ano de 2000, a partir, do II Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado no mesmo ano, na cidade de Salvador, Bahia. Desse segundo encontro a CONAQ saiu fortalecida como a representante nacional das Comunidades Quilombolas Rurais e Urbanas, como destaca Souza (2008) na seguinte entrevista:

No II Encontro, fica essa marca de aproximar e reafirmar a parceria com todos os movimentos, mas de assumir para os quilombolas a representatividade do Movimento Quilombola. Assumimos de forma bastante incisiva, no encontro em Salvador, que enquanto representação de voto na Coordenação Nacional só poderia ser quilombola. Isso significava que reconhecíamos a importância de todas as organizações e pessoas que contribuían com o movimento, mas ao mesmo tempo chamávamos para nós a responsabilidade de nos representa (Gvânia Silva, liderança quilombola)

Destacamos na fala da liderança quilombola, duas questões, a primeira do reconhecimento dos agentes exteriores que fomentaram as bases discursivas do movimento quilombola, e segundo a visão das lideranças quilombolas sobre a necessidade da representatividade, se fundamentar na premissa de “nós” por “nós mesmos”, tendo em vista que as demandas sociais do povo quilombola ultrapassam a categoria de raça<sup>9</sup>, para fundamentar-se na etnia<sup>10</sup>. Para Jorge (2015, p. 148) a CONAQ “surge não só para reivindicar soluções para os problemas nacionais, mas como movimento político organizado para alterar as relações desiguais historicamente estabelecidas em defesa dos direitos do povo negro”.

A CONAQ é formada atualmente por 12 coordenações estaduais representadas por lideranças quilombolas eleitas entre as comunidades quilombolas de cada Estado, tendo representatividade em quase todas as regiões do Brasil, a exemplo da CECNEQ, que falaremos mais a respeito a seguir. Portanto, destacamos que a emergência da CONAQ como entidade de maior representatividade no movimento quilombola brasileiro<sup>11</sup>, é fruto de um processo de visibilidade da presença negra aquilombada<sup>12</sup> na Diáspora, inicialmente como um signo de luta negra rememorada pelo Movimento Negro, posteriormente, como movimento social organizado, o povo quilombola tem buscando espaço na luta social por direitos políticos, econômicos e sociais. Com isso, a trajetória da CONAQ ainda carece de ser revisitada e pesquisada por produções acadêmicas que deem o devido destaque a sua importância na organização política do movimento quilombola no Brasil.

### **Movimento Quilombola na Paraíba: Considerações sobre a criação da CECNEQ - Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba.**

A mobilização quilombola na Paraíba é uma construção histórica, fruto da articulação de homens e mulheres negras (os) na luta por equidade de direitos e pela posse territorial. Para compreender esse processo é necessário perceber o lugar social do povo negro, especialmente, do povo quilombola no cenário paraibano, em seu processo de exclusão e desigualdade racial.

<sup>9</sup> Segundo Schwarcz (1993, p.17) “o conceito de *raça*, que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação sobretudo social. O termo *raça*, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo o significado será constantemente renegociado”.

<sup>10</sup> Para Barth (1998) *etnia* é uma categoria que está relacionada com a herança cultural, com a ancestralidade, é construída por meio da memória social de um povo e se reproduz pelas heranças culturais que ultrapassam gerações, estando associadas à cultura e ao território.

<sup>11</sup> JORGE (2015, p.148) “o movimento social quilombola também compreende entidades estaduais a exemplo da ACONERUQ, ACQUILERJ e a Federação N’GOLO; que correspondem respectivamente a federações dos estados do Maranhão, Rio de Janeiro e Minas Gerais”.

<sup>12</sup> Para Lima (2002, p.39): “hoje a expressão quilombagem corresponde a todas as ações de resistência da população negra contra as opressões”.

Tais questões serviram de bases conceituais para a articulação do Movimento Negro na Paraíba, a partir, da década de 70, por meio, da mobilização de pequenos grupos formados por professores, sindicalistas, artistas e profissionais liberais afrodescendentes, principalmente, nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

Segundo Silva (1999), as ações desses grupos negros estavam relacionadas na valorização da autoestima, e ao combate do racismo. Dessa articulação no ano de 1979, foi fundado na cidade de João Pessoa o Movimento Negro de João Pessoa – MNJP, formado por militantes negros (as) que dentre os quais existiam militantes que participaram ativamente da criação do MNU (Movimento Negro Unificado) – Recife (formando anteriormente ao de João Pessoa), como Gilvandro de Carvalho, também conhecido como Vandinho. Segundo Fonseca (2012, pp.54-55):

Em 1990, depois de enfrentar dificuldades de várias ordens, o MNJP foi obrigado a se dissolver. Todavia os diversos grupos existentes (muitos formados a partir da motivação do MNJP) ficaram necessitados da referência aglutinadora representada pelo MNJP. No ano de 1991, foi esboçada a tentativa de se criar uma “entidade-mãe” para congregar os diversos grupos que ganharam vida desde os anos de 1979 e que, com a dissolução do MNJP, ficaram dispersos.

Fonseca (2012) nos coloca que, no ano de 1997 foi criando o Movimento Negro da Paraíba – MNPB, com sede na cidade de João Pessoa, objetivando aglutinar os diversos grupos negros dispersos<sup>13</sup> com o fim do MNJP, tendo como característica a representatividade negra no Estado, pautando, sua luta em torno de políticas compensatórias, antirracistas, trazendo pela primeira vez a questão quilombola, formulada, a partir, do reconhecimento das comunidades negras rurais paraibanas como descendentes dos antigos quilombos.

Em seus trabalhos Silva (1999) e Fonseca (2012) nos destacam que o Movimento Negro na Paraíba direcionou suas ações para o trabalho de empoderamento das comunidades negras rurais, por meio, de eventos de caráter político reivindicatório, ocorridos nas cidades de Campina Grande, Souza e João Pessoa. Essas reuniões visavam incentivar o processo de auto-reconhecimento, questionando a situação social dos quilombolas, tendo sido escolhido como símbolo da resistência negra: o quilombo do Talhado, situado no município de Santa

<sup>13</sup> Segundo Fonseca (2012) existia ainda um forte Movimento Negro na cidade de Campina Grande, constituído por representantes de escolas secundaristas, das duas universidades públicas da cidade a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), de alguns bairros, que em virtude da mobilização do Movimento Negro Nacional pelo Centenário da Abolição, por meio, de intenso debate foi produzida uma cartilha informativa de enfrentamento da desigualdade social que visava fortalecer a população negra paraibana sobre seus direitos.

Luiza (FONSECA, 2012). Segundo Félix (1996), posterior a essa escolha, o MNPB, acabou por eleger o quilombo dos Palmares como símbolo do ideal de resistência.

A partir, da mobilização do Movimento Negro na Paraíba, as comunidades quilombolas “ressurgem”<sup>14</sup>, por meio do processo de rememoração, passando a serem identificados como espaços negros na luta por direitos sociais. Segundo o relatório da FUNDEP<sup>15</sup> da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em pesquisa realizada sobre a *Equidade Racial e Inclusão Social no Nordeste do Brasil* no ano de 2009, nos aponta que “diversas organizações e lideranças individuais vêm desenvolvendo ações com vistas a combater o racismo e que promovam a igualdade racial no estado” (CEAFRO, 2009, p. 141) atuando em consonância com o Movimento Quilombola.

Entre elas destacamos: a Pastoral do Negro/APN, o Grupo de Mulheres Negras (Hoje chamada ONG Bamidelê), o Instituto de Referência Étnica/IRÊ<sup>16</sup>, a Federação Independente dos Cultos Afro-brasileiros/FICAB, a Federação Cultural de Umbanda, Candomblé e Jurema/FCPUMCANJU, o Movimento de Ação Negra/MOVANE, da Associação Recreativa Escola de Samba Malandros do Morro/ARESM-MO, Grupos de Hip Hop, o Movimento Negro do Valentina Figueiredo/MNVF e o Fórum de Educadores (as) negros (as) e Não negros (as) da Paraíba/FOREDUNE/PB. No campo do terceiro setor registramos a presença atuante da iniciativa privada do Conselho Regional de Psicologia/CRP-PB.

Na esfera governamental, destacamos a atuação do Ministério Público Federal/PB, por meio da Procuradoria dos Direitos do Cidadão e da Defensoria Pública do Cidadão, entidades atuantes nas problemáticas da população negra, especialmente, da população quilombola. No espaço das universidades destacamos as ações dos NEABIs – Núcleo de Estudo e Pesquisa Afro-brasileiro e Indígena – da Universidade Federal da Paraíba - UFPB (campus João Pessoa) e da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (campus Guarabira)<sup>17</sup>. Estes núcleos universitários são responsáveis por desenvolver pesquisas sobre a população negra na Paraíba, além, de promover diversos encontros, seminários, formações e debates sobre a temática.

---

<sup>14</sup> Fortes e Lucchesi (2013) apontam a construção de um imaginário de Nordeste onde a história da população negra, principalmente, a experiência de resistência das comunidades quilombolas foram silenciadas e negadas em prol de uma identidade unificadora que associava à população mestiça a condição de brancos. Em seu trabalho Rocha (2007) buscando mapear o cotidiano de homens e mulheres negros (as) nos séculos XVIII e XIX, destacou que a produção historiográfica do final do século XIX e início do século XX, colaborou nessa invisibilidade social do povo negro, com abordagens excludentes que minimizavam a importância do povo negro na construção da sociedade paraibana.

<sup>15</sup> Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa.

<sup>16</sup> Composto por alunos provenientes dos extintos cursos de História, Geografia e Educação Física do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ (FONSECA, 2012, p.56).

<sup>17</sup> Sendo o NEABI – Guarabira institucionalizado, enquanto o NEABI Campina Grande ainda encontrasse nesse processo (FONSECA, 2012).

Dentre os grupos militantes supracitados, destacaremos a atuação da ONG AACADE (Associação de Apoio aos Assentados e Comunidades Afrodescendentes) entidade responsável pelo início do acompanhamento direto as populações quilombolas paraibanas, trabalhando principalmente no processo de identificação, sensibilização e empoderamento, objetivando a reivindicação dos seus direitos sociais e da posse do território historicamente ocupado.

Falar da AACADE torna-se importante pelo seu trabalho direto com a questão quilombola, esta ONG iniciou sua atuação assessorando grupos de assentado de reforma agrária, quando no ano de 1997, teve seu primeiro contato com a comunidade negra chamada Caiana dos Crioulos, localizada no município de Alagoa Grande - PB, conforme Banal (2013, p.35):

Em 2003, a AACADE começou oficialmente o trabalho com as comunidades afrodescendentes, na Paraíba ninguém podia imaginar a existência de um número significativo delas espalhadas por todo território da Paraíba, do litoral ao sertão.

Com a oficialização jurídica ocorrida em 2003, a AACADE passou a ser entendida como “uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos” (AACADE)<sup>18</sup>. Como explicitado por Banal (2013) logo após o contato com a comunidade de Caiana dos Crioulos, a ONG passou a assessorar especificamente processos identitários de comunidades quilombolas na Paraíba, acompanhando-os de perto, atualmente segundo dados da AACADE/CECNEQ (2015) na Paraíba estão identificadas, certificadas e duas com posse do título da terra, um total de 40 comunidades em todas as mesorregiões do estado.

Conforme as comunidades foram sendo encontradas e o trabalho foi aumentando, apresentou-se a necessidade de uma entidade que fosse composta exclusivamente por representantes das comunidades quilombolas. Fundamentada nessa ideia, surge a CECNEQ, no ano de 2004, constituída a partir do *I Encontro das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba*, ocorrido na cidade de João Pessoa – PB, no Mosteiro de São Bento, em outubro de 2004. Esse evento reuniu inicialmente 12 representantes das comunidades quilombolas paraibanas (COSTA, 2016).

Neste evento, a CECNEQ – PB foi instituída como o objetivo de articular a luta das comunidades quilombolas na Paraíba, formada, a partir, da eleição de representantes das 12

---

<sup>18</sup> Folder informativo intitulado “Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes/AACADE/PB” no qual apresenta de forma geral a história da ONG e sua finalidade, acervo AACADE, 2015. Acesso em: 10/06/2015.

comunidades quilombolas presentes, passando a atuar em conjunto com a AACADE na luta por políticas públicas para os quilombolas na Paraíba. No advento do *II Encontro Estadual das Comunidades Negras da Paraíba* (2005), a CECNEQ já estava consolidada representando os quilombolas paraibanos em diversas reuniões com órgãos públicos do âmbito estadual e federal (COSTA, 2016).

F. F. S., representante da AACADE em entrevista concedida a Costa (2016, p.52) nos oferece uma importante informação sobre esse processo de organização do movimento quilombola, a partir, das referidas reuniões, explicando que:

O evento foi muito importante, porque, deu visibilidade às comunidades quilombolas, abrindo espaço para a reivindicação deles, o mais importante foi o estabelecimento de compromissos em fazer com que a situação dessas comunidades fosse mudada, mediante, ao respeito aos direitos que eles têm (F. F. S., 2015, JOÃO PESSOA – PB).

Essa fala é um indício relevante para compreensão da mobilização do Movimento Quilombola na Paraíba, principalmente, pela articulação entre o Movimento Quilombola e as comunidades quilombolas. É importante salientar que mesmo sendo a entidade mais importante no Movimento Quilombola paraibano, a CECNEQ continua tendo sua história e representatividade negada, principalmente, no âmbito da academia, pois, os silêncios<sup>19</sup> em torno desta permanecem, sendo necessárias pesquisas que os descortinem e tragam à tona as questões territoriais por meio da premissa “nós” por “nós mesmos”.

### **Considerações**

Ao longo do texto buscamos situar a relação entre o Movimento Negro e o Movimento Quilombola no Brasil, no estado da Paraíba, procurando perceber como esses grupos sociais articularam-se no contexto de ajuda mútua a fim de ocupar espaços nas pautas reivindicatórias por direitos sociais. Percebendo os remanescentes quilombolas como sujeitos que historicamente foram excluídos, e que tem a partir do processo da Constituinte suas vivências exaltadas, enquanto espaço de recriação de África. Tendo sido categorizadas na Constituição de 1988, a partir do art. 68 da ADCT (BRASIL, 1988) que longe de afirmar direitos, criou na verdade uma “classificação” na qual nem todas as comunidades quilombolas estão inseridas,

---

<sup>19</sup> Autores como Macena (2010), Banal & Fortes (2013) e Fraga (2015) não avançam no estudo sobre a formação da CECNEQ e sua importância na articulação do movimento quilombola, acabando por reproduzirem, as mesmas informações iniciantes que não dão conta da importância dessa entidade na representatividade quilombola e na luta pelo acesso a terra.



dificultando os processos de titulação e abrindo brechas jurídicas para as contestações dos agentes contrários ao direito do povo quilombola.

A CONAQ entidade nacional representativa quilombola e a CECNEQ entidade quilombola representativa no estado da Paraíba, são importantes organizações quilombolas atuantes que nos ajudam a compreender a necessidade de representação quilombola na luta por direitos sociais, bem como, exemplificam o processo de autodeterminação e mobilização social que foi sendo construído de forma coletiva por homens e mulheres negras (os) na luta por visibilidade, por direitos e principalmente pela revisão histórica do lugar social dos quilombos no Brasil e na Paraíba, a partir, do reconhecimento das experiências de resistência do povo quilombola na Diáspora.

## Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 15/10/2015.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. 1. ed. Bauru: Edusc, 2006. 368 p.  
\_\_\_\_\_. Quilombos e Cidades: breve ensaio sobre processos e dicotomias. In

BIRMAN, P. (org). **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes, ordens e resistências**. RJ, FGV. 2015.

BANAL, A. “A Via Crucis” das comunidades quilombolas no Brasil e na Paraíba. In: BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (org.). **Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013. pp:18-43.

BITTERN COURT, C. História do Brasil: Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil. In: KARNAL. Leandro (org). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6.ed. 1ª reimpressão. São Paulo; Contexto, 2010.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CEAFRO, **Relatório da Equidade Racial no Nordeste Brasileiro – ano 2009**. Disponível em: < <http://www.ceafro.ufba.br/web/index.php/noticias/exibir/24>>. Acesso em: 25/04/2017.

COSTA, I. E. **A resignificação da Identidade Quilombola na Comunidade de Paratibe: uma análise a partir dos processos de resistência**. 176f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2016.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedade civil em tempos de globalización**. Caracas:FACES, Univ. Central de Venezuela, 2004, p.95-110.

ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (compilador). **La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas**. 2000, Buenos Aires: Clacso-Unesco, p. 113 a 143.

FÉLIX, João Batista de Jesus. Pequeno histórico do Movimento Quilombola contemporâneo. In: SCHWARCZ. Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza (Orgs.). **Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996, p.211-216.

FIABANI, Adelmir. **Os novos quilombos: luta pela afirmação étnica no Brasil [1988 – 2008]**. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio Sinos – UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2008.

FONSECA, Ivonildes da Silva. Registros sobre o Movimento Quilombola da Paraíba. In: TELLA, Marco Aurélio Paz (Org). **Direitos humanos, população afro-paraibana e mulheres negras.**- João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

IPEA, **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. V. 1 (jun.2000). Brasília, 2000.

JORGE, Amanda Lacerda. O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória. **Revista VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.17, n.3, p.139-151, set/dez/2015.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. In: ENCONTRO ANUAL DAS ANPOCS, 32, 2008, Caxambu, MG.

LEITE, I. B. **Quilombos: questões conceituais e normativas**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 01, p. 01-05, 2003.

OLIVEIRA, Frederico menino Bindi de. **Mobilizando oportunidade: estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola**. (Dissertação de Mestrado) Universidade de São Paulo, 2009.

O'DWYER, E. C. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **“O Mundo Negro”**: a constituição do Movimento Quilombola contemporâneo no Brasil (1970-1995). (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. 2010.

PORTO- GONÇALVES. C. W. “Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”, em Ceceña, Ana Esther y Sader, Emir (coordenadores) **La Guerra Infinita. Hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

SILVA, Tânia Maria Correia da. **LembaOdu**: práticas informacionais no contexto do Movimento Quilombola na cidade de João Pessoa – PB. João Pessoa, 1999. (Dissertação de Mestrado), UFPB.

SOUZA, Barbara Oliveira. Movimento quilombola: reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identários. In: **REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**, 26, ju.2008. Porto Seguro, Bahia.

SCHUBERT, Janete; DILL, Diego Eduardo. **Participação política e o empoderamento das comunidades remanescentes de quilombo do Maranhão**: a experiência da comissão de articulação das comunidades quilombolas do município de Icatu. Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Set. 2015.

## Mulheres sem terra no surgimento do MST na Bahia (1987-89)

Leonardo Dantas D'Icarahy (UFBA)<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo trata da história de vida de cinco mulheres sem terra do MST que participaram do período de surgimento e estabelecimento deste movimento social na Bahia, na região extremo sul, entre os anos de 1987 e 1989. Procuramos articular suas trajetórias, acessadas a partir de depoimentos orais, à história deste movimento social. Atentamos para o papel delas na decisão de suas famílias de ocupar uma terra e nas estratégias utilizadas para sobreviver no acampamento. Sem negligenciar as hierarquias de poder das relações de gênero dentro deste movimento social, captamos a sua participação política, convidando famílias para ocupações, organizando reuniões, enfrentando violências e mesmo o encarceramento. Assim, é nosso intuito mostrar o protagonismo dessas mulheres nesta fase inicial do MST no estado baiano.

**Palavras-chave:** MST; Mulheres; luta pela terra.

### Introdução

Para fins analíticos, considera-se que uma das características dos camponeses é a sua economia de base familiar (MOTTA & ZARTH, 2008). Uma das particularidades da luta do MST, por sua vez, é o fato de envolver igualmente toda a família. Mulheres, homens, jovens, crianças e idosos, todos podem assumir o protagonismo de algum modo (STÉDILE & FERNANDES, 2005). As relações familiares têm grande peso na decisão de entrar para um movimento social de luta pela terra, seja impondo resistências ou sendo o incentivo que faltava. Ademais, a partir do seio familiar se constroem estratégias para se resistir no período de acampamento.<sup>2</sup>

Para Renata Gonçalves, os períodos da ocupação e acampamento são os de maior atuação das mulheres, onde, muitas vezes, ficaram na linha de frente nos enfrentamentos com jagunços e policiais (GONÇALVES, 2009). A década de 1980, período que iremos tratar, marca uma inflexão na participação política das mulheres no interior dos movimentos sociais do campo. Embora, haja importante presença feminina anteriormente, a partir de então, começam a ocorrer os primeiros encontros de mulheres trabalhadoras rurais para debater os problemas que lhe são específicos (CARNEIRO, 1994). A maior parte de suas reivindicações,

---

<sup>1</sup> Discente vinculado ao Programa de Pós-Graduação de História da UFBA. Realiza uma pesquisa de mestrado sobre a luta pela terra das trabalhadoras e trabalhadores rurais do extremo sul da Bahia e o surgimento do MST no estado, entre os anos de 1975 e 1989.

<sup>2</sup> Acampamento é a fase que vai da ocupação de terra por um movimento social à desapropriação da mesma em favor das famílias ou do despejo delas. Assentamento é a área desapropriada em benefício das trabalhadoras e trabalhadores, geralmente, organizados em uma associação.

na época, giravam em torno da sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política (SALES, 2007). Em relação ao MST, na segunda metade da década de 1980, é possível ver, em relatórios produzidos por sua direção nacional, avaliações que consideravam como insuficiente a participação feminina nos espaços decisórios (SILVA, 2004). Se com o passar dos anos a situação foi melhorando, certamente, foi devido a atuação e intervenção das mulheres.

Este artigo que apresentamos é o resultado parcial de uma pesquisa de mestrado sobre o surgimento do MST na Bahia e a luta das trabalhadoras e trabalhadores. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma história do movimento social e das pessoas que o compõem. Uma das questões que nos inquietou, ao longo da pesquisa, foi qual a motivação dessas pessoas em entrar no movimento social de luta pela terra. Em seus depoimentos, o desejo de ter um pedaço de terra apareceu com frequência.

No entanto, a decisão de ocupar uma terra e permanecer acampada ou acampado possui uma série de consequências. Percebemos, como notou Gonçalves, que a presença das mulheres nestes períodos foi crucial e para além das situações que envolviam enfrentamentos (GONÇALVES, 2009). Nesse sentido, tivemos oportunidade de entrevistar mulheres, trabalhadoras rurais, cuja prática social aponta para um decisivo protagonismo feminino.

A respeito do conceito de gênero, recorremos à Rachel Soihet e Joana Maria Pedro para quem se deve dar ênfase especialmente ao caráter social e cultural das diferenças baseadas no sexo, tendo em vista as relações de poder entre homens e mulheres (SOIHET & PEDRO, 2007). Complementando o raciocínio, por estarmos tratando de mulheres trabalhadoras rurais, buscamos compreendê-las a partir da interseção dos fatores de gênero e da classe social que fazem parte, como sugerido por Carneiro (CARNEIRO, 1994).

De E. P. Thompson utilizamos a noção de classe enquanto fenômeno histórico, que se autoforma, ao mesmo tempo em que, é formada pelos fatores históricos. Isto implica em perceber as trabalhadoras atuando enquanto *sujeitas* mesmo em condições determinadas (THOMPSON, 2004). Consideramos igualmente importante a noção de *experiência* do historiador britânico, que seria a mediadora do *ser social* e da *consciência social* (THOMPSON, 1981).

O intuito deste artigo é trazer à tona a história de vida de cinco mulheres sem terra, D. Maria Soares, D. Luza, D. Eulália, D. Lia e D. Neuza, articuladas à história do surgimento

e estabelecimento do MST na Bahia. A delimitação espacial é a região extremo sul da Bahia<sup>3</sup> (SEI, 2010). Já os marcos temporais são os anos de 1987 – primeira ocupação do MST- e 1989, ano em que é possível dizer que o Movimento<sup>4</sup> constituiu bases mais sólidas no estado baiano. De todo modo, cabe colocar que essa delimitação serve mais para pensar a história do movimento social. As histórias de vida dessas mulheres não cabem dentro desses limites.

Em relação ao surgimento do MST enquanto movimento nacional, há consenso na bibliografia que acessamos no que diz respeito ao conjunto de fatores que propiciaram tal fenômeno. Em geral, destaca-se: I. a atuação social da igreja e do sindicalismo rural e urbano; II. a política agrária do regime militar, que teve entre outras consequências, a concentração da propriedade da terra, o aumento da grilagem e dos conflitos sociais; III. a conjuntura da luta pela redemocratização no país (FERNANDES 1999; SIGAUD, 2005; GRZYNSZPAN, 2003).

Para acessar a história de vida dessas mulheres, realizamos entrevistas nas comunidades onde moram. Como propõe Pollack, estamos entendendo a história oral como a própria história de vida das pessoas (POLLACK, 1992) e como uma metodologia da disciplina História (FERREIRA & AMADO, 2006). Consideramos este método como privilegiado para acessar as experiências de vidas dos grupos “esquecidos pela história” (BECKER, 2006), como as mulheres trabalhadoras.

É preciso expor ainda que a matéria-prima da história oral é a memória e esta tem como uma de suas características ser construída ao sabor das preocupações do presente, seja de caráter pessoal ou político (POLLACK, 1992). Em geral, nesse processo, a pessoa que está sendo entrevistada procura “estabelecer certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos chaves [...], e de uma continuidade, resultante de uma ordenação lógica.” (POLLACK, 1989, p. 13). Coloca igualmente este autor que a memória é um componente que constitui o sentimento de identidade, seja individual ou coletiva (POLLACK, 1992).

Em termos de fontes orais utilizamos cinco depoimentos das mulheres sem terra, um depoimento do militante do MST, Ademar Bogo, especialmente para as questões da história do movimento social, e uma entrevista com o agente pastoral, Celso Favero. As fontes escritas de que nos valem foram oriundas de pesquisa nos arquivos da Diocese Teixeira de Freitas/Caravelas – Ba, no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT Nacional (virtual) e Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

---

<sup>3</sup> A base para definir a região é o que hoje se considera o território de identidade Extremo Sul.

<sup>4</sup> Utilizaremos a denominação “Movimento” para nos referirmos ao MST, assim como suas integrantes o fazem.

## O Rebento

Na noite do dia 6 de setembro de 1987, D. Maria Soares organizava sua bagagem, iria participar de uma ocupação pelo MST, a primeira no estado baiano. Nessa hora, seu marido chegou do trabalho e percebendo a movimentação da esposa a indagou: “Pra onde cê vai?!”.<sup>5</sup> Respondeu, D. Maria: “Eu vou pra terra, eu vou pra uma terra por ai afora”.<sup>6</sup> Seu marido, então, disse: “Você tá doida, mulher!”<sup>7</sup>.

Nossa primeira personagem, D. Maria Soares, nasceu na zona rural no município de Jacinto em Minas Gerais, próximo aos atuais municípios de Guaratinga e Eunápolis - Bahia. Em sua memória, apareceu a dureza das condições de vida de quem desde criança teve que trabalhar: “A vida da gente era assim trabalhar e levar pra rua<sup>8</sup> pra vender”.<sup>9</sup> Mas pondera um elemento: “a gente tinha terra”.<sup>10</sup> Embora valorize o fato de sua família ter sua própria terra, esse tempo não é romantizado por D. Maria, que relata a dificuldade que enfrentavam.

Em Jacinto passou a infância, juventude e conheceu seu marido. Foi morar com ele na roça do sogro, que, em dado momento, resolveu partir para a Bahia. O pai de seu companheiro não queria que o filho ficasse em Minas Gerais e convenceu o casal a ir junto. Com o dinheiro da venda de sua propriedade, o sogro comprou outra terra na região de Guaratinga/Ba, porém ela era de má qualidade. Percebendo que não tiraria mais o sustento da família no trabalho com a nova terra, D. Maria e o seu marido migraram para Itabela, provavelmente na primeira metade da década de 1970. A esta altura, eles já tinham quatro filhos e a situação era dura: “Falei: ‘Meu Deus’! Pra Itabela com Deus na frente e os fio na mão. Que não tinha mais nada, a gente não tinha nada, nada, nada...”.<sup>11</sup>

Os seis primeiros meses, em Itabela, foram árduos, “Nós só faltava trabalhar de dia e de noite pra poder dar conta dos filho”.<sup>12</sup> Com o tempo, o marido dela se empregou numa serraria e ela virou trabalhadora doméstica. Lembra D. Maria, que nunca gostou de morar na cidade. Aos domingos, que seria hora de seu descanso, ela pedia a fazendeiros que lhes cedessem um pedaço de terra para plantar: “Só mode eu envolver no domingo, pra eu não

<sup>5</sup> Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

<sup>6</sup> *Ibidem.*

<sup>7</sup> *Ibidem.*

<sup>8</sup> Rua para as trabalhadoras rurais da época significa a zona urbana.

<sup>9</sup> Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

<sup>10</sup> *Ibidem.*

<sup>11</sup> *Ibidem.*

<sup>12</sup> *Ibidem.*

ficar na rua, que eu nunca gostei de rua.”<sup>13</sup> Dizia para o marido que um dia moraria na roça novamente na Bahia ou em Minas Gerais.<sup>14</sup>

Quando começaram as primeiras reuniões do MST em Itamaraju, Maria ficou sabendo e falou para os filhos: “Ah, eu vou lá. Pra ganhar terra, eu vou lá”.<sup>15</sup> Eles estranharam a disposição da mãe. Seu marido não estava por casa, passava uns dias fora à trabalho. Até que soube que aconteceria uma reunião em Itamaraju em um Domingo e foi. Participou dela e saiu com a incumbência de organizar pessoas em Itabela para entrar no MST, como relatou:

Cheguei lá, participei de uma reunião. Na hora de eu sair, eles já me deram um trabalho em Itabela.

Falou: ‘Você vai trabalhar mais nós, você vai fazer reunião lá em Itabela’.

Eu falei: ‘Mas como vai fazer essa reunião? Eu não sei de nada’.

Eles: ‘Nós vamos ensinar a você aqui como é que faz’.

Hei, cheguei lá em Itabela, botei pocando... [risos].<sup>16</sup>

A partir de então, D. Maria se tornou uma militante do MST e foi uma das responsáveis por convidar famílias de Itabela para conhecer o Movimento e ocupar uma terra. Percebe-se, na narrativa de D. Maria, a intenção de demonstrar uma relação lógica entre a sua trajetória pregressa ao MST, em que nasceu como possuidora de terra, mas que, em seguida, foi obrigada a morar na cidade, e a sua decisão de entrar no Movimento. A mediação entre esses dois momentos de sua vida foi o seu desejo de possuir uma terra.

O seu marido não gostou de saber da participação dela na preparação de ocupações de terra, disse que a mulher havia ficado doida de vez. Ele trabalhava em uma serraria há catorze anos e já tinha virado uma espécie de encarregado do patrão, Seu Ilmo, que, quando precisava se ausentar, deixava a pequena fábrica sob seus cuidados. Além disso, a filha mais velha do casal era trabalhadora doméstica na casa de Seu Ilmo. Segundo D. Maria Soares, ele tinha confiança total na família. Porém, ao saber da participação dela no Movimento, ficou contrariado, como narrou D. Maria:

O patrão falou: ‘Olha, eu acreditava demais em você. Agora perdi a confiança que você endoidou’.

Eu falei: ‘Seu Ilmo, eu endoidei e quando passar essa doideira minha, a primeira [terra] que vamo ocupar é a sua’.<sup>17</sup>

<sup>13</sup> Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> *Ibidem*



Na sua decisão de entrar para o MST e ocupar uma terra, Maria foi chamada de doida pelo marido e pelo patrão, a prática machista ultrapassava as fronteiras das classes sociais. A esta altura seu mundo estava de ponta a cabeça. Já não achava que devia algum gesto de deferência ao patrão que queria se intrometer nas suas decisões. Já se via de lado oposto a ele, que possivelmente também era proprietário de terra. De uma só vez, sua atitude rompia as hierarquias impostas pelas relações de gênero e classe.

A perseverante Maria convenceria seu marido a acompanhá-la. Na mesma noite do dia 6 de setembro, ele decidiu ir para a terra com ela. Levaram seu filho do meio. A filha mais velha também acompanhou o casal para conhecer o caminho, caso acontecesse algo com eles, ela poderia buscar o irmão. D. Maria sabia dos perigos de ocupar uma terra.<sup>18</sup>

D. Luza, nossa outra personagem, nasceu na zona urbana de Itabuna. Mas, saiu de lá, aos quatro anos de idade, para morar em Canavieiras. Aos sete, mudou-se para um povoado chamado Novo Horizonte, na época município de Porto Seguro. Seu pai era tropeiro e quando ela estava com cerca de dez anos, resolveu vender seus animais e comprar uma pequena propriedade rural. Nesta idade, ela já ajudava a família no plantio de cacau e café. Posteriormente casou-se com um homem que morava próximo à roça de seu pai aos vinte anos, na virada da década de 1960 para 1970.<sup>19</sup>

Moraram na zona rural por pouco mais de dez anos, até que, em 1981, resolveram migrar para um povoado próximo à Itamaraju, Vila União.<sup>20</sup> Os motivos para sair da roça foram que seu marido preferia trabalhar com comércio e seus filhos precisavam ir para a escola. Em 1985, ela se separou do marido, que partiu e a deixou com a responsabilidade de criar cinco filhos.<sup>21</sup> Esse é um dos fatos marcantes em sua trajetória. Ter sido uma mulher desquitada em uma sociedade machista e tendo os filhos sob sua responsabilidade foi um grande desafio. Em um dos momentos da entrevista, D. Luza narrou um diálogo com um padre em que este mencionou sua condição com um tom de inferiorização, disse: “A senhora pode falar a palavra [de Deus]. A senhora é uma mulher separada, mas a senhora é uma mulher sincera.”

Em 1987, um grupo de três militantes chegou ao povoado de D. Luza para convidar famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais para conhecer o MST. Um deles era Pedro dos Anjos, na época presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamaraju. Juntamente

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

<sup>20</sup> Atualmente, o povoado pertence a Itamaraju.

<sup>21</sup> Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

com outros sindicalistas da região, ligado à CUT, formaram a primeira Coordenação Estadual do MST na Bahia. Em geral, para se estabelecer nos territórios o MST contou com o apoio de organismos da Igreja Católica e do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Além de contribuir fornecendo estrutura física para as atividades, os sindicatos e a Igreja apresentavam os militantes do Movimento às trabalhadoras e trabalhadores rurais, dando, de algum modo, o indispensável aval de confiabilidade aos mesmos (SIGAUD, 2010).

Ademar Bogo e Jaime Amorim eram do MST de Santa Catarina. Na ocasião de sua fundação institucional, no I Encontro ocorrido em janeiro de 1984, o Movimento estava organizado somente nos três estados da região sul do Brasil, em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Um dos objetivos era tornar-se um movimento social de amplitude nacional, por isso ficou decidido que os estados mais estruturados cederiam militantes para os menos, especialmente os do nordeste (FERNANDES, 1999).

Por isso, Bogo e Jaime estavam na Bahia, o estado seria o ponto de partida para o estabelecimento do MST na região nordeste. O objetivo inicial, na Bahia, foi construir uma rede de aliados e apoiadores locais, a partir do movimento sindical e das entidades da Igreja Católica.<sup>22</sup> Em seguida, partir para o que o MST chama de trabalho de base, que consiste em convidar famílias para reuniões, onde se debatiam temas relativos à reforma agrária e ao movimento social, bem como se preparavam as ocupações de terra (FERNANDES, 1999, p. 77-8; SIGAUD, 2010, p. 284).

Esse era o intuito dos militantes no povoado de D. Luza. Eles queriam estabelecer um contato com uma pessoa conhecida para que essa convidasse outras famílias para participar das reuniões. Foram ao povoado de D. Luza e os moradores a indicaram. Os militantes foram ao seu encontro. Ficou acertado que ela seria um contato na área e que chamaria as pessoas para uma reunião com o MST. Nessa época, aconteceram alguns encontros de periodicidade quinzenal no povoado.<sup>23</sup>

Com o desenrolar das reuniões em Vila União, D. Luza vinha sendo informada que a ocupação estava próxima, mas não sabia exatamente o dia e nem onde seria. Só um grupo muito restrito de militantes tinham essas informações, pois se vazadas, poderiam comprometer todo o trabalho de base. Dois meses depois do primeiro contato, chegaram

---

<sup>22</sup> Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

<sup>23</sup> Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

algumas pessoas na sua comunidade e disseram que aquele seria o dia da ocupação. Pediram que ela avisasse às famílias que à noite o caminhão passaria para pegá-las.<sup>24</sup>

Confessou D. Luza, que ficou em dúvida se iria ou não. Ela tinha um emprego, trabalhava como zeladora em uma escola. Estava com medo de largá-lo para ir à uma terra que não sabia se seria sua ou não. Afinal, era a primeira ocupação do MST na região e não se sabia se daria certo. A vontade dos filhos, que tinham nascido na zona rural, de ter uma terra a convenceu. Ela relatou o diálogo que tiveram:

Meus meninos, o mais velho já tinha dezesseis anos, o Zé. Os outros estavam de treze, de doze, de onze, de dez e de oito, que era Márcia, de oito anos. Cinco, cinco adolescentes.  
 Aí eu: ‘E as escolas agora, meu filho?’  
 Eles: ‘Não, lá nós estuda, nós vai estudar lá’.  
 Eu falei: ‘Tá bom’.  
 Tudo queria vim. Começou criado na roça, né. Não acostumou na rua nunca.<sup>25</sup>

D. Luza fez questão de frisar a importância dos filhos em sua decisão de ir para a terra. Afinal, era com eles que compunha seu núcleo familiar. Tomou a decisão de ir, mas com precaução. Pediu uns dias de afastamento na escola e arrumou uma pessoa de confiança para ficar no seu lugar. Se a terra não desse certo, voltaria para o emprego que garantia o sustento da família.

Na noite preparatória da ocupação, D. Eulália, nossa terceira personagem, ficou em oração, junto com várias famílias, em um salão de uma Comunidade Eclesial de Base da periferia de Itabela. Em meados da década de 1980, ela participava de atividades desta CEB junto com um grupo de freiras.<sup>26</sup> Através de uma amiga, que morava com as irmãs, ficou sabendo que estava chegando um movimento de ocupação de terras, que faria uma reunião na cidade.<sup>27</sup>

D. Eulália, é natural do município de Guaratinga. Nasceu e foi criada na roça de seu pai. Casou-se ao dezoito e, cinco anos depois, foi morar na cidade de Itabela. Ela passou a trabalhar em uma loja e seu marido na roça do sogro. Mesmo morando na cidade e com esse emprego, contou: “A gente tinha vontade de ter uma terra da gente também.”<sup>28</sup> Antes da

<sup>24</sup> *Ibidem.*

<sup>25</sup> *Ibidem.*

<sup>26</sup> Na região extremo sul, haviam várias Comunidades Eclesiais de Base que se disseminaram pelo estímulo dado pelo Bispo Dom Filipe e pela equipe de Pastoral, que contava com padres, freiras e leigos, desde meados dos anos 1970. Cf. Entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2016, na sede do CEAS em Salvador.

<sup>27</sup> Entrevista com D. Eulália, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

<sup>28</sup> *Ibidem.*

primeira reunião que participou em Itabela, ela teve uma conversa com um militante do MST, Toinzinho. Assim relatou o diálogo que tiveram:

Toinzinho: ‘Oí, tá tendo uma ocupação de terra num tal lugar que eu não sei aonde que é. Como a senhora tem vontade de ter um pedaço de terra, acho que agora é a sua chance’.

Ele me convidou, assim, com aquela segurança.

Toinzinho: ‘Se a senhora perder essa chance agora, a senhora não vai ter outra chance nunca’. [...].

E eu falei: - ‘Não vai ter esse problema de conflito, de polícia, despejo’.

Ele falou: - ‘Não. Não vai ter porque é uma terra já desapropriada.’.<sup>29</sup>

O medo de um conflito com as forças policiais ou com pistoleiros contratados por fazendeiros devia ser um sentimento presente em várias trabalhadoras. Por outro lado, os militantes do MST deviam argumentar que a terra estava desapropriada para aumentar a confiança na possibilidade de vitória sem confrontos. As duas primeiras áreas escolhidas para ocupações estavam em vias de desapropriação pelo INCRA.<sup>30</sup> Como as chances da conquista eram boas, o Movimento poderia passar confiança às outras famílias em ocupações futuras.

Em um estudo sobre o surgimento do MST em Pernambuco, a antropóloga, Lygia Sigaud, notou que as famílias optavam em entrar no Movimento por uma crença de que poderiam ter um futuro melhor. Aponta ainda que tal crença foi se consolidando à medida que as terras ocupadas eram desapropriadas, aumentando assim a confiança das pessoas de que poderiam conquistar um pedaço de terra (SIGAUD, 2005).

Apesar da vontade, D. Eulália não confirmou à Toinzinho que iria, pois queria que o marido a acompanhasse e ele estava trabalhando na roça. Conseguiu que falassem com ele, que se interessou e foi para Itabela participar da ocupação. Nesse ínterim, à pedido de Toinzinho, D. Eulália ficou com a função de convidar famílias que tivessem interesse em ocupar uma terra. Assim o fez, como contou: “A gente conseguiu reunir muitas mulheres. E tinha um grupinho do salão comunitário num Bairro de Itabela, que era onde a gente se reunia. Salão comunitário da Igreja.”.<sup>31</sup> Na madrugada do dia 7 de setembro, D. Eulália partia para sua primeira ocupação de terra no fundo de uma caçamba cheia de mulheres. Saíram de Itabela 6 caminhões e 8 caçambas lotadas de pessoas e seus pertences.<sup>32</sup>

Foram cerca de 600 famílias, oriundas de 8 municípios da região, que participaram da primeira ocupação do MST na Bahia e Nordeste. A área ocupada era conhecida como

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

Projeto 4045, tendo cerca de 5.100 hectares.<sup>33</sup> A terra pertencia à Flonibra, empresa do *agrobusiness*, vinculada ao setor de papel e celulose, que foi criada em associação da estatal Vale do Rio Doce e da privada japonesa *Japan Brasil Pulo Resources Development Co.* (PEDREIRA, 2008). Em meados da década de 1970, a empresa teria ocupada uma área de cerca de 150 mil hectares, no extremo sul baiano, com incentivos dos governos estadual e federal. Desde então, estava envolvida em conflitos de terra com posseiros, situação que se tornou comum na região com o aparecimento do fenômeno da grilagem em larga escala.<sup>34</sup>

Das nossas três personagens, D. Luza foi a única a ficar satisfeita com a terra ocupada. Conta que na mesma semana da ação, foi erguido no acampamento um barracão provisório com três ambientes, que seria uma escola provisória. Seus filhos iam poder estudar.<sup>35</sup> Já D. Eulália confessou que, ao chegar naquela terra cheia de eucaliptos em volta, não gostou. Veio a crise, pois não queria ficar, mas ao mesmo tempo, muitas pessoas tinham ocupado a terra por sua influência. Acabou voltando para casa. Passados alguns dias, se arrependeu e foi à residência das freiras, que intermediaram a sua volta. Ficou acampada com o marido no Projeto 4045, até que foram para a segunda ocupação, o Riacho das Ostras.<sup>36</sup>

D. Maria Soares também teve seu dilema no Projeto 4045. Seu marido que aceitou acompanhá-la, não gostou da terra. Ela tinha a mesma opinião, mas não podia externar. Somado a isso, os militantes do MST queriam que ela ficasse na área, possivelmente para assumir alguma função de coordenação no futuro assentamento. Mesmo com esse impasse individual, ela foi seguindo. Participou dos preparativos da segunda ocupação. A fazenda estava cercada por pistoleiros e a missão dela era pegar um transporte que passava pela área todos os dias até perceber a ausência deles.<sup>37</sup> Sem os pistoleiros, no dia 5 de dezembro, 120 famílias, oriundas do acampamento do Projeto 4045, ocuparam a fazenda Riacho das Ostras. (FENANDES, 1999; SANTOS 2004). Assim como D. Eulália, D. Maria Soares ficou acampada lá.

Não houve despejo das famílias em nenhum dos dois acampamentos.<sup>38</sup> A condição de serem terras em processo de desapropriação facilitou as coisas. Porém, essas mulheres e as

<sup>33</sup> Jornal Sem Terra, nº 67, out de 1987.

<sup>34</sup> *Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Grilagem na Bahia*: depoimento de Dom Jairo Rui Matos da Silva (CPT NE III), 01/09/1977.

<sup>35</sup> Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

<sup>36</sup> Entrevista com D. Eulália, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

<sup>37</sup> Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

<sup>38</sup> No Riacho das Ostras, houve alguns conflitos com a Companhia Madeireira de Itamaraju, que era a antiga proprietária e, mesmo com acampamento, continuava retirando madeira do local. O processo de desapropriação da área se arrastou até 1998. O Projeto 4045 aconteceu em 1987. Cf. Santos (2004).

outras trabalhadoras e trabalhadores perceberam, cada uma a seu tempo, que a decisão de entrar no MST não implicava somente em ocupar a terra. A permanência no acampamento também era tarefa das mais árduas. Sobre esse período de acampada, D. Maria Soares relembrou:

No começo, conseguiu umas cestas básicas para o pessoal. Só que tinha muita gente e o alimento que eles arrumavam era muito pouco pra o tanto de gente que tinha. Tinha aquelas divisão de uma lata de óleo pra dez pessoas, de um pacote de café pra dez pessoas, cada um tinha que ter uma colher de cada coisa. Só aquela coisa mesmo pra não ficar sem nada.<sup>39</sup>

Já na memória de D. Eulália, é bem presente o sofrimento do período: “pra ficar em área de Reforma Agrária, [...] tem que ter vontade de ter um pedaço de terra e não poder comprar ela. Porque é muita luta, é muito sofrimento.”<sup>40</sup> Embora mencionem o sofrimento e o racionamento de alimentos, D. Maria e D. Eulália não tratam explicitamente da questão da fome, que apareceu na fala de outras pessoas que tive a oportunidade de entrevistar, como veremos adiante. Talvez não tenham vivenciado isso na própria pele, mas certamente seus olhos testemunharam. Não deve ser fácil tratar de um tema como esse, até porque geralmente a intenção de seus depoimentos é passar uma mensagem positiva da sua história e do MST. Para tanto, opera-se uma seleção dos fatos expostos em suas narrativas, bem como um cuidado na abordagem de temas sensíveis. Essa deve ter sido a razão da omissão.

## O Firmamento

Cerca de três meses após a ocupação do Riacho das Ostras, em 13 março de 1988, 1300 famílias ocuparam a fazenda Bela Vista no município de Itamaraju. O seu dono era Eraldo Lemos, que havia sido deputado federal pela ARENA, entre 1971 e 1975 e, no momento, era suplente de Senador pelo PDS sergipano.<sup>41</sup> Tratava-se de pessoa poderosa. A ação do MST teve por consequência a união de boa parte dos grandes proprietários de terra da região extremo sul por meio da União Democrático Ruralista (UDR). A entidade passou a pressionar o poder público pelo despejo das famílias, que veio a ocorrer em 16 de março de 1988.<sup>42</sup>

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> Entrevista com D. Eulália, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

<sup>41</sup> *Jornal O Estado de São Paulo*. Fazendeiros ameaçam expulsar os sem-terra, São Paulo, 16/03/1988.

<sup>42</sup> *Telegrama da Executiva Nacional do MST para o Secretariado Nacional da CPT*, São Paulo, 16/03/1988.

As famílias foram levadas em caminhões para vários municípios da região. Diante da situação, os freis Chico e Dílson, que coordenavam o Seminário dos Capuchinhos da Igreja Católica na cidade de Itamaraju, ofereceram uma área para as famílias se instalarem provisoriamente (FERNANDES, 1999). Dois dias após o despejo, o MST conseguiu audiência com o governador Waldir Pires. Tensionado por ambos os lados, ele se comprometeu a pressionar o Ministério Especial da Reforma Agrária (MIRAD) para que as famílias que estavam no Seminário fossem assentadas em até 90 dias.<sup>43</sup>

O prazo se esgotou em 18 de junho de 1988, mas Waldir solicitou ao MST que esperasse até o dia 30 deste mês. Não tendo resposta satisfatória novamente, o Movimento organizou um ciclo de três ocupações nas fazendas Boa Esperança, Vale do Rio Doce e Reunidas Corumbau, entre os dias 30 de junho e 3 de julho de 1988.<sup>44</sup> As duas últimas propriedades ficavam próximas uma da outra, mas bem distante dos centros urbanos. Para chegar à essas áreas era preciso pegar uma péssima estrada de terra por cerca de 50 km. A decisão de ocupar fazendas distantes se deu para dificultar ações de despejo, como ocorrera na fazenda Bela Vista.<sup>45</sup>

D. Lia, quarta personagem desta história, e sua família ocuparam a fazenda da Vale do Rio Doce que se tornou acampamento Modelo. Após 2 meses, foram para o acampamento da Reunidas Corumbau. A estratégia familiar para resistir no período de acampamento era seu marido ficar trabalhando fora para enviar alimentação enquanto D. Lia ficaria com os filhos se virando como podia. No entanto, os planos esbarraram na grande distância do acampamento para a cidade. Quase não havia transporte disponível e as trabalhadoras e trabalhadores sem terra ainda tinham que enfrentar o preconceito quando pediam carona na estrada, como contou D. Lia: “A gente quando pedia uma carona, quando falava que era os sem terra: [...] ‘Deus me livre, lá vem um bocado de invasores’. Aí deixava nós”.<sup>46</sup>

Para superar a dificuldade, ela foi trabalhar em uma fazenda vizinha ao acampamento. Sua rotina era penosa, como podemos perceber em suas palavras:

A gente ia trabalhar, saía cedo de manhã, sem tomar um café, trabalhava até meio dia. Quando dava meio dia, ele chamava a gente: ‘Tá na hora’. Aí nós ia em casa não tinha nada pra comer, eu ficava por ali, aí chamava meu menino: ‘Bora, meu filho de novo’. Aí a gente ia pra roça. Quando era de tarde, eu falava com ele pra me vender uma batata, pra descontar no

<sup>43</sup> *Jornal Sem Terra*. Arrancamos a máscara do governo, São Paulo, nº 71, mar. 1988.

<sup>44</sup> *Jornal Sem Terra*. Resistindo na terra, São Paulo, nº 75, jul. 1988.

<sup>45</sup> Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

<sup>46</sup> Entrevista com D. Lia, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

dinheiro, [...] pra gente jantar. É que ele ia lá tirava a batata e a gente trazia. Era a janta da gente. De manhã, a mesma peleja, de novo assim.<sup>47</sup>

A lembrança da dureza das condições na época de acampamento é muito presente na memória de D. Lia. Na verdade, em seu depoimento ela revelou certa mágoa da direção política do MST, pois, há anos atrás, seu marido sofreu um acidente de moto, e, na sua opinião, ele não teria recebido uma assistência adequada. Por isso, em sua narrativa, se sobressaíram elementos que tratam da penúria na luta pela terra. Como podemos ver em seu relato: “A gente passava fome. A gente saia pra pescar, até já desmaiei na beira do rio, de fome”.<sup>48</sup> Esta situação sofrida foi responsável, segundo ela, pela desistência de muitas pessoas na época de acampamento, pois “a fome era demais”.<sup>49</sup> A morosidade do poder público com a reforma agrária cobrava seu preço que era pago com o sofrimento das trabalhadoras e trabalhadores sem terra.

A situação da família de D. Lia foi sendo superada quando foram divididos os lotes de terra entre as famílias acampadas para que começassem a trabalhar, provavelmente entre agosto e setembro de 1988.<sup>50</sup> Tendo a posse de uma área, as condições dela melhoraram, como descreveu:

a gente mudou pra área que melhorou mais um pouquinho. Que a gente já começou a limpar e plantar as maniba [...] E começamos a já tirar umas coisinhas da roça e os menino levar pra praia, lá pra o Corumbau pra trocar. A gente trocava as coisas da roça ni peixe, trocava ni óleo.<sup>51</sup>

D. Lia tinha experiência na lida com a terra. Nasceu em Montanha - Espírito Santo, e passou parte de sua vida trabalhando para fazendeiros, sua família nunca teve uma terra. Ao passar a ter o próprio lote, ela sabia como conseguir o sustento junto com os filhos. Embora as famílias já tenham ocupado lotes de trabalho desde 1988, o decreto de desapropriação da fazenda só veio em outubro de 1996 (SANTOS, 2004).<sup>52</sup>

Em fevereiro de 1989, ocorreu um novo ciclo de ocupações do MST, entre os dias 11 e 20 de fevereiro, nas fazendas Sapucaieira, Revesa e Três Irmãos. A fazenda Sapucaieira

<sup>47</sup> *Ibidem.*

<sup>48</sup> *Ibidem.*

<sup>49</sup> *Ibidem.*

<sup>50</sup> *Jornal Sem Terra*. Três ocupações e união contra a UDR, São Paulo, n° 76, set. 1988.

<sup>51</sup> Entrevista com D. Lia, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

<sup>52</sup> D. Lia mora com sua família até os dias de hoje no Assentamento Corumbau. A fazenda Vale do Rio Doce ainda continua como acampamento Modelo. O território não foi desapropriado, pois uma parte dele é área devoluta e a outra passou às mãos da empresa Vera Cruz Celulose. Já na fazenda Boa Esperança, também citada, ocorreram alguns despejos e reocupações até 1989, mas não foi desapropriada. Cf. Santos (2004).



pertencia ao deputado estadual do PMDB, Jaime Mascarenhas. A informação de que ela seria ocupada foi vazada e a polícia conseguiu armar um considerável aparato repressivo para evitar a ação. Na ocasião cerca de 90 pessoas foram presas.<sup>53</sup>

D. Maria Soares, nossa personagem da seção anterior, foi uma das encarceradas. Ela ficou em uma cela com mais três mulheres. D. Maria lembrou das ameaças que elas sofreram do comandante da operação, o tenente Berlink, na condição de mulheres: “Que nem eu até falei, dei uma entrevista e dou até hoje, que ele falou de estuprar a gente, o Berlink. [...] Aquele foi o pior dos policial.”<sup>54</sup> Felizmente, isso não ocorreu.

Em 9 de março, veio a segunda tentativa de ocupar a Sapucaieira. Dois dias depois do acampamento armado, cerca de 90 homens, entre policiais civis, militares e pistoleiros ligados à UDR, sob o comando do tenente Berlink e o delegado de Itamaraju, Antônio Batista, executaram o despejo de 120 famílias que estavam acampadas no local.<sup>55</sup> D. Neuza, nossa quinta personagem, estava presente e relatou a violência do despejo:

Eles derrubava o barraco da gente, botava fogo, queimava a roupa da gente, queimava tudo. Inclusive, eles chegaram meio-dia, algumas pessoas tava almoçando outras tavam com a panela no fogo, eles derramaram panela de comida e prato de todo mundo. E foi batendo e saiu já batendo em todo mundo.<sup>56</sup>

Expôs D. Neuza, que nem as mulheres grávidas escaparam da violência praticada por policiais e pistoleiros. Jaime Amorim, uma das lideranças do MST, foi duramente torturado na ocasião.<sup>57</sup> Para D. Neuza, trabalhadora sem terra, esta não era a primeira vez que vivenciava a violência dos grandes proprietários rurais. Quando era criança, a terra de seu pai foi grilada por um fazendeiro. Ao tentar resistir, os jagunços lhe deram um corte de foice que lhe “separou a barriga e as tripa caíram”.<sup>58</sup> Seu pai carregou esta cicatriz por toda a vida. Sua mãe também tinha uma terra, que foi apropriada por um fazendeiro, chamado Zezé Capixaba. Ele negociou a venda da roça com o irmão de D. Neuza, em troca de uma porca e um paletó de casamento. Depois de ter entregue o prometido, Zezé Capixaba foi ao encontro de sua mãe, que se negou a sair da terra diante da vil negociação. Ele então ameaçou matar o irmão dela.

<sup>53</sup> *Carta da Direção Nacional do MST à CPT, São Paulo, 13/02/1989.*

<sup>54</sup> Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

<sup>55</sup> *Depoimento de Jaime Amorim sobre torturas sofridas (praticadas pela Polícia Militar, Polícia Civil e pistoleiros da UDR, em Itamaraju, Bahia), São Paulo, 21/03/1989.*

<sup>56</sup> Entrevista com D. Neuza, realizada em 28/06/2015, no Assentamento 1º de abril.

<sup>57</sup> *Ibidem.*

<sup>58</sup> *Ibidem.*

Para evitar o pior, a família se viu obrigada a deixar a propriedade. Além de seus pais, seu avô também teve uma roça que fora tomada por grileiros.<sup>59</sup> A história de sua família era marcada pela expropriação.

Por conta dessas intempéries da vida, viu-se na condição de sem-terra e foi morar na cidade de Itamaraju. Dentre os trabalhos que teve, o de doméstica parece ter sido o pior. D. Neuza tem péssima lembrança da opressão que sofria, como relatou: “A pior coisa é trabalhar pra os outros. A minha vontade era essa: parar de trabalhar pra os outros. Eu trabalhei muito na casa de pessoas assim, doméstica, né. [...]. Tem que comer resto do patrão.”<sup>60</sup>

Na época em que soube da chegada do MST, ela tinha uma barraca na feira livre de Itamaraju, onde vendia produtos agrícolas. Sua irmã fez o convite para que ela participasse das reuniões, que estavam ocorrendo clandestinamente para evitar a repressão. Após frequentar alguns encontros, os militantes do MST a chamaram para que ela ajudasse no trabalho de base com outras famílias. Nesse processo, ela foi se tornando uma das militantes do MST em Itamaraju e veio a participar da ocupação da fazenda Sapucaieira.<sup>61</sup>

Ela, junto com 500 famílias, voltaram a ocupar a fazenda pela terceira vez, em primeiro de abril de 1989. As violências cometidas no despejo anterior tiveram grande repercussão internacional, a ponto de organismos, como ONU e Anistia Internacional, pressionarem o governo brasileiro para a resolução da situação das famílias. Diante da nova circunstância, a classe patronal evitou ação de despejo.<sup>62</sup> Por outro lado, o governo da Bahia se empenhou no caso. Após averiguação, constataram que se tratava de terra pública que fora grilada. O deputado Jaime Mascarenhas ainda havia pego um polpudo empréstimo no BNDES, mas nada investiu na área. Estava inadimplente e foi acionado (NETO, 2014). A fazenda foi desapropriada. As experiências dos conflitos foram tão marcantes para as famílias que elas batizaram o assentamento de 1º de abril, data da última ocupação.<sup>63</sup>

Que sentidos as trabalhadoras e trabalhadores rurais teriam dado a esta vitória na época? Não temos condições de responder pelas fontes que acessamos. No entanto, possuímos o depoimento de D. Neuza, vejamos dois trechos de sua fala abaixo:

Porque meus pais tinham terra, e aí, os fazendeiros tomaram na época. Aí a nossa vontade era de retribuir, né... [risos] Pegar de volta o que a gente tinha

<sup>59</sup> *Ibidem.*

<sup>60</sup> *Ibidem.*

<sup>61</sup> *Ibidem.*

<sup>62</sup> *Jornal A Tarde*. Famílias invadem fazendas, Salvador, 04/04/1989; *Jornal do Brasil*. Sem-terra ocupa prédio do governo, Rio de Janeiro, 05/04/1989.

<sup>63</sup> Entrevista com D. Neuza, realizada em 28/06/2015, no Assentamento 1º de abril.

perdido no passado. Os pais da gente, muitos, na época, morreram porque os fazendeiros tomaram as terras. E nós acabamos indo pra cidade, mas nossa vontade era voltar pra terra.<sup>64</sup>

Eles tomaram as fazendas. Aí nós já chegamos sem terra. Aí já que somos sem terra, vamos ocupar terra por aí.<sup>65</sup>

Em sua memória, ela procura reconstituir sua história de vida a partir de um fio condutor lógico entre os episódios vividos por sua família e sua condição de sem terra. Ou seja, a estruturação de seu depoimento se relaciona, de algum modo, com a construção de sua identidade sem terra. Já mencionamos a relação entre memória e identidade social na Introdução (POLLACK, 1992). Por outro lado, percebe-se certo regozijo de quem foi expropriada pelo latifúndio, mas conseguiu dar o troco.

### Considerações finais

Na Bahia, entre maio e dezembro de 1989, o MST ocupou cerca de oito fazendas em quatro regiões: extremo sul, sul, baixo sul e litoral norte. Além das dezenas de ocupações e da expansão para outras regiões da Bahia, entre os anos de 1987 e 1989, o MST conquistou um assentamento e formou militantes do próprio estado. Em outras palavras, havia se estabelecido no estado. No alvorecer da década de 1980, o Movimento estava presente em todo os estados do Nordeste. Havia conseguido se expandir, já não era um movimento social restrito aos estados do centro-sul do Brasil.

As mulheres que apresentamos ou nasceram ou tiveram uma experiência ainda cedo de vivência no campo. Como sugerem seus depoimentos, acreditavam que a melhoria de suas condições de vida poderia se dar possuindo sua própria terra, como era o sonho de D. Eulália e dos filhos de D. Luza. Seja por voltar a morar na zona rural, como desejou D. Maria, ou mesmo para não precisar trabalhar mais para os patrões, como colocou D. Neuza. A maioria delas foi decisiva na opção de suas famílias em participar das ocupações do MST. Suportaram a fome e foram responsáveis pelo sustento de suas famílias, como nos contou D. Lia.

Mesmo sendo a direção política do MST predominantemente masculina, essas mulheres deram sua contribuição a este movimento social, enfrentando as violências, o encarceramento e sendo responsáveis por outras tantas famílias que optaram por entrar no

---

<sup>64</sup> *Ibidem.*

<sup>65</sup> *Ibidem.*

Movimento. De modo que é possível dizer que sem o protagonismo destas e outras tantas mulheres, não seria possível o desabrochar do MST em solo baiano.

### Fontes

Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. Caixa 31: Pastoral da Criança e Pastoral da Terra 1983 a 1990; Maço Comissão Pastoral da Terra os posseiros do Extremo Sul da Bahia 1979 a 1990. *Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Grilagem na Bahia: depoimento de Dom Jairo Rui Matos da Silva (CPT NE III)*, 01/09/1977.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Carta da Direção Nacional do MST à CPT*, São Paulo, 13/02/1989.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Depoimento de Jaime Amorim sobre torturas sofridas (praticadas pela Polícia Militar, Polícia Civil e pistoleiros da UDR, em Itamaraju, Bahia)*. São Paulo, 21/03/1989.

*Jornal O Estado de São Paulo*. Fazendeiros ameaçam expulsar os sem-terra, São Paulo, 16/03/1988.

*Jornal Sem Terra*, nº 67, out de 1987.

*Jornal Sem Terra*. Arrancamos a máscara do governo, São Paulo, nº 71, mar. 1988.

*Jornal Sem Terra*. Resistindo na terra, São Paulo, nº 75, jul. 1988.

*Jornal Sem Terra*. Três ocupações e união contra a UDR, São Paulo, nº 76, set. 1988.

*Jornal Sem Terra*. Somente os trabalhadores farão a reforma agrária, São Paulo, nº88, out. 1989.

*Jornal A Tarde*. Famílias invadem fazendas, Salvador, 04/04/1989; *Jornal do Brasil*. Sem-terra ocupa prédio do governo, Rio de Janeiro, 05/04/1989.

Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

Entrevista com D. Eulália, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

Entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2016, na sede do CEAS em Salvador.

Entrevista com D. Lia, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

Entrevista com D. Neuza, realizada em 28/06/2015, no Assentamento 1º de abril.

### Referências Bibliográficas

- BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 27-32.
- CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo. Notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ, n. 2, junho, p. 11-22, 1994.
- DREIFUSS, René. **O Jogo da Direita**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (1979-1999)**. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 1999.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- GRYSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós 1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 4, 2003, p. 315-348.
- GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero. A participação política das mulheres no MST. **Mediações**. Londrina: Mediações, v. 14, n.2, jul/dez, p. 198-216, 2009.
- KOOPMANS, Pe. José. **Além do Eucalipto**. O papel do Extremo Sul. Salvador: Memorial das letras, 1999.
- MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Formas de resistência camponesa**. Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo/ Brasília: UNESP/NEAD, 2008, p. 7-15.
- NETO, Euclides. **Trilhas da reforma agrária**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- PEDREIRA, Márcia da Silva. Complexo Florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural. O caso da Região do Extremo Sul baiano. **Bahia Análise e Dados**. Salvador: SEI, v. 13, n. 4, março, p. 1005-1018, 2004.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, p. 200-12, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres Rurais. Tecendo novas relações e reconhecendo direitos diretos. **Estudos Feministas**. Florianópolis: vol. 15, n. 2, mai/ago, p. 437-443, 2007.

SANTOS, Jeane Santos e. **O processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua Espacialização no estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Salvador: UFBA, 2004.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidades das ocupações de terra. **Tempo Social**. São Paulo: USP, vol. 17, n. 1, junho, p. 255-80, 2005.

\_\_\_\_\_. Uma saga pernambucana. In: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo. **Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamoud, 2010, p. 267-322.

SILVA, Cristiani Bereta da. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: vol. 12, n. 1, jan/abr, p. 269-287, 2004.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a Trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Estatística dos municípios baianos**. Salvador: SEI, 2010.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. São Paulo: vol. 1, Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

## **Contra o Estado Novo: manifestações e organizações em Portugal no período marcelista (1968-1974)**

Pamela Peres Cabreira<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem como proposta introduzir uma breve discussão sobre alguns nichos de organizações civis contra o Estado Novo, estabelecidos em Portugal durante seu período ditatorial (1926-1974). O país passará por 48 anos de regime autoritário, baseado no fascismo, no corporativismo e na privação de direitos. Nossa premissa é a de que o país não encontrava-se “adormecido” frente a situação nacional no período precedente à Revolução de 25 de Abril de 1974. Baseando-se em fontes documentais, sobretudo o periódico *Avante! Clandestino* e discussão bibliográfica, buscaremos discutir o papel do Partido Comunista Português, os levantamentos nos quartéis, as organizações estudantis e de forma muito breve a organização operária, dada a limitação espacial, enquanto frentes mobilizadoras e legitimadoras de uma luta contra o sistema retrógrado do Estado Novo em Portugal.

**Palavras-Chave: Portugal; Revolução de Abril; Organizações Civis.**

### **Introdução**

Portugal vivenciou no século XX a mais longa ditadura do século na Europa. Com um curto período experimental enquanto República, o país passaria 48 anos de um regime de cunho autoritário e ditatorial, baseado no corporativismo e na supressão de direitos civis. Um dos elementos chave para compreender a perduração deste regime, também conhecido como Estado Novo, foi sem dúvida a manutenção da economia através da exploração nas colônias africanas. Com os levantamentos contra a colonização em 1961 em Angola (UPA e MPLA) e, posteriormente em Moçambique (FRELIMO) e Guiné (PAIGC), a desestabilização do governo romperia com mais força somado à mudança na liderança de Oliveira Salazar para Marcello Caetano, em 1968. A luta e participação dos movimentos civis, organizações estudantis e a luta operária estiveram fortemente presentes na consolidação do movimento revolucionário em Portugal no ápice da década de 1970. Desde o início da guerra no ultramar<sup>2</sup>, o país conheceria diversas formas organizativas de reivindicação contra a ditadura

---

<sup>1</sup> Pamela Peres Cabreira é Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutoranda em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa, sob fomento da bolsa de Doutorado Pleno-CAPES. É de interesse de pesquisa desenvolver estudos sobre as relações laborais em classe e gênero na contemporaneidade portuguesa, sobretudo no período das décadas de 1960 e 70 do século XX.

<sup>2</sup> Na Historiografia também se utiliza a terminologia “Guerra Colonial” – utilizada mais pelos portugueses, e também “Guerra de Libertação”, utilizada mais por pesquisadores provindos de África. O termo mais utilizado em questões de contrabalancear esta questão é o que adotamos ao longo do texto, “Guerra no Ultramar”.

instalada no país desde 1926 e com sua consolidação no ano de 1932 com a figura de Oliveira Salazar. O ano de 1968 marcar-se-á emblemático pela substituição do Presidente do Conselho, Salazar, para Marcello Caetano, que buscará, mesmo que forma branda, trilhar mudanças sem sair dos moldes do regime. Logo, a década de 70 ficará marcada pela constante movimentação em torno do descontentamento da guerra em África bem como o longo período de repressões impostas pelo regime.

Desta forma, buscaremos analisar neste artigo algumas das formas de movimentos organizados que nos primeiros anos da década de 1970 promoveram diversas maneiras de manifestações pelo país, fator que consideramos agravante para a posterior crise sem retorno por que passará o regime do Estado Novo com a Revolução dos Cravos em 25 de Abril<sup>3</sup> de 1974. Parte da historiografia portuguesa - e não só - aponta os 48 anos de ditadura como morno e “adormecido” pelos agentes sociais, “conformados” com a situação por que passava o país. Defendemos aqui a hipótese da influência massiva e persistente das greves e paralisações nas fábricas e indústrias do país, viralizando para outros setores importantíssimos como saúde, transporte, a agricultura e que justamente por seu tamanho em grau e importância, merecem um *paper* destinado apenas a esta discussão. Nos atentaremos aqui, portanto, em discutir e apresentar outros nichos que se manifestaram contra o regime, diga-se o movimento estudantil, os levantamentos de quarteis e parte das greves manifestações laborais. De forma descritiva, justamente para embasarmos nossa hipótese de que havia luta e resistência no período anterior à revolução, demonstraremos estes movimentos entre os anos de 1970 e abril de 1974 como uma fatia representativa desta hipótese.

### **A organização de resistência e o *Avante! Clandestino***

Antes de darmos prosseguimentos aos grupos de análise propostos neste artigo, é necessário apontarmos que a organização que por mais tempo manteve-se ativo na resistência antifascista em Portugal sem dúvidas foi o Partido Comunista Português, tendo sua fundação em 1921, onde traçava alcançar maior representatividade entre a classe trabalhadora com sua aproximação ao anarco sindicalismo e com os socialistas, durante as décadas de 30 e início de 40. Destaca-se que a partir da chegada de Álvaro Cunhal na liderança do partido, sua base

---

<sup>3</sup> A Revolução dos Cravos marcou uma ruptura com o antigo regime ditatorial e consistiu em 19 meses de processo revolucionário em prol de uma sociedade socialista, marcando um rico período de conquistas e construções sociais por todo o país. A contrarrevolução de 25 de Novembro de 1975 iniciaria o processo da democracia representativa nos moldes do neoliberalismo globalizante.



política aumentaria. Maxwell (2006, p. 105-107) determina que as ações dos comunistas bem como sua “psique” foram alteradas ao longo de tantas décadas de clandestinidade durante o regime do Estado Novo. A linha do partido concentrava-se, segundo ele, em “rigorosas linhas leninistas: pequenas células, disciplina severa, desconhecimento das identidades dos companheiros de partido e decisões tomadas de cima para baixo” (MAXWELL, p. 107), além de seguir ideologicamente as diretrizes de Moscou. O PCP se afirmou como sendo o único partido de representação de resistência com capacidade de se manter até o final do regime, mesmo com seus altos e baixos apresentados por uma forte organização central, a manutenção de uma imprensa clandestina e constante atividades regulares, mesmo na ilegalidade.

Justamente por seu histórico e seu protagonismo, optamos por utilizar como nossa principal fonte neste estudo o periódico *Avante! Clandestino*, dirigido e circulado pelo PC. Apesar das ressalvas que precisamos ter em analisar um documento claramente parcial, este mostra-nos as condições de exploração e resistência ao longo de seu período de impressão, onde buscaremos também apresentar muito brevemente a posição do partido neste contexto.

O jornal *Avante!*, publicado durante o Estado Novo como *Avante! Clandestino*, manteve-se circulante com tal denominação de 15 de fevereiro de 1931 até o 25 de abril de 1974, sendo o jornal comunista que por mais tempo conseguiu manter frequência nas edições sob um regime autoritário. O periódico foi e ainda é organizado e publicado pelo Partido Comunista Português, e durante o regime *salazarista/marcelista* foi importante ferramenta na orientação e mobilização da classe operária e dos mais diversos setores trabalhistas no país, atividade atuante até os dias de hoje. Até os anos 40, sua publicação não foi regular devido à censura tanto dos meios de informação como do próprio partido, alcançando a regularidade mensal a partir de 1941, com a direção do partido assumida por Álvaro Cunhal e tendo atribuída a maior tiragem do jornal nesta década, em torno de 10 mil exemplares<sup>4</sup>.

Destacamos a importância deste veículo de informação dentro do sistema que compunha a sociedade portuguesa, e, sobretudo, no período que propomos apresentar. A circulação do jornal no ano de 1973 foi importante ferramenta na mobilização e organização do movimento operário, sobretudo no sul do país e, ao norte, nas mobilizações em prol da reforma agrária.

Desta feita, apontamos que no ano de 1970, a política reivindicativa do Partido Comunista centrava-se na liberdade de expressão, manifestação de greve e sindicatos, bem

<sup>4</sup> <http://www.pcp.pt/avante-clandestino> Consultado em 01/11/2014.

como a liberdade de presos políticos e a destruição da polícia política. Além disso, a reivindicação dos direitos trabalhistas e do fim da guerra em África sempre estiveram presentes<sup>5</sup>. A criação do Partido Socialista Português (PS) em 1973 derivado de uma articulação com a Associação Socialista Portuguesa, viria a ser o principal partido de força nesta nova conjuntura de embate pela libertação da ditadura.

O programa das Forças Armadas, após a Revolução do 25 de Abril, propunha o período de dois anos para a definição de um novo sistema, abrindo campo para disputas políticas até então proibidas. Desta forma, como os comunistas contavam com um maior poder organizativo no período anterior ao golpe, a facilidade de tomar frente diante dos sindicatos e das administrações locais fez-se presente e, como apontamos anteriormente, a formação da Intersindical no ano de 1970 ajudará na consolidação deste protagonismo. Somado a isso, o partido também organizou a criação de sindicatos que eram proibidos até então, como funcionários públicos e trabalhadores agrícolas, buscando uma maior aproximação com os trabalhadores. Apesar de todos estes pontos positivos, a de se encarar que o PC tinha pomos de ouro na altura do período revolucionário e não os usou. O princípio revolucionário que em teoria poderia ter se apoiado o partido não vingou, abrindo caminho mais para o reformismo e para a tentativa de adequação ao sistema que estava se construindo, o que, aliás, é uma crítica geral aos PC's mundo afora, em uma ruptura do fôlego revolucionário para uma padronização reativa e reformista.

### **Os Movimentos Estudantis contra o Regime**

Portugal não se encontrava “adormecido” (CRUZ, 2000) nos anos que antecederam a Revolução. Um exemplo marcante sobre tal questão pode ser representado, para além das greves e paralisações trabalhistas, no movimento estudantil, tanto universitário como secundarista.

A problemática da guerra colonial transpassava todos os setores da sociedade, com o alto custo que esta representava além dos efetivos em África alcançarem a casa dos 140.000 homens. A obrigatoriedade do alistamento ao serviço militar de dois a quatro anos também foi um fator acentuado para as pautas estudantis. Accornero (2008, p. 576) aponta que a hegemonia do PCP no movimento estudantil era marcante na década de 1960, o que nos leva a analisar que a problemática da guerra em África é secundarizada nas pautas estudantis, sendo mais afluída nos anos 70. No ano de 1961, início da guerra no ultramar, 11% dos

---

<sup>5</sup> **Avante!** Ano 39, série VI, n. 411, janeiro de 1970, p. 5.

jovens convocados para o serviço obrigatório no exército são refratários, número que sobe para 20% em 1973-1974 (ACCORNERO, 2009, p. 584), representando um maior índice de resistência ao problema africano. O processo de radicalização política no início dos anos 70, sobretudo a partir de novas organizações da esquerda e até mesmo um maior envolvimento com o movimento estudantil por parte do PCP, pode ser sobressaltado sobre o marco historiográfico refletido em 1969 com a crise da Reforma estudantil. Em nossa análise sobre estas manifestações através do *Avante!* e *Diário de Lisboa*, mostram-nos que a intensificação das reivindicações alcançaram maior influência de fato na década de 70, hipótese também defendida e sustentada por Guya Accordero (2009).

No auge da “primavera marcelista”, ocorre um evento que dará início a uma série de greves e manifestações estudantis que percorrerão os anos de governo de Caetano, com forte pressão sobre o governo. Em abril de 1969, constituindo o início da Reforma proposta por Veiga Simão, o edifício das Matemáticas da Nova Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra seria inaugurado e, nesta cerimônia, ocorre o veto à palavra do Presidente da Associação Acadêmica de Coimbra, fato que levará Caetano a sonoras vaias e a prisão do Presidente da Associação.

Esta Reforma do ensino, protagonizada por Veiga Simão - que será nomeado ministro da Educação Nacional em 1970 -, apesar de não cumprir todas as medidas propostas, irá culminar em quatro novas Universidades “públicas”, em Guimarães, Braga, Aveiro e em Lisboa (Universidade Nova). Também nesta reformam, cria-se o Instituto de Acção Social com fundamento em complementar o apoio aos estudantes, proporcionando a possibilidade de ingressar na Universidade a partir de provas de capacidade, sem comprovação de habilitações acadêmicas anteriores. Quanto ao ensino básico, o Ministério da Educação subiu para oito anos de obrigatoriedade, dividido entre ciclo primário e secundário, aprovada em 1973 por Assembleia. O forte e politizado movimento estudantil garantiu a inaceitação da Reforma, em vistas à manifestações e fechamentos de escolas e Universidades. Como declama Caetano (1974, p. 163), “quanto entusiasmo posto em levá-la a cabo, quantas esperanças acalentadas a respeito dela! E quanta tristeza em ver tanto trabalho e a tanto esforço correspondia da parte da maioria daqueles que deveriam colaborar uma atitude de passividade e desconfiança, senão de franca e aberta hostilidade!”. Os descaminhos da Reforma fustigaram a abertura de uma arena de debates dos alunos, cientes que uma reforma no ensino não bastaria se não ocorresse uma ruptura do regime como um todo. É apenas o início da crise acadêmica que se instalará no país.

A virada dos anos de 1968-1969 contava com uma ligação política no meio acadêmico a partir das intensas lutas trabalhistas, sobretudo com os jovens trabalhadores que processavam este contato. A intensificação das lutas e das manifestações nas fábricas, sobretudo em Lisboa, serão um índice de apoio ao movimento estudantil com uma maior radicalização ao passar dos anos. Para os grupos ligados à nova esquerda, resultado das eleições de 1969, muitos surgidos à beira do movimento estudantil, apontam o reflexo nas organizações operárias, que “apresentava uma inovação de repertórios, como comportamentos de baixa produção, até ao próprio boicote e à introdução de novas reivindicações, como os salários mínimos e os aumentos salariais iguais para todos” (ACCORNERO, 2013, p. 583).

Já no início de 1970, os estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa recorreriam duas vezes à greve, em forma de protesto contra a transferência de localidade de cursos. Em Coimbra, a luta mantinha-se após o episódio com o presidente, por seus direitos associativos, contra a repressão do governo, manifestadas também em passeatas de ruas, sob repressão policial. Já na Faculdade de Engenharia do Porto há greves e, nos Institutos Superior Técnico e de Agronomia, em Lisboa, há debates sobre a problemática da reforma do ensino. A luta pelo não fechamento de cursos também ocorrem em Aveiro e no Porto. Algumas medidas são adotadas em favor das reivindicações dos estudantes, como a substituição do Ministro da Educação Saraiva por Veiga Simão, da mudança de Reitor e vice Reitor em Coimbra e do diretor do Instituto Superior Técnico de Lisboa. Algumas pautas são fortemente defendidas, como a autonomia das universidades, reforma e democratização do ensino.

Para Accordero (2013, p. 576) a expansão da difusão das pautas estudantis se estendeu para diversos setores sociais, como para os próprios professores e assistentes, chegando até os oficiais intermédios das Forças Armadas, onde “as temáticas sociais e políticas introduzidas pelo movimento estudantil contribuíram para criar uma intolerância cada vez maior, em variados setores sociais, em relação às instituições autoritárias”.

Em março de 1970 ocorre greve de solidariedade na Faculdade de Medicina em Lisboa em apoio às greves hospitalares e aos trabalhadores do setor, referidos por nós posteriormente. Também se destaca a busca em diversas universidades para trazer ao debate as questões relativas ao ensino, sendo no Porto e em Lisboa coagidas pela infiltração da PIDE. Registra-se que muitos alunos foram presos e enviados para a guerra no ultramar, exacerbando ainda mais a pauta anticolonial. Alunos do ensino secundário, no liceu de Castelo Branco, fazem greve por dias pela proibição de exposição de ideias progressistas. Destaca-se que os alunos de Coimbra e do Instituto industrial reconquistam o direito de

associação. Neste ínterim, Veiga Simão propõe a participação de dois alunos da Universidade do Porto e dois de Coimbra para comporem uma comissão da Reforma, a que ocorre um boicote pelos alunos por não haver clareza nas intenções da comissão<sup>6</sup>. Já em maio de 1970, os estudantes de Coimbra veem-se vitoriosos ao conseguirem o arquivamento dos processos disciplinares bem como os estudantes que haviam sido incorporados no exército receberam autorização de retorno<sup>7</sup>.

O ano de 1970 decorre com muita repressão por parte da PIDE-DGS e de empoderamento policial dentro das universidades. Em 9 de maio, há repressão extenuante pelas forças da PSP com cassetetes e gás lacrimogêneo por uma reunião estudantil, seguida de uma manifestação com cerca de 1000 estudantes nas ruas de Coimbra, sendo uma face hipócrita na afirmação positiva do novo reitor na “pacificação” dentro da Universidade. Em apoio aos estudantes de Coimbra, os estudantes de Lisboa decretam greve geral e Veiga Simão suspende as aulas universitárias<sup>8</sup>.

O ano de 1971 iniciar-se-ia com prisões e ocupações das universidades pela polícia, onde oito estudantes são presos além de António Cordeiro, presidente da Associação Acadêmica da Faculdade de Direito. Em Coimbra, a Universidade fica ocupada pela polícia durante semanas, contando com mais de 30 alunos presos<sup>9</sup>. Em maio, ocorre o fechamento da Associação de Medicina da Universidade do Porto seguida de greve pelos estudantes e repressão policial<sup>10</sup>. No mês de novembro, o Comitê Central do PCP irá considerar e criar um movimento de organização nacional dos estudantes comunistas, com base nos ideais do marxismo-leninismo, de forma a “educá-los” “no espírito de fidelidade aos interesses da classe operária e do seu partido: para dar aos estudantes uma orientação correcta e abrir-lhe uma verdadeira perspectiva revolucionária [...] para forjar dirigentes capacitados e militantes de vanguarda da juventude estudantil”. Após um intervalo de praticamente seis meses sem reportagens diretamente relacionadas ao movimento estudantil, o *Avante!* irá se pronunciar de forma a conduzir um movimento de “verdadeiras” pretensões revolucionárias<sup>11</sup>.

<sup>6</sup> *Avante!* Ano 39, série VI, nº 415, abril de 1970. “Revigora-se a acção estudantil por uma verdadeira Reforma do ensino”, p. 4.

<sup>7</sup> *Avante!* Ano 39, série VI, nº 416, maio de 1970. “Vitoriosos os estudantes de Coimbra, alerta contra a demagogia caetanista!”, p. 4.

<sup>8</sup> *Avante!* Ano 39, série VI, nº 417, junho de 1970. “Terrorismo fascista na Universidade: as massas estudantis reagem contra a repressão”, pp. 01-04.

<sup>9</sup> *Avante!* Ano 41, série VI, nº 429, abril de 1971. “Apoio activo aos estudantes contra a repressão!”, p. 5.

<sup>10</sup> *Avante!* Ano 41, série VI, nº 429, maio de 1971. “Os estudantes do Porto respondem à repressão”, p. 6.

<sup>11</sup> *Avante!* Ano 41, série VI, nº 436, dezembro de 1971, p.4.

No mês de março de 1972, a União dos Estudantes Comunistas (UEC) seria então criada, grupo que reconhece “o papel dirigente do proletariado na revolução socialista e o P.C.P. como vanguarda revolucionária do proletariado de Portugal e força política determinante no movimento antifascista”<sup>12</sup>, tendo também como objetivos específicos “unir, organizar e mobilizar os estudantes em torno dos grandes objetivos políticos do povo português, estreitar a ligação da luta estudantil com a luta da classe operária e das massas populares e dar-lhe uma perspectiva revolucionária”<sup>13</sup>. Ainda destaca o jornal que os quatro grandes objetivos políticos da UEC se pautam na “luta contra a ditadura fascista e pelas liberdades democráticas, contra a guerra no ultramar e contra o colonialismo, contra o imperialismo e pela verdadeira independência de Portugal, pelo socialismo e o comunismo, grandes ideais da juventude”<sup>14</sup>. O PCP tentaria chamar para si a frente dos movimentos estudantis, condicionados às pautas e aos princípios dinâmicos do partido, ou, como melhor aponta Varela (2011, p. 155), “a política do partido é de compartimentar as lutas, não deixando que as lutas operárias se confundam com as lutas estudantis ou mesmo intersectoriais”. No entanto, a influência do partido nos movimentos estudantis em final da década de 60 e início de 1970 era menor se comparada aos grupos de extrema esquerda de maior conotação dentro do movimento estudantil, uma vez que o “PCP é um partido operário que antes de mais privilegia a direcção dos sectores produtivos da sociedade em detrimento do sector estudantil” (VARELA, 2011, p. 155).

O ano de 1972 inicia-se com o fortalecimento das unidades estudantis e também das ações de repressão. Em abril, ocorre o encerramento das instalações da Comissão Pró-Associação na faculdade de Letras de Lisboa, seguida de greve pelos estudantes do Direito e também greve dos alunos de Agronomia devido a afirmações racistas de um professor que teria insinuado que “tal como os adubos, também os homens negros são inferiores aos brancos”<sup>15</sup>. Manifestações nas ruas de Porto e Coimbra são intensas neste mês e, segundo o *Avante!* no período de meados de março de 1971 a março de 1972, foram fechadas e proibidas seis Associações de Estudantes com intervenção policial pautada na violência. Diante da pressão exercida pela greve de exames e por sua repercussão, os alunos garantem por

<sup>12</sup> *Avante!* Ano 42, série VI, nº 439, março de 1972. “Criada a União dos Estudantes Comunistas: ao trabalho camaradas!”, pp. 01-04.

<sup>13</sup> *Ibidem*, pp. 01-04.

<sup>14</sup> *Ibidem*, pp. 01-04.

<sup>15</sup> *Avante!* Ano 42, Série VI, n 440, abril de 1972. “Acções de massas contra a repressão e a provocação fascistas”, p. 02.

negociações a reabertura da Associação dos Estudantes bem como a homologação da direção da mesma e a realização de novos exames para os que faltaram em decorrência da greve.

No entanto, percebe-se um movimento de radicalização e maior pressão exercida pelos alunos, através das greves de exames, greves de aula, ocupações diárias e manifestações de ruas que, por vezes, eram seguidas da quebra de lojas de grandes redes. Em 12 de outubro ocorre uma manifestação contra o regime e em defesa da Associação recém reaberta, um grupo da DGS ataca e dispara sete tiros, matando o estudante de Direito José Ribeiro Santos e deixando outros tantos feridos<sup>16</sup>. Accordero (2013, p. 576) defende que o marco da radicalização estudantil encontra-se após a morte do estudante, “ocasião de duros choques entre estudantes e forças da ordem, com numerosas detenções, e a memória desta morte representou um significativo fator de mobilização e de radicalização para os anos seguintes”. Se dispersa uma greve por toda a comunidade escolar em protesto contra a arbitrariedade policial, onde diversos estudantes são espancados e sessenta presos seguido de apoio massivo de outros institutos ao longo do país. No dia do funeral, ocorre confusão generalizada onde os policiais tentaram impedir o cortejo do corpo, acompanhado por mais de cinco mil pessoas<sup>17</sup>. Destaca-se também uma maior participação de alunos mais novos, secundaristas, onde Accornero (2013, p. 681) levanta os índices de que 24% dos estudantes presos em 1973 possuíam menos de 19 anos.

Já em início de 1974, período de maior repressão e prisões contra os estudantes, ocorre o fechamento do IST e instalação de monitoramento, proibição de matrículas, obrigatoriedade ao alistamento no exército e policiais a paisana dentro dos institutos, onde os alunos respondem com greve e intenso apoio docente e da Ordem dos Engenheiros. “É absolutamente necessário que os trabalhadores e as massas populares apoiem activamente a luta dos estudantes, não permitindo que o fascismo liquide as suas estruturas democráticas e as suas conquistas. Que todos os sectores desenvolvam acções de solidariedade e apoio, à corajosa luta dos estudantes!”<sup>18</sup>. Ao longo dos quatro anos anteriores à revolução, constatamos também um intenso apoio à mobilização estudantil por parte do corpo docente das Universidades em um ciclo de formação de professores de esquerda que voltavam a propagar uma política contra o sistema em salas de aula. Accornero (2013, p. 588) ainda

<sup>16</sup> **Avante!** Ano 42, Série VI, nº 447, novembro de 1972. “A PIDE-DGS assassinou um estudante: milhares de manifestantes gritaram nas ruas ‘Fora a Pide!’, ‘Abaixo a guerra colonial’, ‘Abaixo o fascismo’”, pp. 01-06.

<sup>17</sup> **Avante!** Ano 42, Série VI, nº 447, novembro de 1972. “A PIDE-DGS assassinou um estudante: milhares de manifestantes gritaram nas ruas ‘Fora a Pide!’, ‘Abaixo a guerra colonial’, ‘Abaixo o fascismo’”, pp. 01-06.

<sup>18</sup> **Avante!** Ano 43, série VI, nº 462, fevereiro de 1974. “Não à Universidade Caserna!”, p. 4.

salienta que a força contra o regime na Faculdade de Direito de Coimbra era significativa a ponto de atingir o cerne da reprodução jurídica contra as próprias metas do Estado Novo *marcelista*. Também da Faculdade de Direito saíram grupos estudantis dispostos à colaboração com os moradores do bairro da Boavista, promovendo manifestações e a quebra dos vidros do quartel da PSP bem como um intenso movimento de ocupações apoiadas por estes estudantes um mês antes do 25 de Abril (ACCORNERO, 2013, p. 588). A radicalização e expansão da luta estudantil mostrava-se mais eficiente em propagar-se em diversos nichos sociais.

Empiricamente constatado em nossa pesquisa, concordamos com Accornero (2013, p. 576) quando esta expressa que os estudantes representaram a categoria social mais atingida pela repressão do regime, em seus anos finais, onde praticamente a metade dos presos políticos de 1973 e dos primeiros anos de 74 foram os estudantes, contabilizando, na média anual entre 1956-1974, 13% do total de prisões para este grupo social; nos últimos quatro meses de regime, já contabilizava-se 43 prisões entre os estudantes, enquanto a média anual concentrava-se em 52 prisões e, em 1973, 39% das prisões recaíram sobre os estudantes. Estes números nos indicam a via de contraposição entre uma maior radicalização do movimento e a insegurança do sistema político *marcelista*. Várias figuras que atuaram no período revolucionário eclodiram nos anos anteriores ao 25 de Abril, potencializando a pressão exercida pelo fim do regime estadonovista e, sem dúvidas, o movimento estudantil esteve presente numa escalada nos setores de radicalização de suas manifestações e pautas.

### **“Ai senhores a gente morre aqui de fome...” os levantamentos de rancho e as mobilizações nos quartéis**

A guerra no ultramar teve um papel fundamental em todas as estratificações das manifestações sociais em Portugal. A oposição nos quartéis esteve amplamente ligada às mobilizações estudantis, que apoiavam e defendiam os resistentes às leis e os desertores, chegando a negação jovem ao alistamento na casa dos 20% em 1973-74 (ACCORNERO, 2013, p. 584). O intenso gasto econômico nacional com a guerra e o crescente número de soldados despendidos para África fomentavam uma ação intensa em resistência à corporação do Exército, sobretudo dos oficiais advindos do meio estudantil, a partir de seus próprios meandros. No entanto, estas ações eram contrárias aos membros do PCP que, em etapas de diretivas políticas, inicialmente propuseram em 1961 um convite à deserção, seguida de deserção em massa para, posteriormente, motivar os militantes do partido a entrarem nas



Forças Armadas encarregados da missão de promover iniciativas e propagandas de boicote por dentro do organismo militar (ACCORNERO, 2013, p. 585). A PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) “assinalava um aumento de agitação nos quartéis e nas escolas militares, como a de Mafra – através de ações como deserções, roubos de material militar, propaganda subversiva – em coincidência com a incorporação militar dos principais ativistas da crise acadêmica de 1969” (Ibidem, p. 586).

Os “levantamentos de rancho” são os mais encontrados como forma de manifestação dentro dos quartéis: em 1970, no Regimento de Artilharia Ligeira 4 em Leiria, 120 soldados fazem protestos pela longa espera no refeitório e vão comer fora do quartel. No Batalhão de Sapadores os soldados protestam contra a qualidade da refeição servida, com gritos de “ninguém toca na comida!”, onde o oficial do dia defende a ação. Na Escola da Armada, no Alfeite, 500 alunos fazem um levantamento de rancho. Os Cadetes de Mafra realizam um protesto pela morte de um soldado atingido por um petardo, e, em resposta, 500 soldados em vaia de “Assassinos!”. No Anexo do Hospital Militar de Lisboa, 800 “mutilados” pela guerra realizam um levantamento de rancho. No Curso de Oficiais Milicianos, em Mafra, 700 milicianos abandonaram o juramento da bandeira<sup>19</sup>. No mês de março, na Escola da Armada, cerca de 2000 marinheiros recusaram-se a comer em protesto quanto à má qualidade e quantidade de comida<sup>20</sup>. Em Évora, ocorre a deserção de um pelotão completo que estava com data marcada para o embarque para África. Levantamentos de rancho ocorrem em Vendas Novas com 60 cabos milicianos; em Mafra 200 soldados também se recusam a comer. Em alguns quartéis, narra-se o debate nas aulas de “psicologia e guerra subversiva” sobre a guerra no ultramar. Ainda em Mafra, os instrutores recorrem à “cera” durante duas semanas no mês de novembro pelo não pagamento do subsídio a que tem direito<sup>21</sup>. Ao final do ano, em Vendas Novas, na Escola Prática de Artilharia, os soldados resistem à uma formação forçada na madrugada sob gritos de “fascistas!”. Em Santarém os soldados protestam contra a má alimentação batendo em seus pratos, ação reprimida pelo oficial do dia<sup>22</sup>.

Diversas manifestações, sobretudo as realizadas através da recusa em comer ou as batidas aos pratos dentro dos refeitórios, sintetizam o desgosto pela guerra no ultramar transversalmente às possibilidades de ação dentro dos quartéis. Os que não desertavam, buscavam outras formas de demonstrar suas pautas. Outra forma de manifestação recorrente

<sup>19</sup> **Avante!** Ano 39, Série VI, nº 412, fevereiro de 1970, p. 5.

<sup>20</sup> **Avante!** Ano 39, Série VI, nº 413, março de 1970, p.2.

<sup>21</sup> **Avante!** Ano 39, Série VI, nº 416, maio de 1970, p.2.

<sup>22</sup> **Avante!** Ano 40, Série VI, nº 422, novembro de 1970, p. 5.

em nossas pesquisas foi a recusa no juramento à bandeira ou esta feita de “má vontade”, sobretudo em Mafra, com forte influência de estudantes universitários obrigados ao alistamento. “Assim, se a incorporação dos ativistas estudantis tinha contribuído em parte para acalmar o meio universitário, esta solução criava uma situação perigosa no seio das próprias Forças Armadas e, sobretudo, na instituição para a qual foram encaminhados estes estudantes: a escola de Infantaria de Mafra” (ACCORNERO, 2013, p. 585-586). Algumas ações revolucionárias tiveram curso nesta escola, como a fuga de oito estudantes que estava obrigatoriamente cumprindo o serviço militar, sobretudo alunos dissidentes que eram obrigados também ao alistamento, aumentando ainda mais as fileiras políticas dentro do seio da corporação. No mês de julho em Mafra, após a morte de 4 cadetes por afogamento devido aos duros exercícios, despontou o levantamento de rancho de mais de 800 cadetes com o abandono dos refeitórios do quartel. Os cadetes promovem uma reunião para discutir os problemas vivenciados no quartel e sobre os problemas gerais da guerra em África, que “confirma o amadurecimento de condições para uma decisiva resistência revolucionária a esta política no próprio interior das forças armadas”<sup>23</sup>. No mês de novembro de 1971, 2000 marinheiros fazem levantamento de rancho contra a má qualidade da alimentação do quartel de Alfeite, seguido também por um levantamento em Cascais. Também em novembro no Grupo de Detenção, Alerta, Conduta e Interpretações (GDACI), mais de 400 soldados negam-se a comer. “Ai senhores a gente morre aqui de fome...”, entoam os soldados do 2º pelotão de Aveiro, em levantamento de rancho. Em Mafra, no mês de dezembro, inúmeros adesivos são fixados no quartel onde diziam: “Milicianos não querem a guerra!” e “Abaixo a guerra colonial!”, onde seguiram como meio de resistência a apatia no juramento da companhia<sup>24</sup>.

Em 1973, além das manifestações destacadas em África sobre a problemática da guerra no ultramar, os movimentos de inquietação dentro dos quartéis prosseguem. Em abril, ocorre um levantamento de rancho em Tavira, em Sacavém e em Campolide. No Hospital Militar, o descontentamento também se pautava nas péssimas condições do hospital bem como contra a guerra. Autodenominados de “doentes anticolonialistas”, estes ameaçaram sair do hospital mesmo que sem autorização<sup>25</sup>. Em Mafra, os juramentos de bandeira passaram a ser feitos às portas fechadas, o que pode ser entendido como uma derrota para a propaganda militar e do regime. Em Alfeite, mais da metade dos cadetes da Reserva Naval recusaram-se a

<sup>23</sup> **Avante!** Ano 41, Série VI, nº 431, Julho de 1971, p. 4.

<sup>24</sup> **Avante!** Ano 41, Série VI, nº 437, Janeiro de 1972, p. 5.

<sup>25</sup> **Avante!** Ano 43, Série VI, nº 454, junho de 1973, p. 4.

juar a bandeira. Em Abrantes, ocorre levantamento de rancho por mais de 300 soldados<sup>26</sup> e no quartel de Caldas da Rainha, chega-se a 600 soldados negarem-se a comer<sup>27</sup>.

Nos primeiros meses de 1974, as lutas intensificam-se em todos os campos. Nos quartéis, ocorre levantamento de rancho no forte da Ameixoeira; em Mafra, cadetes se recusam a participar do banquete e do juramento da bandeira no dia da “festa do cadete”. Na Academia Militar, metralhadoras foram apontadas para cerca de 120 alunos que gritaram “abaixo a guerra colonial!”. Boicote à festa de natal com os internados nos Serviços Hospitalares Militares em Lisboa, onde ao invés dos 2000 internados assistirem à festa, apenas 100 compareceram<sup>28</sup>. As Forças Armadas eram sensivelmente o setor social mais estreito em relação à guerra no ultramar e também o setor que mais teve aproximação com a mobilização estudantil (ACCORNERO, 2013, p. 585-586).

As ações presenciadas nos quartéis ao longo do país colocam em evidência um amplo leque de questionamentos sobre o regime e sobre a guerra no ultramar, com descontentamentos e hostilidade, sobre as forçosas ações de instrução, a má alimentação, a obrigatoriedade da disciplina arbitrária. Juntamente aos outros nichos sociais, as manifestações nos quartéis incidiram em uma pressão e organização mais aguda para a derrubada do regime.

### **As lutas operárias sobre o prisma do *Avante! Clandestino***

No que tange o período *marcelista* e as lutas operárias, destacamos que a organização, em sua maioria, nas décadas anteriores, deu-se através das células ativas do PC como também grupos anarquistas organizados dentro de fábricas. Sobretudo no início dos anos 70, as greves e lutas intensificam-se, principalmente dada a instabilidade do sistema e com a guerra em África. Por ser o movimento mais forte no sentido de pressão civil, não teremos margem suficiente para trata-lo, e optamos, portanto, em demonstrar o cariz destas lutas, de um operariado que não estava “adormecido” ou “calado”.

O impulso para as diversas lutas na classe operária e também de lutas no campo pode ser traduzido por diversos fatores que tornaram a política do Estado Novo insustentável: a política de defesa dos monopólios e a falta de respaldo com a classe trabalhadora, diante do agravamento das condições de vida, dos congelamentos salariais, a alta dos preços de gêneros

<sup>26</sup> *Avante!* Ano 43, Série VI, nº 457, Setembro de 1973, p. 5.

<sup>27</sup> *Avante!* Ano 43, Série VI, nº 459, novembro de 1973, p. 4.

<sup>28</sup> *Avante!* Ano 43, Série VI, nº 462, fevereiro de 1974, p. 2.

alimentícios e de moradia, o aumento nos transportes. A luta pelo aumento dos salários a partir de 1969 pode ser explicada, para além do descontentamento com o sistema autoritário longevamente instaurado, o crescimento da massa monetária seguida de uma baixa na produção, ou seja, a inflação. O aumento de preços e do custo de vida torna-se mais acentuado após 1969, devido ao baixo crescimento econômico visto no país

Ao longo da análise documental composta por 54 números das edições do periódico entre os anos de 1970 e 1974, resumindo-se, portanto, em todas as edições deste recorte, percebemos que as pautas se repetem ao longo dos quatro anos até o 25 de Abril de 1974. Repetem-se, pois a situação sociopolítica e econômica do país mantinha suas raízes desde a instauração do Estado Novo. A perspectiva por mudanças era lenta, gradual e pouco levada em conta. Com o governo de Caetano, a abertura para empresas multinacionais se intensificou e, sobretudo, as leis trabalhistas e as condições mínimas que deveriam ser garantidas pelo Estado, não existiam. A guerra em África consumia algo em torno de 45% de todo o gasto econômico anual, deixando o país em situação de extrema alienação desenvolvimentista. A conta ficou para o trabalhador pagar.

Preferimos destacar a descrição de algumas lutas reivindicativas de setores que marcaram o período em suas formas de organização e dos movimentos desenvolvidos. Além das diversas lutas em empresas de produção têxtil, na mineração ou dos vidreiros, a luta reivindicativa dos metalúrgicos alcançou imenso destaque. Como destaca Patriarca (1982, p. 435), em nível de exemplo, a fábrica da metalomecânica constitui um espaço de produção e de transformação nas composições teóricas e práticas da classe operária portuguesa, sendo, para nós, uma exemplificação que direciona para todos os outros setores produtivos. Quando apontamos a defesa de que um dos basilares desencadeante da Revolução constituía a luta dos trabalhadores nos anos anteriores a 1974, a fazemos pois todos os segmentos do país adentraram na luta por mudanças naquela sociedade: bancos, transporte (ônibus, metrô, avião), hospitais, indústrias, comércio, pescadores, estivadores, correios, trabalhadores agrícolas. As lutas refletiam o descontentamento da população frente ao sistema autoritário em que viviam desde décadas antes, estagnada.

Na metalurgia, temos alguns exemplos de manifestações que marcaram o período. Na Oliveira & Ferreirinha, paralisações diversas ocorreram no ano de 1970 contra o “prêmio”, mas sim ao direito de aumento de salários. Em março, após uma paralisação seguida de forte represália da polícia, três funcionários são presos, onde os demais bradam que “se vão três,

vamos todos”<sup>29</sup>. Na empresa Trefilaria, fazem “cera”<sup>30</sup> por uma semana e diminuem em mais da metade a produção, formando uma comissão de negociação, conquistando a vitória de inclusão do prêmio no salário base e uma melhoria na situação dos aposentados<sup>31</sup>.

O setor da metalomecânica pesada no país, a partir das análises da empresa Mague, pode ser considerado um setor de diversos membros do PCP, em uma confrontação direta pelos princípios de produção taylorista, uma vez que o trabalho sob encomenda e as especificidades das condições de produção trilham para a qualificação e valorização profissional, contando com uma constante variação e conflito nas formas do “capital profissional” dos operários. “Resta dizer que este é um dos casos em que mais visível se torna a natureza da ‘organização científica do trabalho’ (OCT), ou seja, onde as razões de ordem econômica e social primam sobre os imperativos técnicos” (PATRIARCA, 1982, p. 436).

No Primeiro de Maio de 1970, na região de Lisboa, em torno de 14 mil trabalhadores manifestam-se nas ruas, sofrendo repressão pela polícia e somando vinte e oito prisões. A ordem do dia é a conquista do 1º de Maio como feriado nacional do trabalho, reivindicação também muito presente em pautas específicas dentro das empresas<sup>32</sup>, como na fábrica de Limas. Na mesma empresa, os funcionários trabalham 54 horas semanais, sem o recebimento de horas extras. Na Ford de Azambuja, em torno de 700 operários da Ford entram em greve durante uma semana, tendo o setor administrativo participado da greve<sup>33</sup>. Na empresa Firestone de Alcochete, fizeram greve os trabalhadores, reivindicando 42 horas semanais, melhorias no trabalho e aumento salarial. Mesmo com a repressão de seis carros da PIDE-DGS e de um pelotão da Guarda Nacional Republicana (GNR) tentando prender os grevistas, conquistaram, ao final, aumento de 26% nos salários<sup>34</sup>. Na fábrica Simões em Lisboa, 800 operárias recorreram à greve reivindicando aumento de salários, seguindo a pressão dos metalúrgicos de diversas empresas com apresentação de cartas e abaixo assinados em prol de uma nova aprovação de Contratos Coletivos de Trabalho<sup>35</sup>. Emblemática também é a greve geral seguida de ocupação na fábrica Grunding. A empresa alternava os trabalhadores de sindicatos indo em favor do CCT que mais favorecesse os lucros da empresa. Diante desta situação, abriram greve geral de cerca de 2.500 operários, com forte repressão e violência

<sup>29</sup> **Avante!** Ano 39, série VI, n.413, março de 1970, p. 3.

<sup>30</sup> Forma reivindicativa muito presente nestas manifestações. Consistia em diminuir o ritmo de trabalho de forma não declarada.

<sup>31</sup> **Avante!** Ano 39, série VI, n.413, março de 1970, p. 3.

<sup>32</sup> **Avante!** Ano 39, série VI, n. 416, maio de 1970, p.1.

<sup>33</sup> **Avante!** Ano 41, série VI, n.429, abril de 1971, p.1.

<sup>34</sup> **Avante!** Ano 41, série VI, n. 430, junho de 1971, p.3.

<sup>35</sup> **Avante!** Ano 41, série VI, n. 436, dezembro de 1971, p.6.

corporal pela polícia que bloqueia as portas da fábrica, impedindo a circulação dos trabalhadores entre as seções. Com o desmaio de uma funcionária, os operários conseguem montar barricadas e expulsar a polícia. Diversas outras empresas metalúrgicas reagem em apoio à greve e, assim, conquistam o aumento de 40 a 70% de aumentos<sup>36</sup>.

Um de falência ocorre na fábrica de papel da Abelheira, que se justifica pela absorção desta empresa ao grupo Champalimaud, através da empresa Papel do Prado. Cerca de 400 funcionários têm em vista a perda de seus empregos e o não pagamento de suas indenizações<sup>37</sup>. Após seis meses de luta na indústria Abelheira, marcada pela ocupação dos operários para que a gerência não retirasse o material já produzido e as máquinas – situação muito parecida vivenciada ao final do ano de 2017 em Lisboa através da empresa Triumph-, pressionando pelo pagamento das indenizações após a falência, os trabalhadores conseguem receber o pagamento dos salários bem como o pagamento de subsídios e férias referentes ainda ao ano de 1972 e, também os operários com mais de 60 anos conseguiram o direito a aposentar-se contando o tempo de trabalho até o encerramento da empresa<sup>38</sup>. Também destacamos a greve metalúrgica na Sacor, com 600 operários ao norte no país, em Leça da Palmeira que teve duração de três dias. Os trabalhadores cumpriam 55 horas semanais de trabalho, sem pagamento das horas extras e sem o pagamento do sétimo dia. A empresa contava com mão de obra francesa e espanhola que também entraram na greve, e conquistaram suas reivindicações<sup>39</sup>. Trabalhadores e trabalhadoras de diversas empresas recorrem à greve no mês de novembro de 1973, como é o caso da Automática Elétrica Portuguesa (Plessey) tendo 5000 trabalhadores em greve<sup>40</sup>. Na Signetics, com praticamente todo o quadro de mulheres operárias, entraram em greve pelo aumento dos salários, pela semana de 40 horas e pagamento das horas extras e 30 dias de férias remuneradas. A empresa solicitou a polícia, fechando a fábrica e mantendo as operárias do lado de fora, onde mantiveram-se com piquetes ao longo de cinco dias, conquistando aumento de salários e a redução para 45 horas de trabalho<sup>41</sup>.

Como apontamos anteriormente, outros setores indispensáveis, para além dos de produção industrial apresentaram reivindicações através de greves e paralisações, como é o caso dos Hospitais das cidades de Porto e Lisboa. Temos um indício que as contradições

<sup>36</sup> **Avante!** Ano 42, série VI, n. 439, março de 1972, p.1.

<sup>37</sup> **Avante!** Ano 43, série VI, n. 453, maio de 1973, p.1.

<sup>38</sup> **Avante!** Ano 43, série VI, n. 454, junho de 1973, p.3.

<sup>39</sup> **Avante!** Ano 43, série VI, n. 459, novembro de 1973, p.3.

<sup>40</sup> **Avante!** Ano 43, série VI, n. 460, dezembro de 1973, p.3.

<sup>41</sup> **Avante!** Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974, p.4.

internas do regime do Estado Novo perpassavam todas as fissuras da sociedade, apresentando ser um reflexo das manifestações e das reivindicações sociais. Para Poulantz (1976, p. 73), “[...] as contradições internas destes regimes – que são efeitos das próprias lutas das massas populares – parecem ter igualmente funcionado como a ocasião que permitiu a intervenção diretas destas massas, uma vez desencadeado o processo”. A jornada grevista nos Hospitais no período referido inicia-se em abril de 1970, nos Hospitais Civis de Lisboa com a categoria dos enfermeiros que, conseqüentemente, aderem à luta, “recusando-se a realizar quaisquer serviços que não digam respeito à especialidade de cada um”<sup>42</sup>, colocando em circulação um abaixo-assinado entregue às instâncias superiores, “em que acusam o governo de ter deixado a situação atingir ponto tão alarmante”<sup>43</sup>. Uma paralisação no final do mês ocorre e os médicos apontam a falta de estrutura para os atendimentos e reivindicam melhorias na saúde pública. Um médico declara que a situação é “passível de procedimento judicial em qualquer país civilizado”<sup>44</sup>. Manifestações em apoio à causa também se desenvolvem na cidade do Porto. Em setembro do mesmo ano, sem obter respostas às reivindicações, os médicos do internato geral do Hospital de São João desta mesma cidade declararam o não atendimento às urgências, apoiados também pelos enfermeiros. O *Avante!* aponta em uma de suas reportagens que as informações nos canais legalizados de comunicação são bloqueadas a noticiar a manifestação e as paralisações na área da saúde<sup>45</sup>. Destaca-se que buscamos notícias referentes à estas manifestações no *Diário de Notícias* e no *Jornal de Lisboa* e nada encontramos.

Outro setor indispensável que adentra nas manifestações trabalhistas é o dos transportes. A paralisação nos vagões dos metrô bem como os tumultos causados pela falta dos ônibus nas ruas é algo frequente. A greve na TAP também será um marco nas reivindicações, paralisando parte do tráfego aéreo por mais de três dias. Em junho de 1970, a Carris (Serviços de Transportes Coletivos - Porto) entra em greve contra as horas extras não adicionais no salário, somando 300 trabalhadores<sup>46</sup>. Em agosto, uma paralisação acarreta diversas prisões seguidas de interrogatórios pela PIDE, tendo ao final do mês uma mobilização em diversas estações do metrô em prol da libertação dos colegas retidos na manifestação anterior, conseguindo sucesso depois de novos confrontos com a polícia<sup>47</sup>. Em

<sup>42</sup> *Avante!* Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 3.

<sup>43</sup> *Avante!* Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 3.

<sup>44</sup> *Avante!* Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 5.

<sup>45</sup> *Avante!* Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 3.

<sup>46</sup> *Avante!* Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p.3.

<sup>47</sup> *Avante!* Ano 39, série VI, n. 419, agosto de 1970, p.3.

setembro de 1973, trabalhadores da TAP manifestam-se contra a proibição de reunião, recebendo forte repressão policial. No dia seguinte à paralisação, cerca de 4000 trabalhadores fazem greve e movem-se para a administração, exigindo o aumento de salários e o fim da repressão dentro da empresa.

Um dos setores mais representativos da heterogeneidade das lutas em Portugal também pode ser expresso na greve dos pescadores que varre o país de norte a sul. Muitos problemas envolviam este setor, como os baixos salários, as condições de trabalho, a falta de dias de descanso e os baixos preços pagos aos pescadores pelo peixe nas indústrias conserveiras. Este setor é dos que mais apresentou em nossa pesquisa embate direto com o patronato e com a polícia através de piquetes, ocupações e confrontos diretos tendo, além disso, uma expressiva participação das esposas e filhos durante as manifestações.

No mês de maio de 1970, os pescadores da sardinha da costa Norte, do Algarve e de Peniche declaram-se em greve seguidos pelos trabalhadores de Matosinhos, Afurada e Póvoa, reivindicando o salário fixo e 1% sobre a receita retirada do montante do pescado. Também os trabalhadores da pesca não obtinham os direitos de férias pagas, abono anual, aposentadoria<sup>48</sup>. No ano de 1973, as greves intensificam-se e logo no mês de janeiro, os pescadores de Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz recusam-se a assinarem suas matrículas exigindo o aumento de salários e das caldeiradas. No entanto, logo no mês de outubro a classe volta a se manifestar uma vez que as promessas da greve anterior não foram cumpridas, tendo duração de três dias sob a pressão da PIDE, seguida de interrogatórios e prisões contidas por piquetes construídos pelos pescadores em Matosinhos. As reivindicações foram finalmente atendidas<sup>49</sup>.

No início do mês de fevereiro de 1974, uma onda grevista varre o país, seguidas de paralisações em diversos setores produtivos. Entre os meses de janeiro e fevereiro, aproximadamente 40 mil trabalhadores recorreram às manifestações e reivindicações através da greve e de paralisações, em cerca de 70 empresas diferentes em todo o país. No mês de abril de 1974, antes do dia 25, o *Avante!* chamava em sua manchete: “Não dar tréguas ao fascismo!”<sup>50</sup>, apontando as inúmeras lutas de trabalhadores nos mais diversos setores, dos estudantes, dos militares em represália à guerra colonial.

A luta pela queda do regime e em prol das condições de vida mostraram-se frequentes nos anos que antecederam a revolução, provando que o povo português não estava conformado ou adormecido frente à situação repressiva por que passava. Demos uma pequena

<sup>48</sup> *Avante!* Ano 39, série VI, n. 416, maio de 1970, p. 3.

<sup>49</sup> *Avante!* Ano 43, série VI, n. 458, outubro de 1973, p. 1.

<sup>50</sup> *Avante!* Ano 44, série VI, n. 464, abril de 1974, p.1.



amostra da intensidade da luta que, mesmo ameaçada por prisões, torturas e exílios, fez-se presente neste período marcante da história portuguesa.

### **Conclusões**

Portugal, ao permanecer 48 anos em um regime autoritário e ditatorial, constituiu uma base de retrocessos socioeconômicos e políticos, deixando os trabalhadores em situação de extrema exploração e níveis de pobreza. No entanto, também se fortaleceu, sobretudo nas décadas de 1960 e 70 uma vigorosa onda reivindicativa num feixe de possibilidades de mudanças, que foram amplamente aproveitadas pelos mais diversos setores produtivos, provocando instabilidade e traçando um novo perfil social, mais combativo e consciente de suas disputas, fato que se comprovará com a intensa organização e participação popular no período revolucionário. No campo estudantil, a resistência face à opressão policial do Estado foi muito forte, bem o controle de normativas e reformas foram barradas em prol do círculo acadêmico. Em paralelo, a luta estudantil em muito dialogou e contribuiu para que se agravassem as manifestações de repúdio e resistência nos quartéis contra o regime do Estado Novo. A intensidade das greves e da paralisação do setor produtivo de capital no país também foram exemplares na força combativa nas organizações trabalhistas. Logo, em Portugal, os trabalhadores e trabalhadoras lutaram, em conjunto com outras frações sociais de forma a pressionarem a situação social que os cercavam, reforçando e criando um espaço revolucionário com o fim do Estado Novo e a possibilidade de construção de uma nova sociedade.

### **Referências Bibliográficas**

ABADIA, Danúbia Mendes. **O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)**. 2010, 165p. Universidade Federal de Goiás (UFG). Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Faculdade de História, 2010.

ACCORNERO, Guya. A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. **Análise Social**, nº 208, XLVIII (3º), 572-591, 2013.

ACCORNERO, Guya. **Efervescência Estudantil: Estudantes, ação contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)**. 2009, 338p. Universidade de Lisboa. Tese defendida para a obtenção do grau de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais. Lisboa, 2009.

CAETANO, Marcello. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Record, 1974.

CRUZ, M.B. **Instituições Políticas e Processos Sociais**. Lisboa: Bertrand, 2000.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil. In. **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo** (org.) MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAXWELL, Kenneth. **O Império Derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NETTO, José Paulo. **Portugal: do fascismo à Revolução** *apud* ABADIA, Danúbia Mendes. **O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)**. 2010, 1-165, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Goiânia, Universidade Federal de Goiás (UFG) – Faculdade de História, 2010.

NOVO, Ângelo. O 18 de Janeiro na historia das ideias. In. **Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX**. (coord.). VARELA, Raquel; NORONHA, Ricardo; PEREIRA, Joana Dias. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

PATRIARCA, Fátima. Taylor no Purgatório: O trabalho na metalomecânica pesada. **Análise Social**, vol. XVIII (71), 1982-2, p. 435-530.

SUÁREZ, Miguel Ángel Pérez. **Contra a exploração capitalista: Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)**. 2008, 162p. Universidade Nova de Lisboa. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História dos Séculos XIX e XX. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2008.

VARELA, Raquel. **A História do PCP na Revolução dos Cravos**. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.

VARELA, Raquel; ARCARY, Valério; DEMIER, Felipe Abranches. **O que é uma revolução? Teoria, história e historiografia**. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

## Manoel Henriques e as relações de poder nos Sertões de Macacu (1765 – 1787)

Mariana Mendes Christo<sup>1</sup>

### Resumo

Pretende-se analisar, a partir dos conceitos caros ao Grupo Antigo Regime nos Trópicos, como se davam as relações de poder no interior das capitanias do Rio de Janeiro e das Minas Gerais. Tomando como foco de estudo a ação do bando liderado por Manoel Henriques, o Mão de Luva, no interior dos Sertões de Macacu, se quer mostrar que no interior da colônia se formavam diversas redes de poder, e que as mesmas fugiam ao controle da Coroa.

**Palavras Chave: Poder, Direito Consuetudinário, Sertões.**

### Introdução

É a partir de 1765, após o início da crise aurífera, que diversos colonos fugindo dos registros acham mais lucrativo envolverem-se no contrabando. Data deste ano, segundo as autoridades que trataram do assunto, a entrada de pessoas vindas das Minas e do Rio para as Cachoeiras de Macacu, com o objetivo de explorar as famosas “Minas Novas de Macacu” ou “Cantagalo”. Os descaminhos foram organizados em um local de difícil acesso, que era conhecido apenas por índios bravios, forasteiros e homens já participantes do comércio ilícito. É nesse contexto que forma o bando liderado por Manoel Henriques, o Mão de Luva. Pretende-se analisar, a partir dos conceitos caros ao Grupo Antigo Regime nos Trópicos, como se davam as relações de poder no interior das capitanias do Rio de Janeiro e das Minas Gerais. Tomando como foco de estudo a ação do bando liderado por Manoel Henriques, o Mão de Luva, no interior dos Sertões de Macacu, se quer mostrar que no interior da colônia se formavam diversas redes de poder, e que as mesmas fugiam ao controle da Coroa. Através de um estudo sobre o funcionamento das leis no século XVIII, analisa-se a dificuldade de imposição dessas leis não somente no reino português, mas também em todo o império. O caso em estudo é instigante, pois nesse momento já havia ocorrido uma tentativa pelo marquês de Pombal de centralizar o poder e criar um direito que fosse nacional, de forma a abandonar o direito consuetudinário. Sendo os Sertões regiões inóspitas que a coroa portuguesa não tinha acesso, regiões em que a lei não era aplicada pela incapacidade da coroa

---

<sup>1</sup> Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é bolsista de iniciação científica Pibic/Cnpq da Universidade Federal Fluminense e pós-graduanda no Instituto Federal Fluminense em “Patrimônio, Cultura e Educação: diálogos no território”. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil.

em realizar políticas administrativas que pudessem dominar todas essas terras, até que ponto Manuel Henriques pode ser considerado um bandido e qual seria sua função no preenchimento do vácuo administrativo nos sertões auríferos? A localização do grupo do Mão de Luva era em uma área remota e de difícil acesso, além de ser de pouco conhecimento para as autoridades. Pode-se deduzir que o bando tinha uma excelente organização sócio econômica. O grupo se dividia em companhias, e cada uma delas tinha um competente oficial. O ouro que extraviavam era dividido segundo o número de escravos que cada um tivesse. O ataque ao descoberto pelas autoridades de Minas se inicia no dia 9 de maio de 1786.

Sendo assim, o presente artigo se divide em três partes para melhor explicar e relacionar que a existência de um grupo de comerciantes e garimpeiros no Sertão de Macacu e a ineficácia de uma administração permitem a formação de redes de poder nessas regiões inóspitas e, que por esses motivos, podemos questionar se tal grupo era realmente facinoroso ou se era mais um que se forma para escapar dos impostos cobrados sobre o ouro e buscava sobreviver na Conquista.

## 1. Breve discussão historiográfica

Neste tópico serão apresentadas duas visões historiográficas sobre o Brasil Colonial. A primeira, tradicional, seria a marxista, a qual explica as relações existentes no Brasil Colonial através da dialética e da contradição. A segunda, representada pelo grupo *Antigo Regime dos Trópicos*.

É a partir de Caio Prado Jr. que se pensa em uma metodologia de pesquisa para o estudo da sociedade colonial. Em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor está preocupado em estabelecer o sentido da colonização do Brasil e a formação de uma nacionalidade, da evolução dos povos presente no marxismo histórico e dialético. No pilar dessa sociedade colonial estariam inter-relacionados o latifúndio, a monocultura e o trabalho escravo. A economia da colônia, destinada ao mercado externo, está sempre pautada na necessidade desse mercado (PRADO JÚNIOR, 1972).

Segundo Laura em seu livro *Desclassificados do Ouro*, a administração mineira estaria afundada em contradições: ela “apresentou um movimento pendular entre a sujeição extrema ao Estado e a autonomia” (SOUZA, 1986:97). No governo das Minas exigia-se uma “mistura

do agro com o doce” e a adoção da prática do “bater-e-assoprar”. Ou seja, para ela havia uma administração forte da metrópole sobre a região, mas os funcionários conseguiam distender as redes de poder ao seu proveito. Havia também a necessidade de se fazer sentir a presença do Estado, mas essa presença deveria ser moderada e suave para evitar que se tornasse importuna e odiosa. Nas Minas haveria uma mistura de autonomia e extrema dependência (SOUZA,1986:97).

Fernando Novais (NOVAIS, 1995) irá expandir as ideias sobre a sociedade colonial já iniciadas em Caio Prado Jr. (PRADO JÚNIOR, 1972), assim como Laura (SOUZA, 1986 e 2006) também fará um resgate a ele. Para o autor, o sistema colonial estaria relacionado ao mercantilismo, e a colônia e a metrópole estariam ligadas através do pacto colonial. As colônias estariam adequadas à metrópole, havendo um exclusivismo comercial. O modo de produção adotado seria o escravista, sendo essencial para a grande propriedade que era a base do sistema. O absolutismo teria sido fundamental para a expansão marítima europeia, e o mercantilismo para se buscar nas colônias uma acumulação primitiva de capital. Era necessário a busca de terras que pudessem ser controladas e dominadas para retirar a Europa da crise estabelecendo um pacto colonial, um exclusivo colonial: a colônia produz o que a metrópole necessita, sendo esse o sentido da colonização (NOVAIS, 1995).

De forma oposta seria a análise feita pelo grupo Antigo Regime nos Trópicos em sua busca por apresentar uma nova configuração desse Antigo Regime, das suas formas de organização e de lidar com o poder. É importante ressaltar, que a ideia de descentralização é anterior a formação do grupo, vem de 1970, momento em que a análise marxista era mais forte.

Nessa nova historiografia, fortemente influenciada por Antônio Manuel Hespanha e com foco na importância do estudo do poder local, a estrutura de análise não passa pelo materialismo histórico. A sociedade de Antigo Regime seria corporativa, ou seja, estaria dividida em partes, como metáfora do corpo, em que o rei seria a cabeça e responsável pela aplicação da justiça e as demais partes seriam representantes das conquistas. Assim como o corpo, cada parte possui sua função e autonomia, mas que estão sempre ligadas à cabeça que representa a centralidade. Rompendo com a oposição entre senhores e escravos e com a existência de uma centralização, o soberano estaria agindo como pai e imperaria relações de reciprocidade. Sendo assim, alguns conceitos são caros a essa nova historiografia como o

sistema de mercês, as redes clientelares e governativas e a economia do bem comum (XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, 1998).

O sistema de mercês seria a concessão de privilégios como monopólios, cargos e títulos a súditos que se mostram como leais vassalos ao rei. Comum à sociedade de Antigo Regime, o rei delega poder e delega poder de delegar. Nesse sentido a atuação das Câmaras e de cargos como o de juízes de órfãos mostram a autonomia de poderes na conquista. Conceder mercês era uma forma básica de retribuir os serviços prestados tanto para a coroa, quanto para as conquistas, entregando a cada súdito sua devida remuneração (XAVIER; HESPANHA, 1998).

Os cargos no ultramar permitiram a acumulação de riquezas e a formação de uma aristocracia. Essa riqueza acumulada permitiu a formação dos engenhos. Nessa rede de reciprocidade em que o capital não se acumula somente na metrópole, mas também na colônia, rompe com a ideia da exploração da colônia servindo como forma de acumulação primitiva de capital. As relações estabelecidas são amonetárias; trata-se de uma economia de privilégios e de mercês. Existe uma luta pela manutenção do poder da monarquia, por esse motivo a conquista da terra se dava cotidianamente (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000).

Havia, dessa forma, a associação entre os grupos familiares que caracterizava a formação das redes clientelares. Nessa troca de favores e serviços prestados, se faz presente também um conceito importante de Hespanha (XAVIER; HESPANHA, 1998): as redes clientelares. As relações desiguais de poder presentes na sociedade de Antigo Regime, formavam laços do tipo clientelar, que mesmo sendo informais, impunham uma obrigação de reciprocidade. Estabelecer esse tipo de rede significava uma “maneira de externar intenções políticas individuais e, principalmente, de articular alianças políticas alargadas com objetivos mais amplos e duráveis”. Esse tipo de relação poderia envolver mais de um personagem (COSENTINO, 2013: p.81).

As redes governativas estariam além de simples associações. Para Gouvêa (2010, p.179), uma rede é composta de um conjunto de ligações habituais, que são capazes de modificar e até definir estratégias, assim como “o curso dos acontecimentos num dado lugar e época”. Dessa forma, “considerando a governação portuguesa de fins do século XVII e início

do século XVIII, é possível propor uma noção de rede governativa entendida como uma articulação estratégica de indivíduos no âmbito da administração” (GOUVÊA, 2010, p.179).

Seria uma busca constante de estratégias para se manter na governação. Para isso, utilizava-se as alianças políticas matrimoniais, os compadrios e as indicações. Todas essas relações, redes clientelares, governativas e sistema de mercês fazem parte da economia do bem comum, em que as diferentes partes do império compartilham de um conjunto de mecanismo econômicos (FRAGOSO,2001:47).

### **1.1 Justiça no Antigo Regime**

A ideia de um *Antigo Regime* surge com a Revolução Francesa e significa para os contemporâneos da época a antiga administração, ou seja, aquela que existia antes da revolução (FURET, 1989). A sociedade portuguesa da Era Moderna é herdeira de práticas e concepções do período medieval. Em uma sociedade extremamente religiosa, o cisma protestante cria um cenário de redescoberta da escolástica, ocorre a reinterpretação do tomismo, caracterizando o que foi chamado então de Segunda Escolástica. Em sua leitura, a sociedade seria a metáfora de um corpo, ou seja, uma sociedade corporativa (ATALLAH, 2016).

Defendia-se a ideia da existência de leis naturais, que eram conhecidas e aplicadas a todos; as formas sociais obedeciam a um ordenamento da natureza. Nesta sociedade, a desigualdade que constituía o corpo social era a norma. A sociedade seria então formada por partes diferentes e desiguais em graus de importância e funções diferentes, essenciais para a harmonia e funcionamento do corpo. Ao rei, caberia a função de árbitro supremo, aquele que tem o papel de garantir a justiça. O Estado português se caracteriza como uma monarquia corporativa. Desigualdade, hierarquia e subordinação eram fundamentos reafirmados pela Segunda Escolástica. (HESPANHA, 1999)

No universo político de Antigo Regime, existia uma diversidade de relações sociais no que diz respeito aos “poderes” muito por conta de uma insuficiência do direito oficial da época o que permitia e legitimava práticas políticas consideradas informais. É nesse contexto que podiam se sustentar através de uma interdependência e reciprocidade relações do tipo clientelares (ATALLAH, 2011, P.24).

Havia um pluralismo político no Antigo Regime e esse mesmo pluralismo não interferia na centralidade régia. Os homens responsáveis pela administração e justiça das diversas partes do Império português eram representantes do poder real pois, recebiam da Coroa através de regimentos a “delegação de autoridades e de poderes”. Era delegando poderes que o poder real podia estar presente nas diversas partes coloniais da América. Dessa forma, também se garantia o funcionamento do conjunto governativo imperial. (ATALLAH, 2011, p.30).

Nesse mundo de Antigo Regime, as leis não eram feitas para serem aplicadas estritamente. Segundo Hespanha (2007: p.60), “o que é difícil na história do mundo é encontrar Estados centralizados, não o contrário”. Existia uma enorme falta de domínio do centro (Portugal) sobre as periferias (Conquistas). Tratava-se de uma administração com traços corporativos e fortemente localista.

Se para o Reino, que era pequeno (89000 km<sup>2</sup>) e que era territorial e linguisticamente integrado desde o séc. XIII, havia o policentralismo, o pluralismo jurídico-político e uma confusão jurisdicional, tais características também eram presentes na Conquista. A mesma era distante da metrópole por mais de um mês de oceano para ser atravessado. Possuía interiores difíceis de se acessar, além de ser em seu conjunto formada por sertões, rios, florestas e nativos bravios (HESPANHA, 2007). Somente com Pombal e com os ministros lusitanos de D. Maria que se ganha força uma tentativa de organização política do Ultramar, através de relatórios, consultas e diretórios e projetos de reformas territoriais, econômicas, urbanísticas e de governo (HESPANHA, 2007). Havia nesse mundo de Antigo Regime uma hierarquização das fontes do direito expressas nas Ordenações (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas). Apesar dessa hierarquização, o que prevalecia era o direito local, escrito ou costumeiro. Segundo Hespanha (2005: p.78), “o costume é o melhor intérprete da lei e dos estatutos”.

Em teoria, todos os juízes - sejam eles ordinários, eleitos, ou iletrados – eram obrigados a seguirem as ordenações e as leis do reino, assim como as posturas e ordenações do concelho. Na prática, se julgava menos pelas leis e mais pelos costumes (HESPANHA, 2005).

O que havia na América Portuguesa era uma espécie de Direito Costumeiro, que apesar de ser oposto ao que a lei dizia, se fazia necessário pois atendia as circunstâncias. “O direito comum constituía-se, havia pelo menos três séculos, na doutrina jurídica da Europa, cujos preceitos



unificavam várias fontes de direito, contemplando os direitos locais, os costumeiros e o canônico.” (ATALLAH, 2016, p.179).

A desvalorização da norma geral tanto no Reino como por toda a América Portuguesa tem como motivo o vínculo que se pode fazer entre a justiça e as virtudes consideradas essenciais ao rei (misericórdia, clemência, graça). Tais virtudes se ampliavam no perdão, na concessão de privilégios e no respeito às práticas costumeiras, como diz Anastasia (2002). A plena realização da vontade soberana se fazia limitada pela necessidade de existência e aplicação dessas virtudes para a manutenção de um Império marítimo tão vasto como o português.

É a partir do sismo de 1755 que ganha protagonismo na administração portuguesa Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal. As providências tomadas por Pombal marcam a presença de um Estado que se torna cada vez mais presente, que se preocupa com o bem público e que “ia se firmando como responsável por uma sociedade carente de proteção” (ATALLAH, 2016, p.157).

Ao longo do século XVIII a política administrativa e o serviço público foram se hierarquizando e adquirindo uma ênfase reformista. Se desenvolve um processo de racionalização das ações do Estado. “À pluralidade das práticas jurídicas do direito consuetudinário vinha se opor a retidão do direito real, estatal” (ATALLAH, 2016, p.179). As ações instituídas a partir de Pombal tinham como objetivo a “preservação da unidade do domínio e a acentuação da submissão da América Portuguesa à metrópole”. Medidas para que fosse evitada a fragmentação tanto territorial, quando pessoal do poder (ANASTASIA, 2002: p.37).

Este novo governo que se formava se expunha por um esforço de centralização, pela troca de um modelo jurisdicionalista e sinodal por um que se centrava mais na “vontade unipessoal dos secretários de Estado”. O aparelho administrativo tradicional passava por um processo de “governamentalização” (ATALLAH, 2016, p.158). A gestão do marquês de Pombal acaba por criar uma administração forte e centralizada; administração essa que produz fronteiras híbridas entre governo e os súditos e vassallos (ATALLAH, 2016, p.161). Para Pombal importava combater a autonomia política que muitos homens conquistaram durante todo o Antigo Regime. “A centralização política impunha também a precedência do direito régio sobre o direito comum e, desse modo, a autoridade dos juristas ficava reduzida à

aplicação das leis, nos moldes que o governo ia traçando [...]” (ATALLAH, 2016, p.167 e 171). As reformas impostas por Pombal visavam superar a tradição neotomista e isso surtiria efeito quando intervém no direito e na educação. A forte influência jesuíta nessas duas áreas, acaba tendo como consequência a expulsão dos mesmos do Império Português. Feito isso, inicia-se uma reforma no ensino. Cria-se a Real Mesa Censória e uma licença régia para que livros e manuscritos pudessem ser publicados (ATALLAH, 2016).

Todas as mudanças promovidas por Pombal desembocam na criação da Lei da Boa Razão em 18 de agosto de 1769. Tal lei, portanto, “fazia parte de um contexto europeu que perseguia as reformas no campo jurídico, baseando-se nas propostas ilustradas racionalistas dos intelectuais do século XVIII.” (ATALLAH, 2016, p.179). A reforma impunha superioridade ao direito do monarca (régio), deixando de ter fundamento jurídico o direito consuetudinário e as leis canônicas nos tribunais civis. Através da Lei da Boa Razão a soberania do monarca ganhava força perante os costumes. E a prática e subjetividade do direito comum passam a ser condenadas. De certo, as reformas pombalinas que acabavam com a “autonomia” jurisdicional dos membros do Antigo Regime implantavam um novo sentido de Estado – forte e centralizado no monarca. A aceitação do marquês não foi unanimidade, já que as medidas tomadas por ele afetam uma estrutura e redes clientelares já consolidadas no Império Português. “Reformava-se o direito ao mesmo tempo que se alijavam do poder as famílias importantes da governança, e ainda se efetivava o controle sobre o oficialato da justiça e fazenda” (ATALLAH, 2016:180).

Com a Lei da Boa Razão de 1769, o costume passa a ser desconsiderado do direito nacional. Outro empecilho para a orientação dos assuntos locais foi o que edificava o Tribunal da Relação como 2ª instância de julgamento, tirando essa responsabilidade dos oficiais da Câmara e dos ouvidores de comarca (ANASTASIA, 2002).

## **2. Os Sertões Coloniais no Antigo Regime**

Para traçar uma breve exposição sobre os que seriam os sertões e quem seriam seus moradores, utilizamos a historiadora Célia Nonata da Silva. Em seu livro *Territórios de Mando – Banditismo em Minas Gerais, século XVIII*, Célia Nonata (2007) desenvolve uma perspectiva sobre o que seriam os sertões de Minas e quem seriam seus “moradores”. A autora faz a seguinte caracterização:

Lugar propício à criminalidade e aos usos da violência excessiva. Os grupos de bandidos para os estudos não nos faltam. Com toda a vingança reclamava a honra maculada, o trágico era a maior elemento disseminador desse elemento cultural de senso dramático, generalizando-se como norma e arranjo cultural nas Minas. Tornava-se, com o tempo, um veículo social do exercício da afirmação e do poder pessoal.

(SILVA, 2007, p.238)

Segundo Célia Nonata (2007, p.239), os homens que habitavam os sertões eram os responsáveis pelo desenvolvimento de malhas e tramas do contrabando, o que se juntava a um “comportamento abusivo e formas de ambição econômica”. Dessa forma, a autora considera os atos criminosos como integrantes dessa sociedade, “considerando-se o comportamento criminoso nas Minas setecentistas com um caráter peculiar, típico dos sertões e das áreas de fronteira” (SILVA, 2007, p.249). Os homens que viviam nos sertões eram “curtidos pela coragem, valentia e pelo ressentimento. Cheios de ódios e medos trazidos pelo ciclo de vingança sem fim. Habitados a rezar com a mesma vontade que matavam” (SILVA, 2007, p.249).

Para a autora, o “bando” em estudo neste artigo era uma “engenhosa quadrilha do contrabandista Manoel Henriques, o “Mão de Luva, [...] que faiscava irregularmente o ouro na região”. Apesar de dizer que “a organização da quadrilha do Sertão do Macacu não demonstra muito arranjo em suas ações”, Nonata parece insistir em sua análise o tratamento do já referido bando como criminoso e envolvido em atividades criminosas, e que a seus olhos, os moradores dos sertões são vadios e facinorosos (SILVA, 2007, p. 249 e 253).

Como já foi dito na introdução desse artigo, tanto Nonata (SILVA, 2007), quanto Anastasia (2005) são insuficientes, para essa proposta de pesquisa, diante do assunto. Os homens que viviam à margem da sociedade são considerados por elas bandidos e perigosos, mas será que realmente o são? As análises que as historiadoras fazem dos sertões são mais reproduções do discurso da Coroa Portuguesa que um questionamento de fontes. Partindo da existência de um grupo de comerciantes e garimpeiros no Sertão de Macacu e a ineficácia de uma administração que permite a formação de redes de poder nessas regiões inóspitas, podemos questionar se tal grupo era realmente facínora ou se era mais uma forma para escapar dos impostos cobrados sobre o ouro e sobreviver na Conquista.

Sabendo que é a partir de 1765, após a crise aurífera, que muitos colonos buscam se envolver no contrabando, entende-se o porquê de em 26 de dezembro de 1763, o secretário de

Estado Francisco Xavier Mendonça Furtado ter vetado os descobrimentos dos Sertões de Macacu, procurando até extinguir as memórias sobre a região (OLIVEIRA, 2008) e exigindo ainda que a região fosse vigiada por Ministros e Oficiais Militares – como será melhor explicado no próximo tópico. A administração portuguesa era precária e ineficiente. Não conseguia controlar toda a conquista e por esse motivo, decide colocar os Sertões de Macacu como áreas proibidas. Embora nesse momento já existisse uma burocratização das leis e do direito feitos por Pombal desde 1755, e especialmente após da Lei da Boa Razão (ATALLAH, 2016), ainda existia na conquista o direito costumeiro e fortes redes clientelares. É a existência dessas redes clientelares que permite que o bando de Mão de Luva se estabeleça nesses sertões inóspitos. A administração forte e centralizada não foi capaz de impedir a entrada nos sertões.

Esses homens, que garimpavam o ouro de aluvião nessas terras cercadas por gentios bravios, rios caudalosos e matas fechadas, são considerados pela Coroa bandidos por atravessam áreas proibidas e se estabeleceram nelas. Aos olhos da Coroa, Manuel Henriques é bandido, fascinador e perigoso. Analisando o bando a partir do conceito de redes clientelares de Hespanha (1998) e da necessidade de existência de uma rede de reciprocidade para que se mantivessem como um grupo estabilizado, propomos uma análise de questionamento da racionalização das leis, da eficácia do direito régio nas diversas partes da conquista, permitindo a formação de redes de reciprocidade e poder sem serem, necessariamente, redes violentas, apesar de clandestinas.

Para expormos melhor quem é “Mão de Luva” e seu bando, e de certa forma apresentar aspectos que colocam em dúvida o caráter criminoso e vadio dos homens que faziam parte desse bando e que se embrenharam por Macacu, propomos a análise e reflexão do próximo tópico.

### **3. Mão de Luva e suas redes locais**

É a partir de 1765, após o início da crise aurífera, que diversos colonos fugindo dos registros acham mais lucrativo envolverem-se no contrabando. Data deste ano, segundo as autoridades que trataram do assunto, a entrada de pessoas vindas das Minas e do Rio para as Cachoeiras de Macacu, com o objetivo de explorar as famosas “Minas Novas de Macacu” ou

“Cantagalo”. Segundo Oliveira<sup>2</sup> (2008), os descaminhos foram organizados em um local de difícil acesso, que era conhecido apenas por índios bravios, forasteiros e homens já participantes do comércio ilícito. É nesse contexto que forma o bando liderado por Manoel Henriques, o “Mão de Luva”.

A localização do descaminho era beneficiada pela proximidade entre as capitanias de Minas e Rio, que tinham suas fronteiras enquadradas no conceito de indefinição jurisdicional<sup>3</sup> (OLIVEIRA, 2008). Isso teria sido de fundamental importância para os comércios legal e ilegal. A mais antiga picada era a rota do Pau Grande, que levava até os ancoradouros de Parati e Angra dos Reis. As picadas construídas nos sertões de leste, próximas aos rios Guapi-Mirim, Magé e Suruí levavam os contrabandistas aos sertões de Macacu e a partir daí vários outros ancoradouros clandestinos como os de Cabo Frio, Macaé, e Vila de Campos. Eram nessas picadas que alguns dos homens do bando Mão de Luva trocavam ouro por diversas mercadorias. Uma velha tradição paulista diz que os sertões das Cachoeiras de Macacu ou Cantagalo, assim como os seus arredores, eram repletos de riquezas auríferas e suas terras eram de boa qualidade, propícias para o plantio e à domesticação de animais. Por esse motivo, muitos de Minas e Rio empreenderam uma obra de devastação dessas áreas. Oliveira (2008) caracteriza a área de localização dos sertões da seguinte forma:

[...] situam-se na parte setentrional do Vale do Rio Paraíba do Sul que, nos setecentos, compreendia uma vasta área de quase seis mil quilômetros quadrados. Em seu interior, estão as Serras de Boa Vista, dos Órgãos, Macabu e Macaé, quase todas elas habitadas pelo gentio das nações Ozorós, Xopotós e Puris. Era uma região fronteira com a capitania de Minas, estando relativamente próxima ao litoral fluminense. Em seus aspectos geográficos, sua topografia caracteriza-se como um terreno montanhoso, com aclives acentuados e altitudes não muito elevadas, formando diversos morros conhecidos como meias laranjas. Em seu conjunto eles formam uma paisagem peculiar, constituída por um verdadeiro “mar de morros”

(OLIVEIRA, 2008: 98)

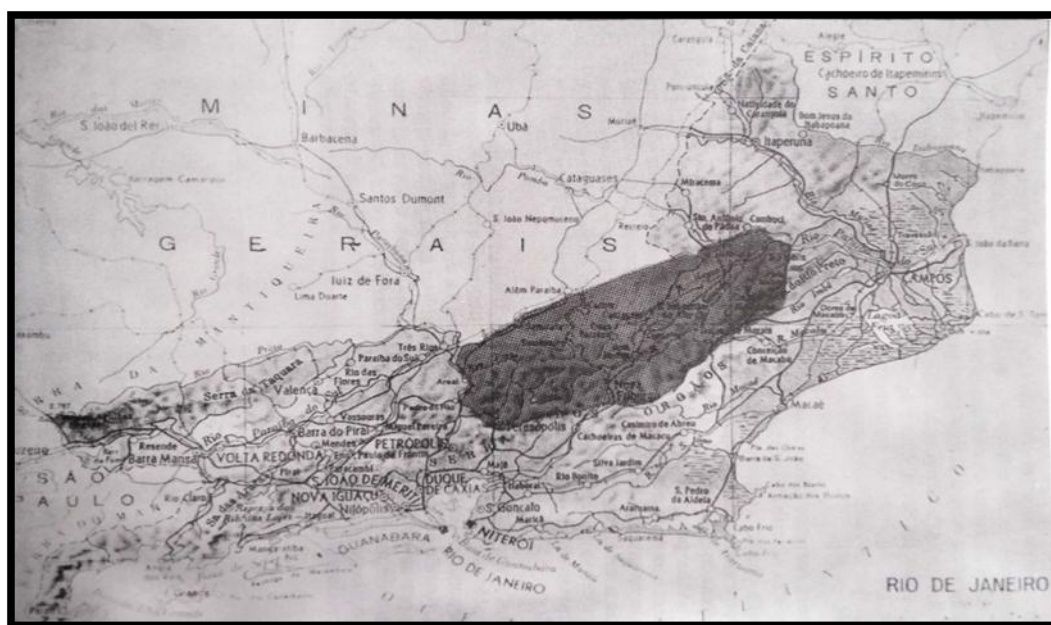
---

<sup>2</sup> Torna-se importante esclarecer que como este trabalho ainda está em construção e por existirem poucos trabalhos que tratam do tema, assim como a dificuldade do acesso as fontes – já que sua maioria se encontra no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, e microfilmadas, se utiliza constantemente para a construção desse tópico e estudo de caso a tese de mestrado do professor Rodrigo Leonardo de Oliveira “Mão de Luva” e “Montanha”: *bandoleiros e salteadores nos caminhos de minas gerais no século XVIII (matas gerais da Mantiqueira: 1755-1786)*.

<sup>3</sup> Este conceito é discutido em OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. **“Mão de Luva” e “Montanha”: bandoleiros e salteadores nos caminhos de minas gerais no século XVIII (matas gerais da Mantiqueira: 1755-1786)**. Juiz de Fora, 2008. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Rodrigo-Leonardo.pdf> > página 96.

Em 1763, Maurício José Portugal, morador das Cachoeiras do Rio Macacu, distrito da Vila de Santo Antônio, pede permissão às autoridades fluminenses para explorar uma área que estava distante trinta léguas da cidade do Rio de Janeiro e o Intendente Geral do Ouro o responde positivamente. Em posse de uma carta enviada pelo Conde da Cunha, em 26 de dezembro de 1763, o secretário de Estado Francisco Xavier Mendonça Furtado, se mostra irritado com a decisão do intendente geral do ouro e além de repreender essa atitude, veta os descobrimentos dos Sertões de Macacu, procurando até extinguir as memórias sobre a região. Exigia que a região fosse vigiada por Ministros e Oficiais Militares competentes e que qualquer ato contrário às suas ordens fosse informado a ele. O intendente foi mandado ao Reino e se nomeia um outro para exercer suas funções. Para Oliveira (2008), este fato deixa claro que a Coroa não tinha intenções em devassar os Sertões de Macacu, já que se pensava que a diminuição dos quintos tinha como causa os constantes extravios realizados nessa região e onde houvesse ouro.

#### Os Sertões de Macacu representado pela mancha escura no mapa<sup>4</sup>



Em 29 de abril de 1779, uma carta da vila de Santo Antônio de Sá (atualmente a cidade de Cachoeiras de Macacu) acusava a existência de homens mineiros para o Sertão de Macacu:

<sup>4</sup> Mapa obtido na Biblioteca Municipal Acácio Ferreira Dias, Cantagalo, RJ. Pasta nº 319, *Reflexões para o Futuro*. O mapa mostra o estado do Rio de Janeiro e que seriam os sertões de Macacu (mancha escura).

A nossa notícia chega, que nos sertões das Cachoeiras de Macacu, se acha uma nova povoação de homens mineiros, os quais assistindo na Borda do Campo, se adrarão o sertão, e passarão o caudaloso Rio Paraibuna, procurando as aldeias, que nas entranhas deste bosque há; e a primeira que encontrarão toda desertou, amedrontados os índios, e receosos do grande concurso de homens armados que virão; em cuja Estância, ou deserta Aldeia se acham residindo estes salteadores, em agricultar, desibadar, rossados de milho, e feijão, abóboras, e outros víveres; cuja fama, e do copiosíssimo cabedal, e riqueza, que na verdade este sertão em si encerra; hade infalivelmente ter convidado e muitos desta capital, e seu contorno para a sociedade do extravio do ouro em pó (...) <sup>5</sup>

A primeira medida tomada por Luiz de Vasconcelos foi conseguir homens inteligentes e confiáveis para servirem de testemunhas do caso. Esses homens deveriam ser escolhidos pelos senhores juízes e vereadores da Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá. A segunda medida foi ordenar a alguns mestres de campo que lhe repassassem informações sobre a “localização precisa da dita sociedade do extravio, como também o número de pessoas que ali residiam” (OLIVEIRA, 2008: 101). Os nomes eram os seguintes: Bartolomeu José Vahia, Alexandre Alves Duarte e Azevedo, Miguel Antunes Ferreira, e os sargentos maiores Ignácio Viegas de Proença, da cidade de Cabo Frio, e Manoel Pereira da Silva, da Vila dos Campos. A terceira medida foi ordenar que pusessem guardas por todos os sertões (Magé, Guapiassú, Macaé, Surubi, Guapi, como também pelos Rios de São João, Imbé e Macabú) que pudessem ser saídas ou entradas de pessoas suspeitas. Os bandoleiros, dessa forma, seriam obrigados a deixarem as terras já que os alimentos não conseguiriam chegar para sua subsistência, não sendo necessária uma ação direta armada.

Segundo Miguel Antunes, em seus repasses de informações para o vice-rei, o bando era comandado por Manoel Henriques, conhecido por Mão de Luva; se localizava nas margens do Rio Paraíba, próximo ao córrego Palmital, mesmo local onde residia o gentio da nação Ozoró.

Em tal local haveria vários ranchos de moradia, com abundância de plantas e lavouras; e para se chegar ao mesmo seria necessário seguir pelo caminho para as Cachoeiras de Macacu e subir a Serra dos Órgãos, até dar ao sítio do

---

<sup>5</sup>GOMES, Mauro Leão. Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da Região das Minas do Canta Gallo na Província do Rio de Janeiro. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Seropédica, 2004. p. 16. Disponível online em: [www.ufrj.br/cpda/static/teses/d\\_mauro\\_leao\\_gomes\\_2004.pdf](http://www.ufrj.br/cpda/static/teses/d_mauro_leao_gomes_2004.pdf). Carta da Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá ao desembargador intendente geral do ouro Manuel Pinto da Cunha e Souza. Vila de Santo Antônio de Sá, 26/04/1779, p. 193v. Apud Oliveira, 2008: p. 100.

Reverendo Cônego Antônio Lopes Xavier. Daí deveria se seguir por uma picada do gentio Ozoró até se localizar as aldeias dos contrabandistas. Em geral, a jornada se distanciava sessenta léguas da cidade do Rio de Janeiro.  
(OLIVEIRA, 2008:102)

O mestre de campo Bartolomeu José Vahia passou as seguintes informações para o vice-rei:

O cabeça dos sobreditos extraviadores é um sujeito de Minas denominado Mão de Luva, e qual se apelida Coronel de duzentos homens brancos, e que os comanda; e cada um destes, tem a três, a quatro, e a cinco escravos, que ao todo faz um bom número de gente, que se repartiu em companhia, e assim fazem serviço mineral; repartindo-se o ouro, que tiram, no fim de cada semana, á proporção dos escravos, que cada um tem. Um Antônio Barbosa que foi soldado do Esquadrão, é Tenente Coronel deste dito corpo; e as companhias, tem os seus competentes oficiais.<sup>6</sup>

A localização do grupo do Mão de Luva era em uma área remota e de difícil acesso, além de ser de pouco conhecimento para as autoridades. Pode-se deduzir que o bando tinha uma excelente organização sócio econômica (OLIVEIRA,2008). O grupo se dividia em companhias, e cada uma delas tinha um competente oficial. O ouro que extraviavam era dividido segundo o número de escravos que cada um tivesse (ANASTASIA, 2005).

Sem muitos avanços pelos sertões para encontrar os suspeitos, nos primeiros anos de diligência, as autoridades prendem José Gomes, Cúmplice de Manoel Henriques. Gomes teria sido “encarcerado, por parte do Santo Ofício, pelo comissário Vicente Ferreira de Noronha, vigário da freguesia de Maricá”, antes de ser pronunciado na Devassa geral do Ouro, e enviado para o cárcere do Convento do Carmo, no Rio de Janeiro, e depois para a Corte (Oliveira, 2008: p.113). Tempo depois, essa missão foi confiada ao o religioso do Carmo Bernardo de Vasconcelos. Em um de seus relatos, registrados em cartas, Gomes diz o seguinte:

Pelo que já expusemos da Entrada de Macacu para as ditas Minas, chegando ao lugar chamado das Três Cruzes, se acha uma pedra de amolar à mão esquerda, e nesse mesmo lugar acha-se a picada, que entra para Minas Gerais; vai-se por ela sair a uma Aldeia, e perto desta fica o Rio Paraíba, viagem de dois dias; passando este a outra banda segue-se a picada, que vai sair à Igreja Nova, lugar da residência de Manoel Henriques, Mão de Luva, do Xopotó, aonde tem a sua família. No Descoberto Novo destas Minas, se acham presentemente onze pessoas, e á um ano a esta parte se acham mais de sessenta, os quais se ausentarão com temor de que lá os fossem buscar

---

<sup>6</sup> FREIREYSS.G.W. Viagem ao interior do Brasil. Editora Itatiaia. BH. 1982. Citado por GOMES, Mauro Leão. Ibidem, p. 39. Do mestre de campo Alexandre Alves Duarte e Azevedo ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza. Rio de Janeiro, 06/08/1779, p. 203V. Apud Oliveira, 2008: p.107



presos. Tem grandes rancharias, e várias roças plantadas, e a maior parte do sustento lhe vai de fora.<sup>7</sup>

Data o ano de 1784 como sendo o início do desbaratamento do bando do “Mão de Luva”; ano que as autoridades de Minas entram em cena. Assim que Luiz da Cunha Meneses assume o cargo de governador de Minas Gerais, expõe para Vasconcelos “que essas áreas, consideradas proibidas desde a provisão do Conselho do Ultramar datada de 9 de abril de 1745, pelo Aviso de 22 de janeiro de 1756, e ratificada na Ordem de 31 de janeiro de 1765, estava compreendida em uma situação de indefinição jurisdicional, pois não se sabiam, de fato, os verdadeiros limites entre as ditas capitânias”. Meneses prontifica-se a colaborar com as buscas pelo bando de Macacu (OLIVEIRA, 2008: 115-116). De fato, o problema de indefinição jurisdicional só será resolvido no século XIX (1814), em carta de D. João VI<sup>8</sup>, que utiliza o rio Paraíba do Sul para delimitar as fronteiras de Minas e Rio. O que parece é que a questão de delimitação de fronteiras apresentava-se como problema para Cora Portuguesa, que já neste momento burocratizava sua administração e buscava cada vez mais o controle de seus domínios. Mas, pelo contrário, a ausência de um limite fronteiro parecia de bom grado para as autoridades, já que as mesmas utilizavam dessa desculpa para que providências contra o contrabando fossem tomadas.

Havia disputas sob a Capitania das Minas Gerais por motivos como: a primazia dos descobrimentos auríferos habilitavam àqueles que a pleiteavam as mais valiosas honras e mercês; controlar a região mineradora significava constituir várias redes clientelares, o que envolvia a concessão de patentes militares, cargos e postos, e a arrematação de contratos e rendas. Além disso, havia a possibilidade da participação lícita e ilícita nos negócios lucrativos da mineração e do abastecimento da zona mineradora (ROMEIRO, 2008). Segundo Romeiro (2008: p. 38), “as evidências não deixam dúvidas quanto ao envolvimento dos governadores da Repartição Sul e depois da Capitania das Minas Gerais em atividades econômicas ilegais, condenadas pela coroa por serem contrárias aos interesses régios”. Ou

<sup>7</sup> Id. Carta do pároco de Maricá Vicente Ferreira de Noronha informando ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza o conteúdo do depoimento do réu José Gomes, cúmplice dos extravios de Macacu. Sem local/sem data, p. 221. Apud Oliveira, 2008: p.114

<sup>8</sup> Esta carta encontra-se presente no livro PIZA, M. de Toledo. **Itaocara Antiga Aldeia de Índios**. Diário Oficial: Niterói, 1946. Página: 37 [...] *Hei por bem, conformando-me com o parecer da referida Mesa, Erigir em Vila o dito Arraial com o nome de São Pedro de Cantagalo, e terá por limites todo o território que se compreende desde o rio Paraíba, no sítio que o ministro encarregado do levantamento da Vila lhe encarregar, aliás, da Vila lhe assinar, correndo pelo alto da Serra dos Orfãos a partir com os termos das Vilas de Magé, Macacú, Macaé e Campos dos Goytacazes até fechar no mesmo rio Paraíba, o qual lhe servirá de divisa em toda a sua extensão da parte da Província de Minas Gerais. [...]*

seja, tal perspectiva apresenta mais um motivo para que os Sertões fossem proibidos. A incapacidade da Coroa no controle e conhecimento da região era tamanha, que até mesmo funcionários da administração real participavam dos benefícios da clandestinidade.

Data de 1784 o ano que Luís da Cunha Meneses inicia uma devastação dessas áreas contando com os serviços do sargento-mor São Martinho em conjunto com o coronel do primeiro regimento da cavalaria auxiliar da comarca do Rio das Mortes, Manoel Rodrigues da Costa para examinar toda a extensão dos sertões de Macacu. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, também tinha ordens para os acompanhar, já que se destacava como um homem de inteligência mineira e lógica. “Sem dúvida, o atraso no ataque aos bandoleiros pode ser explicado através de uma presumível amizade entre os “Henriques” e as referidas autoridades” (OLIVEIRA, 2008:119).

O ataque ao descoberto se inicia no dia 9 de maio de 1786. Invadido o descoberto pelo “Sistema de Engano”, e percebendo que teria sido derrotado, Mão de Luva (líder do bando de Macacu desde 1765), se rende. No dia 14, Joaquim que era capitão dos índios que habitavam aquela região, pede a São Martinho que não fizesse mal a Manoel Henriques, pois ele era bom e havia ensinado sua gente a rezar. Isso mostra a boa relação deste líder com os indígenas, o que teria facilitado a fixação do bando em Cantagalo e a descoberta do ouro (OLIVEIRA, 2008: 125). Pouco tempo depois, é enviada uma lista dos presos, por São Martinho, ao governador de Minas após o desbaratamento do bando na noite de 13 de maio de 1786. Entre brancos e pardos forros havia 13 pessoas e os escravos contavam 24.<sup>9</sup> Dessa forma, entende-se que mesmo não havendo centenas de pessoas no descoberto, o mesmo estava se fortalecendo a ponto de se tornar um arraial, por conta de um código de leis criado por Mão de Luva e respeitado pelos moradores do lugar, sua boa relação com os indígenas (nações dos

---

<sup>9</sup> SCAPM, Códice 239, p. 69. Relação dos homens brancos, e pardos forros que foram presos na noite de 13 de maio de 1786, por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Luís da Cunha Meneses Governador e Capitão General de Minas Gerais, nos sertões de Macacu, distrito da capitania do Rio de Janeiro por andarem abrindo picadas novas, e extraindo ouro. Vila Rica, 19/06/1786. Apud Oliveira, 2008, p.131.

Id, p. 69V. Relação dos escravos que fugirão digo que foram presos na noite do 13 de maio de 1786, por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luís da Cunha Meneses Governador, e Capitão General de Minas Gerais, nos sertões de Macacu distrito da capitania do Rio de Janeiro. Vila Rica, 19/06/1786. Apud Oliveira, 2008, p.132.

Id. p. 68V. Despojos em que se fez apreensão. Relação confeccionada pelo sargento mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho. Córrego do Cantagalo do Descoberto de Macacu, 17/05/1786. Apud Oliveira, 2008: p.133.

Casa dos Contos, Planilha 30071, Grifos nossos. Relação dos réos do extravio do ouro pronunciados em 3 de agosto de 1786. Relação elaborada pelo escrivão da Intendência Geral do Ouro Joaquim José dos Santos. Rio de Janeiro, 03/08/1786. Apud Oliveira, 2008, p.134.

Ozorós, Xopotós e Puris) e a proibição do acesso a quem não fosse de confiança (OLIVEIRA, 2008).

Na relação dos réus pronunciada no dia 3 de agosto de 1786, pode-se perceber que a condição socioeconômica dos ditos bandoleiros não era de pobreza, já que a obtenção de cativos na sociedade mineira era um privilégio para poucos. Entre os contrabandistas Manoel Henriques seria detentor de 3 escravos, Miguel Moniz e os irmãos Lopes de 4 escravos, e João dos Santos Silva de 5 escravos. (OLIVEIRA, 2008 :135) Todos os réus foram sentenciados no Juízo da Intendência Geral do Ouro do Rio de Janeiro.

É possível perceber, a partir do estudo deste caso – o bando de Mão de Luva nos Sertões de Macacu – que no interior do vasto império português redutos de poder privado se formavam e estavam fora do controle da coroa. Nesses redutos, diferentes redes deveriam ser feitas para que os benefícios dos atores envolvidos fossem garantidos. Neste caso, das autoridades mineiras e dos bandoleiros. Voltamos neste ponto ao conceito de redes clientelares proposto por Hespanha (XAVIER; HESPANHA, 1998). Como já foi dito anteriormente, as relações desiguais de poder presentes na sociedade de Antigo Regime, formavam laços do tipo clientelar, que mesmo sendo informais, impunham uma obrigação de reciprocidade. Estabelecer esse tipo de rede significava uma “maneira de externar intenções políticas individuais e, principalmente, de articular alianças políticas alargadas com objetivos mais amplos e duráveis”. Esse tipo de relação poderia envolver mais de um personagem (COSENTINO, 2013: p.81). É por conta da presença e da trama dessas redes entre os moradores do arraial de Mão de Luva, os comerciantes e as autoridades das Minas, como o governador Luís da Cunha Meneses, que foi possível a existência desse bando em uma região inóspita e proibida. O sucesso da existência do grupo nesses sertões por 21 anos aproximadamente (1765-1786), apesar de já nesta época ter ocorrido a burocratização das leis e de ter sido proibido o uso do direito costumeiro, mostra que as medidas impostas pelo marquês de Pombal não chegaram a todos os cantos da conquista e se mostraram ineficientes ou ineficazes se tratando dos Sertões.

Resta a nós o questionamento sobre o caráter desse bando. Seriam eles mesmo bandidos e perigosos? A incapacidade da Coroa em administrar os Sertões e o ter transformado, por esse motivo, em área proibida a entrada de qualquer colono, já põe em dúvida seu julgamento sobre quem ultrapassava as fronteiras. Claro, para a administração

portuguesa, qualquer pessoa que desobedecesse essa ordem seria julgado e condenado como bandido, criminoso e fora da lei. Mas se se passava por um momento difícil após 1765 com a crise do ouro e o aumento do fisco, é comum que pessoas saem de seu local de origem e busquem melhores alternativas de sobrevivência. Para Manuel Henriques a alternativa foi adentrar a Mata Atlântica, fazer amizade com os indígenas que habitavam a região e se envolver no contrabando. A questão que fica é até que ponto o comércio clandestino caracteriza um grupo como criminoso, violento e facinoroso? Pretendemos responder melhor essas questões no aprofundamento da pesquisa.

### **Conclusão final**

De fato, a forte burocratização imposta por Pombal no século XVIII, tanto para o reino quanto para as conquistas, tinha como objetivo combater a autonomia política que muitos homens conquistaram durante todo o Antigo Regime. A centralização política que passa a ser imposta a partir desse momento defende e exige que se sobreponha o direito régio sobre o direito comum. Sabe-se que essa exigência de troca de práticas gera um desconforto dentro de todo o império português à medida que cargos, principalmente os ligados a aplicação da justiça, são extintos e/ou postos em segundo plano. Dessa forma, muitas redes clientelares tão importantes para a manutenção e sobrevivência desse vasto império são desfeitas.

Mas o questionamento a que se chega é até que ponto as medidas impostas por Carvalho e Melo no século XVIII realmente atingem os diversos pontos das conquistas. A existência de um grupo de garimpeiros e comerciantes que se forma no interior dos sertões de Macacu em meados desse século mostra que mesmo com o aumento da centralização das forças do Estado, com a forte burocratização que se fazia sobre as leis e a justiça, os sertões continuavam a ser regiões inóspitas que a coroa portuguesa não tinha acesso, regiões em que a lei não era aplicada pela incapacidade da coroa em realizar políticas administrativas que pudessem dominar todas essas terras.

Contrapondo as análises feitas por Célia Nonata sobre os moradores dos sertões, considerados vadios e facinorosos para a autora, até que ponto Manuel Henriques pode ser considerado um bandido e qual seria sua função no preenchimento do vácuo administrativo nos sertões auríferos? Para que essa questão seja respondida, muita pesquisa precisa ainda ser feita. O que se sabe, é que se torna necessária uma nova interpretação para a ação desses grupos que se embrenhavam pelas matas inóspitas, conviviam com índios bravios e mesmo

assim sobreviveram e foram capazes de se fixar em terras que mais tarde viria a ser o que hoje é o município de Cantagalo no estado do Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A Geografia do Crime, Violência nas Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A Lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas**. *Varia História*, nº 28, 2002. Disponível em:< [https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b56b286db43e1a02f3d52/1462458035382/02\\_Anastasia%2C+Carla+Maria+Junho.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b56b286db43e1a02f3d52/1462458035382/02_Anastasia%2C+Carla+Maria+Junho.pdf)>.

ATALLAH, Cláudia Azeredo. **Da justiça em nome d' El Rey: Justiça, Ouvidores e Inconfidência no Centro-sul da América Portuguesa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

ATALLAH, Cláudia Azeredo. **Práticas políticas de Antigo Regime: redes governativas e centralidade régia na capitania de Minas Gerais (1720-1725)**. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 24-43. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00024.pdf>>.

COSENTINO, Francisco Carlos. **Uma Leitura de António Manuel Hespanha**. *Cultura Histórica & Patrimônio*. V. 2, n.1, 2013. Disponível em:< [https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura\\_historica\\_patrimonio/article/view/06\\_art\\_v2n1\\_cosentino](https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/06_art_v2n1_cosentino)>.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder formação do patronato político brasileiro**. RJ: Globo, 1997. Capítulos I e IV.

FRAGOSO, João. **A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750)**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. RJ: Civilização Brasileira, 2001. 30-71.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. RJ: Civilização Brasileira, 2001. 30-71.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. e BICALHO, Maria Fernanda. **Uma leitura do Brasil Colonial bases da materialidade e da governabilidade no Império**. In: Penélope, N. 23, 2000, PP. 67-88. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2655500>>.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. RJ: Record, 1997. Capítulo I

FURET, François. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GOMES, Mauro Leão. **Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da Região das Minas do Canta Gallo na Província do Rio de Janeiro**. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Seropédica, 2004. p. 16. Disponível online em: [www.ufrj.br/cpda/static/teses/d\\_mauro\\_leao\\_gomes\\_2004.pdf](http://www.ufrj.br/cpda/static/teses/d_mauro_leao_gomes_2004.pdf).

GOUVÊA, Maria de Fátima. **Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730**. In: Na trama das redes política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. RJ: Civilização Brasileira, 2010. 155-202.

HESPANHA, António Manuel. **As fronteiras do poder: O mundo dos rústicos**. Sequência: Publicação do Programa de Pós-graduação em Direito da UFSC, V.26, n.51,2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15171>>.

HESPANHA, António Manuel. **Depois do Leviathan**. Almanack Braziliense, n. 5, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11658>>.

HESPANHA, António Manuel. **O debate acerca do estado moderno**. In: *Working Papers*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Nova Lisboa, 1999, p. 1-11.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. SP: Cia. das Letras, 1997. Capítulos 4 e 5.

KÜHN, Fábio. **Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)**. Topoi, v. 13, n. 24, jan.-jun. 2012, p. 29-42. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v13n24/1518-3319-topoi-13-24-00029.pdf>>.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. SP: Hucitec, 1995. Capítulo II

OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. **“Mão de Luva” e “Montanha”: bandoleiros e salteadores nos caminhos de minas gerais no século XVIII (matas gerais da Mantiqueira: 1755-1786)**. Juiz de Fora, 2008. Disponível em:<  
<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Rodrigo-Leonardo.pdf>>

PIZA, M. de Toledo. **Itaocara Antiga Aldeia de Índios**. Diário Oficial: Niterói, 1946.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. SP: Brasiliense, 1972. Páginas 19-32; 35-54; 119-156.

ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e Emboabas no coração das minas: ideias, práticas e imaginário político no séc. XVIII**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

Seropédica, 2004. p. 16. Disponível online em:  
[www.ufrrj.br/cpda/static/teses/d\\_mauro\\_leao\\_gomes\\_2004.pdf](http://www.ufrrj.br/cpda/static/teses/d_mauro_leao_gomes_2004.pdf).

SILVA, Célia Nonata da. **Territórios de Mando – Banditismo em Minas Gerais, século XVIII**. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

SOUZA, Laura de M. e S. **Desclassificados do Ouro a pobreza mineira no século XVIII**. RJ: Graal, 1986. Capítulo 3.

SOUZA, Laura de M. e S. **O sol e a sombra política e administração na América portuguesa do século XVIII**. SP: Cia. das Letras, 2006. Capítulos 1 e 2.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. **A representação da Sociedade e do Poder**. In: História de Portugal. O Antigo Regime, v. IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. **Redes Clientelares**. O Antigo Regime, v. IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

## **Dossiê Educação**

### **A educação como um meio transformador da consciência histórica**

Jaqueline Kotlinski<sup>1</sup>

Universidade do Centro-Oeste do Paraná

Bruno César Pereira<sup>2</sup>

Universidade do Centro-Oeste do Paraná

#### **Resumo**

Os problemas enfrentados pelo ensino de História geram um grande debate na academia sobre as mais variadas formas de ensino, sendo assim o presente trabalho busca analisar um espaço que aos poucos foi intitulado de museu pela população, e que também pode ser caracterizado como um espaço educacional não formal. O museu a ser estudado é de cunho privado, pertencente a um neto de escravo liberto, localizado na cidade de Guarapuava-PR. O Espaço contém uma grande quantidade de objetos e documentos que chegaram até ele por doações e até mesmo por herança de sua família. Utilizando de entrevistas, fotografias e demais documentos, buscamos compreender a importância desse espaço para o ensino e como ela contribui para a educação das relações Étnico-raciais que com a lei 10639/2003, se tornou obrigatório nas escolas, o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

**Palavras-chave: Educação; museu; relações étnico-raciais.**

#### **Introdução**

Por muito tempo houve apenas uma história ensinada pelo viés europeu e tendo como único protagonista o mesmo. Grande parte dos povos como, a historiadora francesa Michelle Perrot (1988) salientou eram “Os excluídos da história”, entre estes excluídos destacamos, as mulheres, indígenas, trabalhadores e os negros, que eram considerados povos sem história, excluídos de diversas formas. Entre esses excluídos, o presente texto dá destaque a história dos negros.

A história destes nos remete a clássica frase do filósofo Hegel, ao propor que não somente os negros, mas a África como um todo, era um lugar desprovido de história, pelo fato

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade do Centro-Oeste do Paraná, Campus Irati, participa na categoria pesquisadora no Núcleo de Estudos Étnico-Raciais – NEER e Núcleo de Estudos de História da Violência – NUHVI, atualmente é bolsista pelo programa de Iniciação Científica financiada pela Fundação Araucária. Jaqukotlinski2015@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduando em História pela Universidade do Centro-Oeste do Paraná, Campus Irati, participa na categoria pesquisador no Núcleo de Estudos de História da Violência – NUHVI e projetos de extensão coordenados pelo Centro de Documentação e Memória de Irati – CEDOC/I. bruno\_o8cesar@outlook.com.



de entre a grande maioria dos povos africanos não possuem um sistema de escrita até então. Esta visão da história a partir da escrita é uma concepção clássica, diretamente ligada as visões da historiografia tradicional dos séculos XIX e início do XX; tal concepção mudaria apenas com a adoção de novas fontes para se compreender a história, como fontes arqueológicas e, em especial, a oralidade, que atualmente possui grande destaque na historiografia (SOUZA, 2006).

Se nos perguntarmos qual ideia povoa a memória quando falamos de negro, africano, afro-brasileiro dificilmente nos virá uma lembrança das contribuições dos negros na formação do Brasil e muito menos saberemos sobre sua história, cotidiano, crenças e costumes que formam sua identidade. Identidade que muitas vezes é alvo de preconceito, racismo e até intolerância por escolhas religiosas que por falta de conhecimento são motivos de chacota e malditos em roda de conversa.<sup>3</sup>

Sabemos que a educação caminha para uma mudança dos estereótipos construídos historicamente referente a figura do negro, porém isso é um processo lento e árduo de integração desses grupos nos âmbitos sociais. O Estado por muito tempo foi agente principal no reforço da ideia racista e preconceituosa de hierarquia social estabelecida pelo critério de raça do século XIX de acordo com Ana Maria Rufino Gillies (2017). Hoje políticas públicas e projetos de reparação de toda essa exclusão vem fazendo parte do papel do Estado. Uma dessas medidas pode ser observada com a lei 10639/2003 retirada das diretrizes curriculares (BRASIL, 2013, p. 477), que fez com que o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira tenha se tornado obrigatório no meio educacional.<sup>4</sup> Segundo as diretrizes, isso tornou-se possível também através de

[...] reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir. (BRASIL, 2013, p.477)

<sup>3</sup> Desde os movimentos de construção da identidade nacional brasileira, em especial os movimentos da segunda metade do século XIX, encabeçados pela literatura indianista e a pintura dita histórica, de literatos e pintores como José de Alencar e Victor Meireles, se negou a influência do negro na composição social brasileira, marginalizando e excluído está figura tão marcante em nossa sociedade, se construiu uma imagem, ou melhor se negou a este o protagonismo do negro como parte da sociedade brasileira. Ver melhor em: PEREIRA; GILLIES, 2016.

<sup>4</sup> A respectiva lei aqui citada estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica.

Sendo assim, buscamos no decorrer do seguinte texto, compreender como nosso objeto de pesquisa, “o museu do seu Tuto”, localizado em Guarapuava-PR, sendo de caráter privado, pertencente a um descendente de escravo torna-se um espaço considerado de educação não formal, o qual pode ser visto como um *lugar de memória* que contribui para esse objetivo das diretrizes curriculares auxiliando na prática da lei 10639/2003. (BRASIL, 2013, p.477)

Utilizaremos como fonte o seu acervo tanto de objetos diversos, como recortes de jornais, fotografias, entre outros documentos e utilizaremos também das entrevistas orais. Consideramos neste trabalho as entrevistas como algo maior do que a narrativa de determinados acontecimentos, mas como um discurso que nos possibilita analisar um pouco sua trajetória de vida, cultura, e sua própria identidade a partir dos resquícios de sua memória.

### **Educação não formal**

Quando pensamos em educação, nos vem a memória a escola, no entanto o ensino vem mostrando novas metodologias e perspectivas a respeito da educação. Muitas são as críticas aos professores tradicionais que consideram-se portadores e reprodutores do conhecimento, porém o que por muito tempo ficou em quatro paredes no modelo de uma aula tradicional expositiva vem se modificando para a própria melhoria do ensino no contexto brasileiro.

Formar não é tão simples, como educadores devemos entender que a educação não é apenas sala de aula ou escola, e sim a educação reflete e se realiza no mundo externo. Todos os espaços se complementam para o ensino, por isso temos três tipos de educação: a formal, a informal e a não-formal, onde a última destas modalidades é um dos focos do presente texto.

A autora Maria da Gloria Gohan (2014) nos ajuda a explicar a diferença entre os três modelos de educação. Como a autora propõem, educação formal é aquela educação planejada para ser “aplicada” em sala de aula. Já a educação informal é construída com base nas relações sociais de cada sujeito, é tudo aquilo que ele aprende na família, com os amigos, nos lugares externos a escola, são todas as informações depositadas no indivíduo, que sendo influenciado por sua cultura e percepção própria de vida constrói o conhecimento dito informal, pois se dá a partir das relações de convívio social. Por fim, a educação não formal se dá pela intencionalidade do indivíduo ir até determinados lugares, tomando certos

procedimentos para a realização de tal. A educação não-formal se dá em espaços como museus, projetos de extensão, movimentos sociais, entre outros.

Essa forma de educação não-formal parte da ideia de que o conhecimento é construído coletivamente sem um agente principal, e sem conteúdos para ser seguidos rigidamente. Tudo o que for construído dependerá do contexto local dos indivíduos, problemas que estão em seu cotidiano e que irão influenciar as ações do grupo.

### **Museus: sua importância para a educação**

Quando falamos de educação não-formal podemos abordar uma infinidade de espaços; para o presente texto daremos destaque aos museus. Esses espaços que estão cada vez mais sendo utilizados na prática docente, mas muitas vezes apenas como uma ilustração das aulas de História como constata a especialista Elaine Hirata (1985) do museu de arqueologia e a etnologia da Universidade de São Paulo – USP, precisam de uma atenção maior.

Acredita-se que nesse modelo educativo que lhe é atribuído – uma concepção tradicional – o museu não possui seu papel real educacional. Nessa metodologia pedagógica apenas ilustrativa e sem a transformação dos seus objetos em fonte histórica a aprendizagem dos alunos limita-se a legendas, reproduções do conhecimento aprendido em sala, e também do que os contam sobre as peças (HIRATA, 1985).

Os museus são fontes nas quais os alunos podem aumentar suas percepções imagéticas, entender que tudo o que está ali são objetos de uma cultura, fazem parte e contêm por si só, uma história e um modo de vida e ainda mais como complementa e nos auxilia nessa discussão Circe Bitencourt, os professores devem refletir sobre o que é um museu e sobre seu papel na constituição da memória social (BITTENCOURT, 2008).

Os alunos precisam ser incentivados a ver esse espaço supracitado e seus objetos não apenas como algo curioso, diferente, mas que façam indagações sobre o por que esta ali? Quem doou? O que representa? Se representa algo? Que tempo e espaço foi construído? Entre outras problemáticas que se tornam fundamental na construção do conhecimento que faz tornar possível entender o real sentido dos museus serem um espaço educacional que produzem o próprio conhecimento e não apenas como mera ilustração das aulas.

### **Resgatando a memória a partir da educação não formal**

Nosso objeto de pesquisa é considerado como um espaço de educação não formal, mesmo sendo um museu privado ele é aberto ao público, recebendo visitas que precisam ser agendadas. Todas as visitas contam com a possibilidade de análise dos objetos e documentos, e também é possível recorrerem a memória individual do senhor Jozele de Freitas nascido 04/07/1937 atualmente com 80 anos de idade, proprietário e Curador do museu, conhecido na cidade de Guarapuava como senhor Tuto.

Percebemos durante as entrevistas que sua memória dá ênfase em certos acontecimentos o que possivelmente nos faz acreditar que para ele teve uma maior relevância, levamos em consideração também as lacunas de sua memória devido ao tempo vivido e por consideramos que a memória é, de fato, uma seleção de vivências.

Apesar de tantas críticas sobre a veracidade da fonte oral ela se fortaleceu e contribuiu para que mudasse a forma de definir a história. Uma das críticas que se empregavam sobre a oralidade é devido ao grau de fidelidade e integridade do material. Apesar de tudo isso a tradição oral tornou-se autêntica e onipresente, variando de acordo com os tipos de organização social. (KI-ZERBO, 1980).

Uma explicação para a validade da oralidade, é proposta por Hampaté que explica “Antes de escrever um relato, o homem recorda os fatos tal como lhe foram narrados ou, no caso de experiência própria, tal como ele mesmo os narra.” (HAMPATÉ, 1980 *In* KI-ZERBO, 1980, p. 169). Sendo assim, mesmo os documentos escritos passam antes pela oralidade, portanto nenhuma fonte torna-se totalmente confiável.

A importância da tradição oral vem desde os primórdios da humanidade, com relatos de experiências, narrativas de vida, e hoje é uma fonte muito importante para as mais diversas pesquisas, que buscam através de entrevistas ou relatos a interpretação de uma cultura, costumes ou crenças. A fonte oral permitiu que os sem voz da história se sentissem também pertencentes a um lugar, como importantes sujeitos históricos para formação de uma sociedade. (PERROT, 1988)

Destacamos que, a história por muito tempo abandonou sua busca por uma verdade; compreendemos que as fontes, sejam elas as orais, escritas, arqueológicas, etc; não nos trazem a verdade e sim discursos, representações, vivências, entre outras inúmeras características de determinada sociedade. Em especial o presente trabalho, não busca atestar uma veracidade

nas falas deste senhor, e sim compreender por meio de seu discurso, o que sua memória nos apresenta, as suas representações e seu imaginário.

### **Entre conversas e obras de arte**

Em um primeiro momento da entrevista pedimos que ele, o Sr. Tuto, nos relatasse de onde surgiu o interesse em ser uma espécie de memorialista ou guardião da cultura de suas raízes, por fazer esse resgate cultural do passado.

Muitos anos desde criança eu gostei de preservar as coisas escutando a história do meu pai no inverno grande, aqui em Guarapuava, então nós tinha uma cozinha de chão batido e os banquinhos, eramos em cinco. Quatro, mulher e eu, meu pai contava as histórias e a gente veio muito se ligando naquela história que até dia de hoje eu não esqueço e fico até emocionado pelo que ele me ensinou....(silêncio breve) devo a ele e se tô aqui e sou uma pessoa conhecida dentro de Guarapuava e respeitado é devido ele, dos ensinamentos que eu trouxe da minha casa” (Freitas, 2017).<sup>5</sup>

Essa vontade de preservação dos objetos, recortes de jornais, ofícios, fotografias entre outros faz com que Sr. Tuto seja um resgatador da cultura afro, tornando assim seu museu um *lugar de memória*. Os lugares de memória são, antes de tudo, segundo o historiador francês Pierre Nora.

São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p. 12-13).

Esse espaço que é uma representação da história afro, e que foi legitimado pela população como um museu, pode servir para os alunos como um exemplo da resistência da história africana, afro-brasileira, que por muito tempo foi esquecida e deixada para trás. Os alunos, ou quem for até lá, tem a oportunidade de ouvir diretamente de um afro-brasileiro o orgulho de sua identidade, assim como o senhor Jozeel mesmo nos disse: “Se quiserem me chama de negro pra mim tanto faz, eu sou ,eu sou, como é um alemão como é um italiano né.” (Freitas, 2017)

---

<sup>5</sup> As entrevistas mantiveram a redação de acordo com a fala do entrevistado.

As peças do museu muitas são de doações, algumas de seu pai e também muitas peças feitas por ele mesmo, máscaras africanas, guerreiros, tudo esculpido a mão na madeira. E perguntando sobre qual era sua inspiração ele nos disse: “Eu puxo muito pelas minhas raízes pode vê que todo meu trabalho puxa muito pra África. Então eu acho que eu desenvolvo um trabalho afro brasileiro trazendo lá das raízes.” (Freitas, 2017)

Em todo discurso do senhor Jozoel de Freitas, vulgo senhor Tuto, percebemos o orgulho quando fala de suas raízes, em contrapartida nos faz refletir que muitas vezes as raízes, as culturas africanas aqui no Brasil são ocultas pelos próprios descendentes afro-brasileiros, pois cresceram em uma sociedade onde o preconceito, segregação, piadas e estereótipos sobre os negros é recorrente. Crescem acreditando que realmente existe um grupo uma moda, uma cultura “superior” que a outra, motivos como esses ressaltam a importância de trabalhos que confrontem ideias estereotipadas em relação a identidade africana ou afro-brasileira.

A relação do seu Tuto com a preservação, como ele nos relatou, inicia desde a infância. No decorrer de sua vida pública, mais ou menos em 1977, começou a trabalhar no museu “Visconde de Guarapuava” no qual pode aprender as táticas e estratégias de organização das peças e do espaço. Nas entrevistas não conseguimos os dados de quando foi a fundação do museu, mas sabemos que em 1977 seu Jozoel já fazia uma parcela das esculturas que hoje fazem parte de suas obras. Segundo ele: “Eu sempre gostei de criar novidade que eu achava que era preciso para Guarapuava” (Freitas, 2017)

De fato, todo o interesse do seu Tuto em guardar objetos antigos, recortes de jornais sobre vários acontecimentos de Guarapuava, ofícios, fotografias, entre outros documentos que ressaltam principalmente suas ações como figura pública, sendo um benfeitor para a cidade, sempre contribuindo para construção de projetos culturais como: escola de samba, fanfarra, rodas de música; danças; teatros, dentro do Clube Rio Branco.<sup>6</sup> Entre outras ações que ficam evidenciadas em seus arquivos o que fez com que pudéssemos perceber como esse espaço se faz importante para a cidade de Guarapuava e para todos que desenvolvem estudos ou apenas pretendem conhecer e aprender um pouco mais sobre as raízes afro que se faz possível através de todas as obras, acervos e também através da memória do seu Tuto. .

---

<sup>6</sup> O clube social supracitado, atualmente, possui grande destaque nos acervos do Sr. Jozoel, tal clube fundado em 1919, por seu pai Bento José da Silva, entre suas inúmeras características, se destinava ao público negro da cidade de Guarapuava, tanto Sr. Tuto, quanto seu pai, foram presidentes deste clube, que atualmente se encontra desativado e o seu acervo fotos, objetos e fantasias – dos bailes de carnaval – se encontram no museu.

Recorrente seu Jozeol recebe convites para palestras e exposições em escolas e até universidades.<sup>7</sup> Hoje todas as peças ligadas a cultura afro-brasileira que ele recebe doação são arquivadas e organizadas no museu para visitação. Ao perguntarmos sobre peças que não haviam sido feitas por ele, tivemos a seguinte resposta: “Doa es que me fazem eu inclusive pe o, pe o porque eu trabalho com as escolas então esse   meu jeito de chegar nas pessoas, então elas me d o, tem alguma peça do meu pai antiga tem, tem 4,5,10 peças que eu peguei e guardei”. (Freitas, 2017)

A educa o possibilitada neste espaço foge do que muitas vezes   feito nas escolas que   apenas realiza o de atividades folclóricas para cumprir a lei do ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira. Sendo assim justifica-se o sentimento do seu Tuto em considerar gratificante poder receber os alunos e as pessoas que se interessam pelo seu trabalho.

Tomar apenas o que   folclórico e aparentemente festivo como traço definidor do caráter cultural da afro-brasilidades não contribui para extinguir preconceitos em rela o aos negros, nem em rela o aos brasileiros em geral. Pelo contrario reforça a ideia de que o Brasil não   um país serio quando musicas, danças, contos, mitos, lendas etc. não são relacionados aos significados históricos e simbólicos que elas põe em cena. (GILLIES, 2017, p. 130)

Espaços como esses permitem que toda ideia err nea e preconceituoso sobre o negro seja extirpado e faz com que seja possível o conhecimento sobre a importância da África para nossa sociedade. “E hoje eu me pergunto, não gostam do negro? Mais meu Deus se esse o Brasil está hoje nessa altura l  no começo foi a minha gente que começo que trabaio que planto que modernizo aquilo que eles trouxeram l  da África os conhecimento.” (Freitas, 2017)

Todos os documentos por nós manuseados possibilitaram nosso trabalho de reflexão sobre como o museu do seu Tuto sendo um espaço de educa o não-formal contribui para o ensino das rela es étnico-raciais contribuindo para a constru o de várias reflexões criticas sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, promovendo também através da história oral ressignifica es no qual podemos fazer varias analises sobre o passado.

---

<sup>7</sup> Ao longo do mês de novembro, em comemora o ao mês da Consciência Negra, por convite da Divisão de Promo o Cultural – DIPROC, da Universidade do Centro-Oeste do Paraná, Campus Irati, coordenado pela Professora Dra. Alexandra Lourenço, foi organizada nesta institui o um exposi o de fotos das principais obras do Museu do Sr. Tuto, além de tal exposi o ocorreu uma fala do curador do museu para a comunidade acadêmica e comunidade externa sobre o museu e sua importância.

Entre a documentação analisada por nós, presentes entre o acervo do museu, pudemos perceber a partir da Ata de Presença, como as escolas utilizam deste museu, um local para o ensino, e que mesmo não sendo um lugar conhecido nas regiões de Guarapuava cada vez mais abrange um grande número de escolas e universidades interessadas em sua história.

Entre as inúmeras imagens guardadas entre os álbuns do museu, podemos observar as fotos realizadas aos longos dos dias de visitas pelas escolas. Pode-se perceber nestas fotografias que além dos alunos o museu conta com a visita de professores que também se interessam pela temática.

Seu Jozoel recebe muitos convites para palestras e exposições tanto em creches, escolas e universidades especialmente no mês da consciência negra. Essas instituições recorrem a ele por ser uma pessoa totalmente aberta e que ama poder participar de eventos que resgatem as memórias de suas raízes, podendo divulgar para um maior número de pessoas seu trabalho e suas memórias.

O senhor Tuto sabe a importância do seu trabalho para os alunos. Continuando a entrevista ele nos explicou que:

Trabalha com acervo isso eu sempre gostei, trabalha com escultura a qual faço esse trabalho de madeira, tudo em minha mão, eu trouxe lá de casa, lá do meu passado e gostei sempre de preservar junta, materiais que não vai servir pra mim e sim para os estudantes o qual tenho muito servido na escola da cidade, município, faculdade, universidade. Todo esse material é muito rico pra eles que são estudantes. (FREITAS, 2017)

### **Considerações Finais**

No decorrer do presente trabalho utilizamos tanto de uma análise qualitativa como quantitativa, nas quais pudemos compreender como esse espaço de educação não formal vem sendo utilizado tanto por alunos (as), professores(as), como pela população guarapuavana em geral, para solidificação de uma memória coletiva que vem sendo construída a partir de todo conjunto que forma o museu do seu “Tuto”.

Toda a desigualdade construída historicamente faz com que hoje pagamos o preço de uma sociedade com uma consciência histórica preconceituosa e excludente, sendo necessário cada vez mais de espaços que discutam e desconstruam percepções estereotipadas referentes a grupos sociais a margem na sociedade.



Concluimos assim que o museu supracitado não torna-se objeto de nosso trabalho por mero acaso, mas pela importância de discussões como esta, que se tornaram recorrentes em nossa contemporaneidade. Espaços e discussões assim, que não deixam morrer a história e as raízes de um povo que fez parte da construção de nosso país e que nem por isso tiveram o mesmo reconhecimento que outros grupos e portanto hoje há ainda a necessidade da atuação da educação para que aos poucos, essas ideias racistas e preconceituosas enraizadas em nossa sociedade sejam excluídas.

### Fontes

Entrevistas com **Sr. Jozeel dos Santos – Sr. Tuto**, realizadas ao longo dos meses de junho e julho de 2017 em sua casa/ateliê, Guarapuava-PR, 2017.

### Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2013, p. 498-515.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em educação [online]**, n.1, p. 35-50, 2014. Disponível em: [https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn\\_2014.pdf](https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf). Acesso em: 05/11/2017.

GILLIES, Ana Maria Rufino. O conceito de cultura e o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e indígena . In: GERMINARI, Geysa Dongley; GILLIES, Ana Maria Rufino (orgs.). **Ensino de História e debates contemporâneos**. Guarapuava: Unicentro, 2017, p. 113-136.

HAMPATÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ed. Ática, 1980, p.167-207.

HIRATA, Elaine Veloso. Relato de experiências educativas do MAE:1981-1982. **Dédalo**, São Paulo, nº 24, p 11-2, 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez, p. 10-22, 1993.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª.Ed , 1988.

PEREIRA, Bruno César; GILLIES, Ana Maria Rufino. Literatura, Arte e História no Brasil Imperial: entre a busca da identidade nacional, do cotidiano e do imaginário da sociedade oitocentista brasileira. **Sobre Ontens** [online], v. 2, 2017, p. 1-17. Disponível em: <http://revistasobreontens.blogspot.com.br/p/edicao-sobre-ontens.html>. Acesso em: 10/11/2017.

SOUZA, Marina Mello e. **A África Têm História**. São Paulo: Departamento de História – FFCLH/USP. Disponível em: <http://200.144.182.150/neinb/files/A%20%C3%81frica%20tem%20hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 05/11/2017.

KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África I**: Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

### *Artigos livres*

#### **O trabalho sob a ótica de Patrícia Galvão: uma análise a partir de *Parque Industrial***

Marcos Vinicius Ferreira Trindade<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O presente artigo visa analisar o contexto que o trabalho adquiriu no romance *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, escrito sob o pseudônimo Mara Lobo, partindo do pressuposto que a Literatura pode ser um documento de grande valia para o estudo das relações sociais presentes na História. Percebe-se também a problemática social vivida na década de 1930 através da obra, tida como a primeira de cunho proletário do Brasil, que traz à tona a dualidade entre burgueses e operários. Neste artigo busca-se compreender como o trabalho passou a ser força que impulsiona a vida dos sujeitos.

**Palavras-chave: Trabalho. Proletário. História e Discurso Literário.**

#### **Considerações iniciais**

As percepções sobre o significado de trabalho no romance *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão é o tema deste artigo. Procura-se entender como a escritora, em inícios da década de 1930, concebia o trabalho e como construiu sua obra, revelando os pormenores do cotidiano fabril. Assim, este artigo trata sobre o viés histórico em que a obra foi publicada, uma pequena biografia de Patrícia Galvão, além da análise do trabalho e o seu contexto dentro do romance.

Sandra Jatahy Pesavento em sua obra *História & História Cultural*, afirma que “a História é uma espécie de ficção, ela é uma ficção controlada, e, sobretudo pelas fontes, que atrelam a criação do historiador aos traços deixados pelo passado.” (PESAVENTO, 2003, p. 58-59). Sendo assim, portanto, tem-se ao se escrever a História como meio a interpretação de uma leitura, relacionando esta com o tema escolhido para a pesquisa. O texto histórico, mesmo com pontos subjetivos de quem o escreve, deve ser formado a partir de documentos e fontes confiáveis, diferenciando-se do texto literário, que gira mais em torno da ficção mesmo contendo fundos históricos em sua escrita.

A literatura, portanto, não deixa de ser um documento. Sobre a relação entre História e Literatura, Roger Chartier afirma que:

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão (2016) e Pós-Graduando em Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Maranhão.

a relação entre literatura e história pode ser entendida de duas maneiras. A primeira enfatiza o requisito de uma aproximação plenamente histórica dos textos. Para semelhante perspectiva é necessário compreender que nossa relação contemporânea com as obras e os gêneros não pode ser considerada nem como invariante nem como universal. Devemos romper com a atitude espontânea que supõe que todos os textos, todas as obras, todos os gêneros, foram compostos, publicados, lidos e recebidos segundo os critérios que caracterizam nossa própria relação com o escrito. Trata-se, portanto, de identificar historicamente e morfologicamente as diferentes modalidades da inscrição e da transmissão dos discursos e, assim, de reconhecer a pluralidade das operações e dos atores implicados tanto na produção e publicação de qualquer texto, como nos efeitos produzidos pelas formas materiais dos discursos sobre a construção de seu sentido. Trata-se também de considerar o sentido dos textos como o resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos ou práticas do mundo social que buscam, ao mesmo tempo, os materiais e matrizes da criação estética e as condições de sua possível compreensão. Mas há uma segunda maneira talvez mais inesperada de considerar a relação entre literatura e história. Procede ao contrário, isto é, descobre em alguns textos literários uma representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético. Semelhantes textos que fazem da escritura, do livro e da leitura o objeto mesmo da ficção, obrigam os historiadores a pensar de outra maneira as categorias mais fundamentais que caracterizam a “instituição literária”. (CHARTIER, 2000, p. 197).

Atentando-se à elaboração, a narrativa literária tem por função lançar determinada representação da realidade de quem a escreveu, em contrapartida do pensamento do século XIX que dizia que “a literatura não documenta o real nem constitui representação semelhante ao discurso científico, filosófico, político, jurídico ou outros” (FERREIRA, 2013, p. 66), visto que a literatura era tida como falsa e vinculada à imaginação distanciando do saber fazer histórico e do documento verdadeiro.

Sobre representação entende-se conforme Chartier em *A História Cultural*,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a de legitimar um projeto reformado ou a de justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1990, p. 59)

Conseqüentemente, ao incluir a literatura como um documento possível para o estudo histórico e compreender que ao escrever uma narrativa literária o autor também está inserido no seu contexto social, leva Nicolau Sevcenko a salientar que a literatura “[...] fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos” (SEVCENKO, 2003, p.30). É importante perceber que “hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos” (LE GOFF, 2003, p. 525). Destarte, a literatura além de possuir seu fator cultural, sendo instrumento de conhecimento ao homem, também é formadora de críticas, reflexões e ideologias.

### **Sobre o contexto histórico, a autora e o romance**

O romance *Parque Industrial* é um marco tanto para a História quanto para a Literatura que coloca em debate a luta de classes e a falta de direitos dos trabalhadores. Esse testemunho nasce do desejo de Patrícia Galvão - apelidada por Raul Bopp de Pagu, após uma confusão do renomado poeta, cronista e jornalista com a sílaba inicial de seu sobrenome, Bopp pensava que era Goulart, daí então Pagu (HOLANDA, 2014, p. 14) - de contestar o seu redor, conforme afirma, “pensei em escrever um livro revolucionário. Assim, nasceu a ideia de *Parque Industrial*. Ninguém havia ainda feito literatura neste gênero. Faria uma novela de propaganda que publicaria com pseudônimo, esperando que as coisas melhorassem.” (GALVÃO, 2005, p.112).

As décadas de 1920 e 1930 foram efervescentes no Brasil. O Movimento Modernista no país teve como marco a Semana de Arte Moderna de 1922, ressaltando a linguagem mais simples e coloquial, além do interesse pela realidade brasileira. Vale ressaltar que a Semana não foi o início das mudanças, visto que desde 1902 com *Os Sertões* de Euclides da Cunha, o país já passava por renovações nas artes e na literatura.

A Semana de Arte Moderna ganha relevância histórica porque agrupou as tendências que desejavam a transformação cultural do país, que buscavam uma visão nacionalista, contudo, crítica da realidade brasileira. O processo de difusão de ideias transformadoras segue através da Revista Klaxon e de quatro movimentos culturais: Pau-Brasil e Antropofagia, que

declinavam para a aceitação da realidade do Brasil mesmo com seus contrastes e Verde-Amarelismo e Anta, liderado por Plínio Salgado, que eram ufanistas com afinidades nazifascistas.

A partir de 1930, os eventos sociais pelos quais o Brasil e o mundo passavam (crise de 1929, crise do café, Revolução de 30, Estado Novo, ascensão dos regimes totalitários, Segunda Guerra) fez com que os escritores da chamada Segunda Geração do Modernismo ou Romance de 30 tomassem posições ideológicas. Percebe-se que a partir de então os escritores debruçam-se sobre a sua realidade na qual estão inseridos para mostrar a problemática social e aprofundam-se nela, surgindo assim a literatura regional, que aborda principalmente a denúncia social, amplamente difundida na obra de Pagu.

Com as conturbadas eleições de 1930, após fraudes e até assassinato de João Pessoa, a Revolução de 1930 consagra-se vitoriosa. Com Getúlio Vargas no poder do Governo Provisório (1930-1934), forças sociais que o apoiaram anteriormente reivindicavam participação política. Getúlio, de uma astúcia ímpar, inclina-se para o lado dos trabalhadores urbanos, e mais tarde criando leis e benefícios que favoreciam a classe.

Foi durante o governo de Getúlio que a indústria no Brasil foi impulsionada. Concretizar a industrialização no país era um dos objetivos do Presidente, através da não dependência externa e preferindo as indústrias nacionais. A indústria começa a crescer através de medidas protecionistas e regulamentação do mercado de trabalho. Posteriormente com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a criação da Petrobrás, o desenvolvimento industrial do país continuará satisfatório.

Vivenciando todas estas transformações, Patrícia Galvão sempre esteve um passo a frente dos demais de certa forma. Nascida em 1910 em São Paulo, viveu anos de sua vida no Brás, bairro tipicamente proletário no início do século XX, o que a ajudou a compreender esse mundo do trabalho presente em sua obra, conforme diz,

Morei no Brás até os 16 anos. Numa habitação operária com os fundos para a tecelagem Ítalo-Brasileira, num ambiente exclusivamente proletário. Sei que vivíamos economicamente em condições piores que as famílias vizinhas, mas nunca deixamos de ser os fidalgos da vida operária. (GALVÃO, 2005, p.56)

Presenciando o cotidiano dos operários e a crescente industrialização que o país passava, Pagu em sua adolescência começa a conviver com pessoas do Movimento Antropofágico, o que faz com que desperte nela o discernimento no que se refere às lutas de classe e à sociedade como um todo.

Casou-se com Oswald de Andrade, um dos representantes mais eloquentes do Movimento Modernista no Brasil, relacionamento este bastante difícil por ter sido traída diversas vezes. Pagu então passou a normalizar a situação conforme relata que “[...] a admiração de Oswald e seus colegas a camada superficial construída por mim, que ia se aprofundando sem que eu mesma sentisse, à força do hábito”. (GALVÃO, 2005, p.66).

O viés marxista de Pagu começou após as decepções pessoais. Munida de sonhos e alguns objetivos, como o de encontrar Luís Carlos Prestes em seu exílio, viaja a Buenos Aires e tem contato com grupos de vanguardas marxistas do local e ao retornar ao Brasil, traz consigo o ideário de luta pela igualdade. O encontro com Prestes ocorreu posteriormente em Montevideú, encontro este que acendeu de vez seu espírito de luta pelos trabalhadores, conforme aponta,

Prestes mostrou-me concretamente a abnegação, a pureza de convicção. Fez-me ciente da verdade revolucionária e acenou-me com a fé nova. A alegria da fé nova. A infinita alegria de combater até o aniquilamento pela causa dos trabalhadores, pelo bem geral da humanidade. Disse acenou-me, apenas, porque a fé, em toda a sua extensão, só mais tarde tomou conta absoluta de minha pessoa. (GALVÃO, 2005, p.75).

Com seu envolvimento total na causa, Pagu sofre algumas privações, como ser a primeira mulher brasileira a ser presa por razões políticas durante o Estado Novo, ser espancada e ficar longe do filho Rudá de Andrade. Trabalhou em diversos segmentos, de empregada doméstica à metalúrgica e após um acidente de trabalho que a impossibilitou de continuar as atividades laborais, dedica-se a escrita de forma militante, o que gerou *Parque Industrial*.

*Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, publicado em 1933, é conhecido como a primeira obra literária de cunho proletário do país, que retrata entre outros itens, o cotidiano fabril, o trabalho do imigrante, questões de gênero e as lutas de classes vivenciadas na década de 1930. Foi escrito sob o pseudônimo de Mara Lobo, para não ocorrer problemas com o Partido Comunista, filiada desde 1931. Dessa forma, os questionamentos sobre esse tema nesta década que foi imprescindível para a história do trabalho brasileiro ainda são pertinentes.

Composto por 17 capítulos e tratando-se de um romance com forte viés marxista, Pagu apresenta sua obra sustentando-a em três pontos principais: o trabalho, as relações de gênero e a sociedade, sendo analisado neste artigo apenas o que se refere ao trabalho. Por isso, analisar essas conexões e problematizá-las a partir de uma obra literária é de suma importância para

entender as engrenagens do capitalismo e observar como os personagens são representações dos homens na sociedade, tanto daqueles que tem consciência do meio que estão inseridos, quanto daqueles que não refletem sobre a causa dos trabalhadores.

Entre viagens (uma destas que traz as primeiras sementes de soja para o cultivo do cereal no país), ofício de jornalista, trabalho como escritora, prisões, segundo casamento com Geraldo Ferraz, Pagu firma-se como uma referência da luta dos trabalhadores. Faleceu na cidade de Santos em 12 de dezembro de 1962 vítima de câncer.

### **Sobre o trabalho em *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão**

Pode-se afirmar que trabalho é toda atividade que o ser humano desenvolve a fim de satisfazer suas necessidades ou alcançar algum objetivo. Como aponta Engels (1990, p. 269), “o trabalho é a condição básica e fundamental de toda vida humana”. Sendo condição da vida humana e através da possibilidade de modificar a natureza, percebeu-se a distinção primordial entre o homem e os demais animais: a capacidade de transformar a sociedade e o seu redor. Ainda segundo o autor, a partir do momento em que o homem liberta suas mãos e sente a necessidade de encontrar novos meios para sua subsistência, o trabalho começa a fazer parte de seu mundo.

A partir dessas transformações percebe-se o trabalho como uma forma de transformar as relações sociais, em que o homem é inserido em um ambiente novo. Por isso, segundo Cotrim (2016, p. 177), “o trabalho é elemento essencial da relação dialética entre ser humano e natureza, saber e fazer, teoria e prática”. Sendo assim, o trabalho contribui para que o homem pudesse desenvolver novos mecanismos para mudar a realidade presente.

Pensar em trabalho também remete à utilização e domínio de ferramentas. O desenvolvimento de ferramentas fez com que o trabalho se configurasse em atividades que produziram resultados através do uso de instrumentos, conforme salienta Hannah Arendt (2004, p. 134), “nenhum trabalho pode ser produzido sem instrumentos: o aparecimento do *homo faber* e o surgimento de um mundo de coisas, feito pelo homem, são, na verdade, contemporâneos da descoberta de instrumentos e ferramentas”.

É importante ressaltar que ao longo da história o trabalho teve significados distintos. Se para os pensadores gregos as atividades laborativas eram desprezíveis, por outro lado, nas sociedades contemporâneas, o trabalho é o meio que gera riqueza. Sobre o sentido da palavra trabalho, Albornoz diz que:



Às vezes, carregada de emoção, lembra tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas. (ALBORNOZ, 1994, p. 131).

Falar em trabalho aborda também os indivíduos que fazem parte deste sistema, comumente divididos entre patrões e empregados, burguesia e proletário. Segundo Marx, “por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’”. (MARX, 1988, p. 179). Assim, a riqueza é produzida pelo proletariado que vende a sua força de trabalho para sua sobrevivência. Em *Parque Industrial* não é diferente: a força de trabalho dos operários era uma mercadoria a ser vendida. O entendimento desta forma de exploração capitalista é observado no romance através da personagem *Rosinha*, que passa a compreender a luta de classes, quando diz,

O dono da fábrica rouba de cada operário o maior pedaço do dia de trabalho. É assim que enriquece à nossa custa! - Quem foi que te disse isso? – Você não enxerga? Não vê os automóveis dos que não trabalham e a nossa miséria? (...) Mas felizmente existe um partido, o partido dos trabalhadores, que é quem dirige a luta para fazer a revolução social. – Os tenentes? – Não, os tenentes são fascistas. - Então o quê? - O Partido Comunista. (GALVÃO, 2006, p. 21).

Segundo é relatado no livro *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (2005), *Parque Industrial* em sua apresentação foi tido como “um escândalo! Como alguém poderia dizer tantas verdades por linha, denunciando a vida dos humilhados e ofendidos da sociedade paulistana?” (GALVÃO, 2006, p.8), uma vez que o romance narra o cotidiano fabril, a disparidade e abusos sofridos pelas operárias e a falta de direitos da classe trabalhadora.

O operário é visto como uma máquina que deve ser usada ao máximo. Ainda mais que antes de 1930 não existia legislação trabalhista que propiciasse o mínimo de condição de trabalho, exceto a Lei de Acidentes de Trabalho datada de 1919, a Lei de Férias, de 1925 e o Código de Menores, de 1927. Importante salientar que tanto a Lei de Férias, quanto o Código de Menores eram descumpridas rotineiramente. Mesmo com a insatisfação dos donos de fábricas em 1931, já no governo de Vargas, é criado o Ministério do Trabalho, indústria e Comércio e no ano subsequente é implantada a jornada de 8 horas diárias para o trabalho. A jornada de 8 horas diárias era indispensável na época, já que o seio familiar dos trabalhadores era prejudicado, conforme é exposto no romance:

- Nós não podemos conhecer os nossos filhos! Saímos de casa às seis horas da manhã. Eles estão dormindo. Chegamos às dez horas. Eles estão dormindo. Não temos férias! Não temos descanso dominical! (GALVÃO, 2006, p. 33).

O jogo que Pagu recorre para exemplificar as atrocidades do mundo do trabalho é bem interessante em seu romance. Tem-se como exemplo, quando duas personagens, *Otávia* e *Rosinha*, decidem ir à sessão sindical operária para mostrar apoio ao partido Comunista. Lá são percebidas, após as reivindicações serem expostas, as disparidades entre as funções laborais realizadas e a situação vivida pelos trabalhadores, como por exemplo, “um operário da construção civil grita: - Nós construímos palácios e moramos pior que os cachorros dos burgueses” (GALVÃO, 2006, p. 33), apontam para a forma que os policiais atuam em seu universo laboral, uma vez que mesmo sendo da classe dominada, protege a classe dominante, conforme exposto no romance “- E a polícia? - Quando é que a polícia perseguiu um filho de político?” (GALVÃO, 2006, p.74). Aqui é percebido que algumas classes trabalhadoras, após realizar seu ofício durante certo tempo, não se vê mais como parte integrante da classe dominada, reproduzindo assim a lógica do sistema capitalista,

O policial pede de novo o encerramento da reunião que se alonga empolgada.

- Tenho que trabalhar amanhã. E todos os companheiros presentes também.

A palavra de um ferreiro bate energeticamente na assembleia:

- O companheiro Miguetti luta por um interesse individual e quer sacrificar o interesse coletivo. Está sabotando a reunião. Nos impede de falar. Está fazendo uma obra policial, contra os interesses da nossa classe. A favor da burguesia que nos explora! A assembleia resolverá. (GALVÃO, 2006, p. 32).

À medida que os personagens vão percebendo o seu lugar social enquanto trabalhador e as distinções sofridas, a separação entre os trabalhadores militantes e os trabalhadores alienados, que desempenham sua função sem questioná-la agrava-se e gera alguns conflitos. Na passagem sobre o Carnaval, enquanto a maioria brinca *Otávia* e *Rosinha* estão cada vez mais cientes de seu papel no mundo do trabalho. Quando o caixeiro *Pepe* convida *Rosinha* para os blocos de carnaval, a mesma responde:

- Não posso ir, Pepe. Você parece um burguês satisfeito. A sua falta de compreensão trai a nossa classe. Eu é que não posso me desviar da luta para brincar no carnaval. (...) *Otávia* desaparece na porta escura. *Rosinha* Lituana, lá dentro, mimeografa manifestos. *Otávia* começa a dobrar. (GALVÃO, 2006, p.47).

*Pepe*, assim como os policiais, não tem o intuito de contestar o sistema no qual está inserido. Acomodado, não contribui para a luta operária e ainda faz pior: provoca a prisão e a deportação de *Rosinha*, afirmando que ela é a líder da greve em troca de dinheiro. Passado um tempo depois, desempregado, torna-se cafetão e continua sendo manipulado pela classe dominante.

Destarte, esse trabalho mecanizado e repetitivo além de não contribuir para a emancipação do pensamento do operário, provoca o desconhecimento de novas funções, seja laboral ou intelectual, levando ao homem para a condição de animal, conforme explica Engels,

E a condenação a um tal trabalho, um trabalho que absorve todo o tempo disponível do operário, mal lhe deixando tempo livre para comer e dormir, nem lhe permitindo fazer exercícios ao ar livre e gozar a natureza, sem falar na atividade intelectual, será que poderá deixar de rebaixar o homem à condição de animal? Mais uma vez, o trabalhador só possui uma alternativa: submeter-se à sua sorte, tornar-se um “bom” operário, servir “fielmente” os interesses da burguesia e, neste caso, cai na condição de animal, ou então resistir, lutar tanto quanto possa pela sua dignidade de homem, o que só lhe é possível lutando contra a burguesia. (ENGELS, 1985, p.139).

Os avanços das atividades laborais são vistas como opressoras e a perpetuação da exploração da classe trabalhadora. É forte a crítica à modernização e são percebidas através das cenas de opressão cotidiana que classe trabalhadora sofre. Os empregados são tratados de forma violenta pelos patrões de diversas formas: agressão verbal e/ou física, assédio, demissão como é retratado por Patrícia Galvão, talvez correlacionando com a época da colonização e o trabalho escravo, pois os proletários assalariados de *Parque Industrial* têm “em seu peito cicatrizes de chibata”. (GALVÃO, 2006, p. 114), ocasionando a reflexão sobre a forma como os operários nasceram, já vistos como subalternos tanto quanto os escravos, diferenciados apenas pelo trabalho assalariado.

### **Considerações finais**

Em *Parque Industrial*, os operários vendem sua força de trabalho para sobreviver, uma vez que não possuem os meios de produção, logo sua única opção é o trabalho que ao mesmo tempo em que passou a dignificar o homem, também o levou à miséria, pois o produto do seu esforço não é seu, a maior parte da riqueza produzida por ele não volta e não pode deixar de trabalhar, pois esta é a sua natureza.

Percebe-se ao longo do romance que alguns dos personagens buscam a coletividade da classe trabalhadora, alguns logrando uma mínima progressão, todos representando a esfera socioeconômica da década de 1930, delatando os maus tratos sofridos por parte da burguesia e até mesmo as disparidades no cerne da própria classe operária. Com essa opressão as mulheres proletárias, exemplificadas no romance principalmente através de *Otávia* e *Rosinha*, despertaram enquanto sujeitos transformadores da história.

Conforme é dito em *Parque Industrial* “A estatística e a história da camada humana que sustenta o parque industrial de São Paulo e fala a língua deste livro encontram-se, sob o regime capitalista, nas cadeias e nos cortiços, nos hospitais e nos necrotérios”. (GALVÃO, 2006, p.16). O trabalho sendo o condutor deste romance, atrelado aos eventos da década de 1930, batendo de frente com os problemas sociais, leva a reflexão sobre a acumulação da riqueza nas mãos de poucos e a vida precária de muitos, além de analisar os rumos o trabalho tomou desde a primeira publicação da obra de Patrícia Galvão.

### Referências bibliográficas

- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. In: *Revista de Teoria da História*. Ano 1. Nº 3. UFG: Junho, 2010.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. O fim da separação entre literatura e história. In: *Revista Contemporânea. Dossiê História & Literatura*. Ano 3. Vol. 2. Nº. 4. 2013.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CAMPOS, Augusto de. *Pagu: vida e obra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CEREJA, William Roberto. MAGALHÃES, Tereza Cochar. *Português: Linguagens*. Volume Único. São Paulo: Atual Editora, 2008.
- CHARTIER, Roger. Literatura e História. In: *Revista Topoi*. Nº 1. Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. A história Cultural:entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.
- COTRIM, Gilberto. FERNANDES, Mirna. *Fundamentos da Filosofia*. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016.
- ENGELS, Friedrich. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Rio de Janeiro: Global, 1990.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013.

GALVÃO, Patrícia. (sob o pseudônimo Mara Lobo). *Parque Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

\_\_\_\_\_. *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. São Paulo: Agir, 2005.

HOLANDA, Sarah Pinto de. *Um caminho à liberdade: o legado de Pagu*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LUCA, Tania Regina de. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

## A INFLUÊNCIA DO CAVALEIRO SOBRE A NOBREZA MEDIEVAL ATRAVÉS DE SOCIEDADE CAVALEIRESCA DE GEORGES DUBY

Vitor Wieth Porto<sup>1</sup>

### Resumo

Esse artigo tem por finalidade discorrer sobre como Georges Duby torna a figura do cavaleiro fundamental para a transformação do que é nobre na sociedade medieval tripartida, abordando parte da modificação do que é ser cavaleiro durante os séculos do medievo, de modo que possamos conjecturar a influência que passa a ser exercida por essa “classe” e que é visível através do discurso do medievalista no livro *Sociedade Cavaleiresca* e também em outras de suas obras.

**Palavras-chave:** Cavalaria; Nobreza; Historiografia; Georges Duby.

### Introdução

A *Sociedade Cavaleiresca*, o qual ganhou sua primeira edição em português em 1989 (em língua inglesa sendo de 1977), é um livro que unifica artigos nos quais Georges Duby se debruça na missão de estudar a “evolução da nobreza” (DUBY, 1989, p. 3), como diz no texto introdutório, tendo como escopo a cavalaria. O mais antigo desses escritos é do ano de 1958 (capítulo 4) e o mais recente, 1972 (capítulo 5). Mesmo tendo 14 anos de diferença entre os dois, podemos perceber uma linearidade em todos os textos quando se trata de expor as evidências de como a transformação e posterior ascensão dos cavaleiros modificou a nobreza medieval.

É necessária a advertência de que teremos um pé mais firme no *Sociedade Cavaleiresca* (que será abreviado apenas de *Sociedade* para fins de simplificação), logo que ele é nosso objeto de estudo, entretanto não podemos e/ou iremos ignorar alguns dos demais trabalhos do medievalista em questão, especialmente o que é considerado seu principal legado: *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo*, obra que é um verdadeiro bastião dos estudos medievais da chamada Nova História, assim como exemplos de acadêmicos que acrescentam aos pontos que serão aqui expostos, de modo a criar um diálogo com mais de um ponto de vista.

---

<sup>1</sup> Graduando em Bacharelado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

## As origens da sociedade

A palavra para designar os cavaleiros, *miles* (ou ainda *militēs*), passa a aparecer nos documentos desde 971 (DUBY, 1989, p. 24) no sul da França, já contextualizando que o aprofundamento do estudo do historiador se dá principalmente no território franco. Trata de uma nomenclatura de guerreiros que, em época, se tratavam de homens a serviço dos castelões (*dominus*) de um território. Com o enfraquecimento da dinastia carolíngia e capacidade de manter suas estruturas de governo, os senhores de terra passam a ter uma ampliação na função de aplicar a lei e manter a ordem em seus próprios domínios, utilizando então os *miles* (palavra que o autor aponta com significado primário o de servir) (DUBY, 1989, p. 29) como seus representantes. Entretanto, o título de cavaleiro, passa a ser aderido por outros membros da aristocracia. Fenômeno que Georges Duby exemplifica primeiramente (1989, p. 26): “[...] É também a partir de 975 que A. Lewis vê a oeste do Ródano, as menções de cavaleiros se multiplicarem nos documentos e, após 1020, o título cavaleiresco usado por castelões.”. Iremos esmiuçar esse evento em breve, focando agora em outra questão.

Por quais motivos o guerreiro montado teria então passado gradativamente a deixar de ser apenas um “subalterno” encarregado da ordem para algo a mais? Alguns fatos são levantados:

Tal sucesso na verdade traduz a tomada de consciência de três fatos complementares: um fato técnico, a superioridade do cavaleiro no combate; um fato social, a ligação entre o gênero de vida considerado nobre e o uso do cavalo, ligação ainda muito mal estudada, mas certamente muito profunda e antiga (conviria levar as pesquisas até os túmulos de cavalos vizinhos daqueles dos chefes na pré-história germânica e, na Antiguidade clássica, até o significado social da equitação); um fato institucional, por fim, a limitação do serviço de armas a uma elite restrita. Todavia, todos esses três fatos eram, ao aproximar-se o ano mil, muito antigos; [...] (DUBY, 1989, p. 28-29).

A conexão de prestígio do guerreiro ligado ao cavalo fortifica-se nos últimos séculos da Antiguidade por meio das reformas militares dos Imperadores Diocleciano e Constantino (Séc. IV), acabando com as legiões para a criação de unidades (especialmente as montadas) visando uma maior velocidade para a defesa das fronteiras (REZENDE FILHO, 1989, p. 12). Tais unidades passam a ter ligações diretas com os bárbaros a partir do momento em que os ancestrais da Europa medieval trespassam o *limes* romano e tornaram-se federados, incorporando-as (REZENDE FILHO, 1989, p. 16-22) e passando então a atribuir-lhes um prestígio militar.

Esses descendentes dos germânicos que invadiram e se instalaram definitivamente na parte ocidental do Império Romano, fazendo-se donos das terras através da espada, do fogo (e também dos equinos), quais as crônicas de um monge na ilha de Lérins exclamam: “O povo Saxão é cruel, os Francos são pérfidos [...]” (LE GOFF, 1995, p. 35) passaram a serem atormentados pelas invasões de outros povos nos Séculos IX e X: os escandinavos, muçulmanos e húngaros, tornando a Europa Ocidental cercada (BLOCH, 1979, p. 20). No caso francês, o qual está sendo trabalhado, existe a ameaça iminente e constante de nórdicos pagãos atacando por toda a costa continental e um inimigo ainda mais exótico e aterrorizador logo ao sul das passagens dos Pirineus. Trata-se dos muçulmanos compostos por beduínos e principalmente berberes (contando com visigodos convertidos) que haviam já entrado em inúmeras escaramuças além da cadeia de montanhas (CARDINI, 2001, p. 46-47) para com as três primeiras gerações carolíngias relevantes (Martel, Pepino e Carlos Magno), culminando no estabelecimento da Marca da Espanha, o último e máximo esforço do Rei dos Francos contra o Emirado de Córdoba (CARDINI, 2001, p. 47-57).

O esfacelamento da dinastia carolíngia (como anteriormente dito) em conjunto com as ameaças pagãs tornou necessário o recrudescimento das elites locais e, conseqüentemente, uma gradativa elevação do status do cavaleiro no seio dessas próprias elites “pré-feudais”. Isso se une ao segundo fato citado em *Sociedade*, onde Duby aplica o conceito de mentalidade (a citação é de um texto publicado originalmente em *Ordinamenti militari in Occidente nell’alio medioevo, Spoleto, Presso La Sede Del Centro, 1968, p. 739-761*, como enunciado no início do capítulo no qual o trecho que estamos nos focando),<sup>2</sup> qual o historiador foi juntamente de Jacques Le Goff um dos principais autores a trabalhar com tal concepção na década de 1960 atrelado à Escola dos Annales (BURKE, 1992, p. 60). Inicia assim a dar forma à ascensão cavaleiresca: a queda de uma figura de poder centralizadora, os inimigos que chocam e tremem a fé e unidade cristã em rondando e trespassando suas fronteiras e a “mentalidade legitimadora” que associa o poder laico ao guerreiro sob o cavalo.

### **A ascensão cavaleiresca**

Vemos então um cenário em que os cavaleiros passam a se elevar de posição social, unindo-se assim ao que é ser nobre. Os principais indícios que apontam para essa evolução do “status” dos *miles* para com quem anteriormente serviam, os *dominus* (também chamados de

---

<sup>2</sup> Como consta em nota de rodapé em DUBY, 1989, p. 23.



*sires* por documentos franceses na época), é apontada por Duby no capítulo 6 do *Sociedade* por duas passagens fundamentais:

Ora, o que parece ocorrer no limiar do século XIII — mais exatamente, entre cerca de 1180 e 1220-1230 — é a destruição das diferenças entre esses dois níveis da aristocracia, uma rápida fusão, uma aproximação, uma redução das distâncias que outrora haviam separado os castelões dos simples cavaleiros (DUBY, 1989, p. 86).

Os dois “níveis de aristocracia” citados pelo autor são os *dominus* em primeira instância, seguido pelos *milites*, ou seja, os cavaleiros (DUBY, 1989, p. 85). O que passa a ocorrer é a aquisição de terras por parte dos cavaleiros, prestígio anteriormente exclusivo aos castelões, terras essas nos quais os *miles* constroem suas casas-fortes, edificações com estruturas e padrões muito similares aos castelos (DUBY, 1989, p. 86).

Isso se dá pelo fato das causas políticas envolvendo os príncipes que passam a tomar cada vez mais os poderes regionais diante de uma monarquia decadente, tornando assim a elevação dos cavaleiros possível. “Esses poderes regionais esmagam os “sires”, rebaixam-nos. Os agentes dos príncipes reivindicam para seu senhor o poder superior, o recrutamento de tropas para a guerra, a alta justiça, isto é, o que constituía outrora o prestígio e a riqueza dos castelões” (DUBY, 1989, p. 87). Os cavaleiros que assumiam então obrigações e possuíam os mesmos direitos dos castelões (e logo é possível a união através de matrimônio entre esses antigos *sires* e os *miles*)<sup>3</sup> passaram a serem agentes configuradores do feudalismo que se formava no território francês. “O comandante local era o primeiro a deitar mão das economias dos trabalhadores, uma vez que ele era o detentor do poder militar. Também era para ele a maior porção.” (DUBY, 1980, p. 189) argumenta nosso medievalista em seu livro *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu - séc. VII-XII e*, embora como dito em seguida, o comandante tivesse suas obrigações econômicas para com seu suserano (DUBY, 1980, p. 189), é inegável que os cavaleiros passaram a construir sua própria riqueza e, sendo assim, uma possibilidade de renome.

[...] a importância que reveste para os mais elevados senhores sua entrada na cavalaria, a investidura de cavaleiro, o armamento. Tomo por referência um texto extremamente rico, pelo que revela dos comportamentos e das atitudes mentais na aristocracia da época, a *História dos condes de Guines* [...] escrita em latim por volta de 1195. O autor, quando apresenta o herói dessa história, o herdeiro dos condes, coloca no ponto central de sua biografia a cerimônia de investidura de cavaleiro, o momento em que o rapaz, que era um

<sup>3</sup> DUBY, 1989, p. 87.

dominus, já castelão, e logo chamado a suceder no condado ao pai, torna-se também um miles, isto é, reveste um brilho, uma distinção por ele considerada de primeira importância. Não lhe basta ser um "sire", é-lhe preciso também, e isso para ele é capital, ser um cavaleiro (DUBY, 1989, p. 86).

Por intermédio desse escrito exposto por Duby, podemos claramente ver que o fato do herdeiro do condado ser investido como cavaleiro revela como a própria noção do que é ser um *miles* passa a ser modificada e absorvida pela aristocracia, indicando que o fato de ser um cavaleiro é, para o novo conde, um título de grande renome. Os mesmos príncipes que ao minar o poder dos castelões, elevam os cavaleiros, apropriam o título desses seus novos vassallos. Poderíamos conjecturar, é claro, que essa seria uma estratégia tanto de aproximação para com seus vassallos quanto de contenção, logo que um novo grupo social em crescente poderio econômico poderia lhes causar maiores problemas no futuro, assim como fizeram os castelões.

Todavia, a problemática parece ser mais complexa e não voltada somente ao âmbito do poder laico. Para exemplificar isso, entraremos finalmente em *As Três Ordens*. Conforme o autor argumenta e mostra suas fontes para expor a sociedade trifuncional qual defendia, nos deparamos com *A História dos Duques da Normandia* de Benedito de Sainte-Maure, que escreveu no espaço entre 1173-1175 e 1180-1185 (DUBY, 1982, p. 297) em tom literário que durante um diálogo do duque Guilherme para com um abade, o clérigo discorre: “Três ordens são, cada uma por si. Cavaleiros, clérigos e vilões. Uma das ordens reza noite e dia. A outra é a dos trabalhadores. A outra mantém e faz justiça” (DUBY, 1982, p. 299). Não se fala em nobres, muito menos príncipes, condes ou castelões. Fala-se em cavaleiros. São os cavaleiros responsáveis pela justiça, ou seja, pelo poder de aplicar a lei. O fato de ser cavaleiro é para o escritor focado pelo medievalista a legitimidade que os senhores feudais precisam. Podemos realçar o último verso citado que o ato de fazer justiça, através de outra fonte utilizada por Duby, a de Adalberão,<sup>4</sup> seria por esse um ato exclusivo dos nobres e reis (DUBY, 1982, p. 299). Retornemos ao *Sociedade*:

Quanto a outro aspecto da transformação, isto é, o valor que aos olhos dos castelões adquirem a dignidade, a honra da cavalaria, deve-se evocar, para explicá-lo, um movimento muito mais amplo, muito mais extenso no tempo, que diz respeito às representações mentais e que se completa precisamente na época de que falei. Desde o começo do século XI, na França, a Igreja forjara um modelo de comportamento moral, apresentado a toda a

---

<sup>4</sup>Adalberão foi bispo de Laon no século XI (DUBY, 1982, p. 17).

aristocracia como a missão mais apropriada para justificar seus privilégios sociais, sua vocação militar (DUBY, 1989, p. 87-88).

A partir desse trecho, devemos voltar nossa atenção a acontecimentos anteriores que tangem os *oratores*. Grande parte dos aspetos morais e sociais que consolidam o cavaleiro medieval em seu apogeu está diretamente ligada à ordem dos que oram.

### **As influências da Igreja**

Nas proximidades e durante o século XI, o clero, entusiasmado pelo milênio da paixão do Senhor passa a desenvolver a chamada Paz de Deus (DUBY, 1989, p. 37). Essa doutrina visa à comunhão entre todos os cristãos, tecendo críticas aos nobres e seu comportamento beligerante, logo que durante toda a sociedade medieval, a escaramuça fazia parte de como o nobre deveria viver sua vida e também projetar o seu poder. “A paz de Deus, em seus começos, tendeu a circunscrever as violências militares a um só setor do povo cristão, o dos homens que portavam o gládio e o escudo e que andavam a cavalo (DUBY, 1989, p. 43)”. O desenvolvimento dessa teoria passou requerer mais dos portadores da espada, reprimindo as contendas entre si, elaborando uma moral para a guerra. Esse fenômeno é percebido primeiramente mais ao sul da França, região onde as elites locais foram as primeiras a se fortificar diante da queda dos Carolíngios (DUBY, 1980, p. 179). E, de um acordo social entre cristãos, a Paz passa a ser um acordo entre o Homem e Deus (DUBY, 1989, p. 45), logo que além de “leis” para os conflitos, atos mais banais como usar dinheiro e até mesmo fazer sexo tornam-se regrados (DUBY, 1980, p. 179).

É possível presumir que a fomentação da Paz atenderia aos interesses próprios do clero de certa forma, controlar quem portava a espada: os tradicionais príncipes e os ascendentes *miles*. Podemos, todavia, ir além. Sem o pacto franco-papal, a Igreja precisava recorrer aos novos e fragmentados núcleos de poder, mas é lógico pensarmos que unir-se a certos senhores, como a Santa Sé fizera com os monarcas francos, poderia trazer problemas futuros para os objetivos universais de Roma se, como os carolíngios, esses senhores também caíssem em ruína. “Por volta de 1033, a Igreja propôs então aos leigos que por estado eram armados, os nobres e os milites, associar-se à obra comum de renúncia.” (DUBY, 1989, p. 45), aqui o autor coloca a preocupação da Igreja de unir tanto os nobres quanto os cavaleiros para o seu “projeto”. Isso se dá pelo fato de que, segundo Duby, há um *plano* do clero para a formação de uma nova ordem:

Primeiro foi preciso defender-se dela, discipliná-la, e depois esforçar-se por desviá-la para o bem. Assim, só uma porção do laicato — o grupo dos *milites*,

dos cavaleiros — sofreu diretamente a influência das instituições de paz. Mas esta foi profunda. A regulamentação promulgada pelos concílios fixou inicialmente os contornos desse corpo social; deu-lhe sua consistência; foi ela que o constituiu em ordo. Depois forjou-lhe uma moral particular. No limiar do século XII a *nova militia*, revestida de armas bentas, recebia a incumbência de duas tarefas conjuntas — as do "homem probo", aquela que São Luís forçará por levar a cabo melhor que ninguém: em primeiro lugar, defender a Igreja e os pobres; em segundo, combater os inimigos de Cristo (DUBY, 1989, p. 47).

Essa *nova militia* nada mais é do que a inserção dos cavaleiros em um maior protagonismo na sociedade medieval. É um ato consequente do cavaleiro e a necessidade de tais guerreiros para os interesses clericais e também a consequência que tornará o fato de *ser* cavaleiro tão prestigioso para a nobreza tradicional, fazendo com que os príncipes se cerquem destes e também passem a ser investidos como cavaleiros. E para aprofundar o que o autor fala sobre “disciplinar” os cavaleiros, traremos uma nova perspectiva.

A cavalaria teve suas regras e ritos definidos em um tomo, em um registro tardio, do século XIII (justamente no século em que há um grande prestígio envolvendo os *miles*), *O Livro da Ordem de Cavalaria* (LOC). Estima-se que foi escrito entre 1279 e 1283, por Ramon Llull, filósofo e teólogo. Ricardo da Costa (2009, p. 59) define o LOC como: “[...] apologético e doutrinário, tem conteúdo missional e pretende ocupar espaço na formação dos novos pretendentes à cavalaria, iluminando o caminho dos noviços com valores espirituais, morais e éticos”. Baseado no Livro, a missão do cavaleiro era pacificar os homens, defender o cristianismo e vencer os infiéis. Esta deveria servir a fé cristã, para tal o cavaleiro deveria incorporar os mais nobres ideais, pois era uma missão divina.

Llull usa como uma forma segregacionista, que para tornarem-se cavaleiros os homens deveriam ser nobres e ricos, para poderem possuir o armamento necessário para sua profissão sagrada. A Igreja toma seu lugar, cercando a cavalaria com seus ideais para que ela não se perca nos pecados mundanos. E para encurtar os laços, o filósofo diz que a maior amizade que pode existir deve se dar entre clérigos e cavaleiros, assim elogiando os templários de São Bernardo, colocando-os como a personificação do ideal cavaleiresco, clérigo e cavaleiro juntos num só.

O Livro da Ordem da Cavalaria define as virtudes necessárias a um cavaleiro, para assim contrapor os vícios aos quais estes homens deveriam sempre estar batalhando. Ramon (COSTA, 2009, p. 63) explica-as como:

Todo cavaleiro deve conhecer as sete virtudes que são raiz e princípio de todos os bons costumes e são vias e carreiras da celestial glória perdurável. Das quais sete virtudes são as três teologais e as quatro cardeais. As teologais são fé, esperança, caridade. As cardeais são justiça, prudência, fortaleza, temperança.

Já os vícios são as tentações que os cavaleiros frequentemente sofrem. Estes vícios são os sete pecados capitais (Gluttonia, Luxúria, Avareza, Preguiça, Soberba, Inveja e Ira), que as virtudes devem subjugar. Llull ainda opõe diretamente as virtudes e vícios (alterando um pouco algumas delas), onde diz que a Gluttonia deve ser vencida pela Abstinência, a Luxúria, a Avareza, Inveja e a Preguiça pela Fortaleza, a Soberba pela Fortaleza e Humildade e a Ira pela Coragem, Caridade, Abstinência e Paciência (COSTA, 2009, p. 67).

O trabalho elaborado por da Costa é muito revelador para percebermos como ser cavaleiro era honroso e vital para a sustentação da sociedade. Georges Duby (1989, p. 88) discorre como os traços morais que deveriam pertencer à cavalaria afetaram a nobreza francesa: “Foi, pois, em torno do ideal cavaleiresco, da moral que ele continha, das virtudes de valentia e lealdade que se cristalizou a consciência de classe que determinou gradualmente a homogeneidade da aristocracia francesa”. Ou seja, o destaque dado pelo clero ao cavaleiro (melhor dizendo, ao seu padrão correto de cavaleiro) foi um dos alicerces fundamentais aos quais Duby argumenta para as raízes da ordem dos *bellatores*. Podemos encontrar o autor tornando ao assunto em outro de seus livros.

A medida que se afastava do ano 1000, os concílios de paz começaram a invocar lentamente a teoria das três ordens, que tinha germinado lentamente num estreito círculo de intelectuais: desde a Criação, Deus tinha distribuído tarefas específicas a cada homem; uns deviam orar pela salvação de todos, outros deviam lutar para proteger o povo; cabia aos membros do terceiro-estado, de longe o mais numeroso, alimentar, com o seu trabalho, os homens de religião e da guerra (DUBY, 1980, p. 180-181).

Apesar da “conquista” dessa perigosa classe belicosa por parte da Igreja, o seu temperamento enérgico e violento persiste. E esse ímpeto do combate é direcionado para os mais novos interesses papais: a Terra Santa. A Paz de Deus e todo código de moral proveniente da doutrina foi o embrião para as Cruzadas (DUBY, 1989, p. 47), movimento que sem dúvida foi responsável por, ao mesmo tempo elevar a função do cavaleiro por meio do combate aos infiéis também intensificar a sua agressividade. E é nesse contexto que vemos certos eventos envolvendo a cavalaria se consolidando.

### **O cavaleiro enraizado**

A união de cavaleiros sob o estandarte dos príncipes trouxe questões interessantes para análise. Trataremos de falar primeiro sob a inserção do título de cavaleiro no seio familiar aristocrático. Como no trecho já exposto aqui, onde os primogênitos do Condado de Guines são armados cavaleiros quando atingem a maior idade, existe paralelamente dessa aproximação e formação de quem pode ser cavaleiro uma “força de repulsão” que mantém o príncipe com um de seus pés atrás do “terreno cavaleiresco”. “O perigo estava em que o príncipe se perdesse na cavalaria” argumenta Duby (1982, p. 327), pois se houvesse um sentimento de igualdade entre o cavaleiro príncipe e os demais que o cercavam, sua autoridade estaria comprometida. Havia, segundo o autor (DUBY, 1982, p. 327-331), duas formas de lidar com isso. A primeira consistia no príncipe projetar seu poder através dos torneios que organizava (assunto que trataremos melhor a seguir), envolvendo seus guerreiros pelas regras de etiqueta da corte (podendo citar o grande jogo do amor cortês) e também pelo papel atribuído ao primogênito que levava os jovens cavaleiros para suas aventuras. Já na segunda, a sociedade tripartida volta a ter sua importância. Os cavaleiros não estavam sozinhos no mundo. Sua obrigação de vida era, necessariamente, proteger as duas outras ordens. Sendo assim, deviam-lhe prestar contas. E na figura do príncipe encontrava-se esse agente mediador.

O advento dos torneios medievais, algo que preenche nossa imaginação, passa a se desenvolver mais especificamente no Séc. XII (COSTA & ZIERER, 2009, p. 91). Detestados pela Igreja, a qual São Bernardo se refere como “diabólico costume” (COSTA & ZIERER, 2009, p. 90) por incitar o comportamento violento a qual a Igreja tenta pela Paz de Deus circuncidar, os torneios são, além de uma projeção de poder do príncipe que o organiza, um modo de preparar os cavaleiros para o combate real e, principalmente, uma manifestação do seu espírito guerreiro. É possível ver nos torneios outra nova fortificação dos laços de união entre os *bellatores*, especialmente quando a evolução e regulamentação dos equipamentos utilizados diminui a mortalidade na participação dos mesmos (COSTA & ZIERER, 2009, p. 104-105).

Esses torneios são uma das principais atividades que atraem a atenção dos *Moços*, cavaleiros jovens, recém-armados que deixam o seio familiar para se aventurar pelo mundo. Entretanto, ser moço não necessariamente é relacionado à idade:

Nossas fontes indicam ainda que essa fase da vida pode ser muito longa. Na verdade, sua duração é, para a maioria dos indivíduos, difícil de precisar, pois esses textos são muito pobres em indícios biográficos que se deixem datar com precisão. [...] Guillaume le Marechal, com a idade de onze ou doze anos, saiu da casa paterna por volta de 1155 para ser puer junto ao tio

Guillaume de Tancarville. Foi armado cavaleiro em 1164, correu os torneios em 1166-1167 e depois levou uma vida de "aventura" e de "proezas". Casou-se em 1189, quando contava cerca de quarenta e cinco anos; sua "mocidade" durara um quarto de século (DUBY, 1989, p. 96).

O que implica que a mocidade está ligada ao casamento, ao assentamento como senhor de terras, embora, sem dúvida, o exemplo de Guilherme seja uma grande exceção (DUBY, 1989, p. 96). A jornada do moço não é, porém, solitária. A *maisnie*, uma fraternidade entre os moços, é um evento social costumeiro. (DUBY, 1989, p. 96-97). E, enquanto na *maisnie*, os moços ostentam. Afinal, “[...] ser nobre é esbanjar. É uma obrigação de ostentar. É estar condenado, sob pena de decadência, ao luxo e à dissipação (DUBY, 1989, p. 92)”. Buscam além da glória por meio dos torneios, encontrar uma mulher com a herança da família para contrair matrimônio, o que é para moços não primogênitos, de vital necessidade (DUBY, 1989, p. 102).

O processo segregacionista de se tornar um cavaleiro também passava pelas mãos dos nobres tradicionais. O rito do *adubamento*, que era o ritual de iniciação na cavalaria, torna possível que um homem seja investido somente se seu pai tiver sido cavaleiro e a mãe de sangue nobre (FLORI, 2002, p. 190), o que, segundo Jean Flori (FLORI, 2002, p. 190) “Por essas disposições, a nobreza controla a entrada na cavalaria e reserva o acesso a ela a seus próprios membros, numa época em que a dignidade cavaleiresca acrescenta distinção àquele que a recebe”. A nobreza, então, embora abrace para si o fato de ser cavaleiro, também tenta lhe dar seus próprios contornos e regras. O que acaba ocasionando problemas para alguns desses cavaleiros. Servir um rei ou um duque era muito mais custoso. Nem toda a aristocracia tinha condições financeiras para se armar como cavaleiro, deixando seus varões em uma espécie de “limbo” (DUBY, 1989, p. 92). Dessa forma, a nobreza francesa cria os escudeiros (*armiger*), também conhecidos como donzéis (*domicellus*) no sul do reino. Esses seriam títulos puramente virtuais, homens com direito à cavalaria, mas sem a riqueza necessária para torná-lo (DUBY, 1989, p. 90-91). Esses títulos são uma espécie de mecanismo criado com o intuito de permanecer atrelado a essa elite cavaleiresca assentada no Reino da França.

## Conclusão

A principal questão levantada após todo o discurso é: o cavaleiro ascendeu ou foi ressignificado na sociedade medieval? As relações entre nobreza e cavalaria, segundo Jean Flori (2002, p. 190) “[...] acabam por se fundir ou por se confundir”. O próprio Duby (1989, p. 149-150) tem o que dizer sobre isso enquanto passa a debater sobre a vulgarização dos

modelos culturais da sociedade feudal (que vem porventura ser o último capítulo do *Sociedade*) que a cultura da aristocracia tem dois eixos principais, sendo a noção de nobreza das camadas superiores e da noção de cavalaria das camadas inferiores. Há, segundo o historiador, um movimento que parte de cima para baixo. Ou seja, os valores cavaleirescos, penetrariam nas camadas superiores, como o medievalista explicita nesse trecho:

[...] aos poucos o uso desse título — e, ao mesmo tempo, o reconhecimento dos valores que ele implica, valores relativos à coragem, à competência militar e à lealdade, destinados a assumir tanta importância, e por tanto tempo, na ética aristocrática —, o uso desse título se estende, sobe, penetra em níveis sociais mais e mais elevados, Em 1200, a evolução se acha concluída: nesse momento os maiores príncipes, e os próprios reis, se gabam de ser cavaleiros; para eles, a cerimônia da investidura de cavaleiro assinala uma das etapas primordiais de sua existência (DUBY, 1989, p. 150).

Torna-se possível conjecturar que para a visão de Georges Duby, o cavaleiro por meio de transformações, eleva-se na sociedade feudal e se estabelece como a figura chave de uma das três ordens. Entretanto, seria improvável que o renome do cavaleiro pudesse alcançar os postos mais elevados da nobreza sem um processo de *simbiose* entre a esfera laica (a fragmentação de poder que possibilitou uma maior importância aos *miles* no aspecto governamental) e a esfera clerical (a criação de um preceito que unifica e redireciona a vocação guerreira). Sendo assim, é lógico levantar a hipótese que a resignificação e a ascensão são paralelamente proporcionais, pois ao mesmo tempo em que o contexto político e social requereu a espada do cavaleiro, o contexto cultural tornou-o um ícone de prestígio. Como dito por Marc Bloch (1979, p. 324), “Numa civilização em que a guerra era coisa de todos os dias, não havia contraste mais vivo do que aquele. Tornou quase sinónimo de vassalo, cavaleiro tornou-se, também, o equivalente de nobre”. Cavaleiro torna-se *bellator*, a segunda ordem, o guerreiro formado e que se perpetua entre a dicotomia do sagrado e o profano.

### Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. São Paulo: Edições 70, 1979.

BURKE, Peter. **A Revolução francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929 – 1989)**. 2ª Edição, São Paulo: Editora UNESP, 1992.



CARDINI, Franco. **Nas raízes do encontro-desencontro entre Europa e Islã. Um profeta e três continentes.** SIGNUM, São Paulo: FAPESP, v. 3, p. 37-59, 2001.

COSTA, Ricardo da. **A cavalaria perfeita e as virtudes do bom cavaleiro no *Livro da Ordem da Cavalaria*.** In: *Ensaio de História Medieval*. P. 48-70. Rio de Janeiro: Editora Sétimo Selo, 2009.

COSTA, Ricardo da; ZIERER, Adriana. **Os torneios medievais.** In: *Ensaio de História Medieval*. P. 90-108. Rio de Janeiro: Editora Sétimo Selo, 2009.

DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **As três ordens ou o imaginário do Feudalismo.** Lisboa: Estampa, 1982.

\_\_\_\_\_. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu - séc. VII-XII.** Lisboa: Estampa. 1980.

FLORI, Jean. **Cavalaria.** In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. I. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2002.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval. Vol. I.** 2ª Edição, Lisboa: Estampa, 1995.

REZENDE FILHO, Cyro. **Guerra e guerreiros na Idade Média.** São Paulo: Contexto, 1989.

## **Em meio a Farrapos e Imperiais: A árdua e tortuosa administração do espólio do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire por Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire**

Israel Tavares Boff<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo propõe a análise de documentação primária referente ao espólio do militar Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, e a condução administrativa destes bens por sua esposa, Rafaela Pinto Bandeira Freire. Este episódio, ocorrido logo no início da Revolução Farroupilha, apresenta referências inéditas relativas à história de personagens que ocupavam as terras onde mais tarde seria o município de Canoas, corroborando desta forma, para a construção da memória social da cidade.

**Palavras-chaves:** Memória de Canoas; Guerra Farroupilha; Família Pinto Bandeira Freire.

### **1. Introdução**

A Guerra Farroupilha ocasionou perdas irreparáveis à sociedade porto-alegrense do século XIX. Mesmo estando balizada nos pressupostos de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa (*liberté, égalité, fraternité*), as motivações econômicas tiveram um papel de destaque relevante nesta guerra civil, além das reivindicações já conhecidas de autonomia política para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Segundo Berute (2008, p. 2), estas motivações econômicas estariam diretamente relacionadas com problemas econômicos enfrentados pelos estancieiros, devido a pesados impostos sobre insumos utilizados no fabrico do charque, bem como a concorrência dos saladeiros platinos.

Não é exagero afirmar que este conflito tenha atingido desde as cercanias de Porto Alegre, até alguns dos lugares mais afastados da capital da província. Antes, porém, do início efetivo do conflito farrapo, um quadro de animosidades entre os grandes criadores de gado da Província de São Pedro e o Governo Imperial do Brasil, desenhava-se no campo político e econômico. Destacavam-se como significantes personagens deste cenário econômico, os grandes estancieiros e pecuaristas gaúchos, representando seus interesses particulares e precursores da futura geração do latifúndio extensivo, e que ganharia ainda maiores proporções nos anos vindouros. Destarte, a filha de um dos mais importantes militares e

---

<sup>1</sup> Professor licenciado em História pela Universidade La Salle de Canoas – RS e pós-graduado em História e Cultura Afro brasileira pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci de Indaial – SC.

criadores de gado do Continente de São Pedro, Rafaela Pinto Bandeira, herdou a grande fortuna de seu pai, o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, consolidando assim, seu nome e status frente à sociedade oitocentista da capital porto-alegrense.

Faz-se importante ressaltar que a Guerra Farrroupilha é abordada no texto pelo fato de ter sido o momento histórico em que ocorreu o objeto de estudo, a saber, o início da divisão de terras de parte da Fazenda do Gravataí, resultando no primeiro recorte da atual cidade de Canoas.

## 2. Antecedentes

O Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, relevante militar do período Colonial no Brasil, destacou-se pelo fato de liderar inúmeras batalhas que defendiam os interesses da Coroa Portuguesa sobre suas possessões na Capitania do Rio Grande de São Pedro. Estabeleceu residência na vila do Porto dos Casais, adquirindo uma imponente chácara no ano de 1791, vindo esta, a somar-se em seu patrimônio pessoal. Anos mais tarde, em 1812, esta mesma chácara passaria à propriedade de sua filha Rafaela e seu genro Vicente Ferrer. Em janeiro de 1836, sofreria Rafaela neste mesmo lugar, uma série de problemas de ordem particular e dissabores envolvendo saques ao seu patrimônio, padecendo ainda, pelos respingos resultantes das reivindicações farrapas.

Em 1778, o Padre João Ferreira Rois, Presbítero Secular do hábito de São Pedro, formado em Canones, fez doação à preta forra de nome Thereza de Jesus de uma chácara que possuía nesta cidade, então denominada Porto dos Casais, e que houvera por compra legitimamente feita a Jose Fernandes Petim e sua mulher.

Em 1791, Thereza de Jesus, por escritura pública, fez venda ao Brigadeiro Raphael Pinto Bandeira dessa mesma chácara, com exceção de uma quebrada que vendera a Antônio Pereira do Couto.

Morto Raphael Pinto Bandeira, a sua viúva Dona Josepha Eulalia de Azevedo, casou-se com o Desembargador Luis Corrêa Teixeira de Bragança, tornando-se ambos possuidores de toda a grande chácara da preta Thereza de Jesus.

Em 12 de outubro de 1812, o Desembargador Bragança e sua mulher fizeram doação à sua filha e enteada Dona Raphaela Pinto Bandeira da chácara que possuíam [...], ficando a donatária obrigada a casar-se com o Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire. (FREIRE, 1884).

O excerto acima faz referência à origem de parte do patrimônio do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, ainda no século XVIII, citado em um processo de 1884 e que diz respeito a uma reivindicação realizada pela família. Neste breve histórico processual encontrado no

documento, o advogado apresenta como de legítima a propriedade dos herdeiros da família Pinto Bandeira da área em questão.

### 3. Prólogo

Situado entre o Primeiro e o Segundo Reinado Imperial, o Período Regencial se estendeu de 1831, com a abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho Pedro II, até o ano de 1840, momento em que fora deflagrado o Golpe da Maioridade, elevando o jovem monarca a imperador e colocando-o nas rédeas do governo. Para garantir a soberania de comando sobre a nação, o jovem Dom Pedro II era amparado pelo Poder Moderador, que lhe concedia plenas garantias de comando. Durante o período em que o governo do Brasil não estava nas mãos de um membro da família imperial portuguesa, diversos políticos de destaque tomaram a frente, em diferentes momentos, encarregando-se de dar conta das questões administrativas e governamentais do jovem país. No entanto, o que se observava de norte a sul do Brasil, foi um quadro geral de descontentamento de inúmeras províncias do império, levando à eclosão de uma série de revoltas armadas, que passariam para a história como as Revoltas do Período Regencial. A Balaiada, a Sabinada, a Cabanagem, no norte do país, e a Guerra Farroupilha em seu extremo sul, foram exemplos do descontentamento emergente de algumas províncias que reivindicavam uma série de providências do governo imperial.

Antecedendo a este cenário de pretensas animosidades entre províncias e o império, o militar baiano Vicente Ferrer da Silva Freire é nomeado para o cargo de secretário do governo da Capitania de São Pedro, ainda em 20 de setembro de 1810, por Sua Alteza Real D. João VI. Em 1813, já na Vila de Porto Alegre, o Vicente Ferrer recebe o Auto de Justificação de Diligências de Sesmaria<sup>2</sup>, para que pudesse desenvolver os trabalhos relativos à sua função. Com estreitos laços ao regime imperial, podemos encontrar nas correspondências pessoais de Ferrer, condolências a Dom Pedro I pelo falecimento de sua esposa, a Imperatriz Maria Leopoldina, em missiva de 13 de janeiro de 1827. Não obstante, percebemos sua determinada e definitiva posição frente ao episódio que resultaria, anos mais tarde, em sua morte e de seu filho primogênito Diogo.

Em virtude do contexto familiar da jovem Rafaela Pinto Bandeira, patriarcal e autoritário, somente o casamento arranjado com Vicente Ferrer, em 1812, por sua mãe e padrasto, o Doutor Juiz de Fora Luis Corrêa Teixeira de Bragança, lhe trouxe a devida

---

<sup>2</sup> Documento em que constam as tarefas de primeira urgência a serem executadas, baseadas em forte justificativa.

estabilidade social que era almejada pelas moças das classes abastadas desta época. A cerimônia de união, ocorrida às 17 horas do dia 12 de outubro no Oratório do próprio Doutor Bragança, foi certificada pelo Reverendo Vigário José Ignácio dos Santos Silva, servindo de testemunhas Agostinho de Sam Payo e Ignácio de Soza.

Em poucos anos, Dona Rafaela tornar-se-ia a matriarca de uma prole de sete filhos, sendo dois meninos, Diogo e Vicente, e cinco meninas, Maria Sofia, Maria Josefa, Maria Luiza, Maria Amália e Rafaela. Consumado o casamento contratado, Vicente Ferrer passa a dono das terras da Fazenda do Gravataí, juntamente com sua esposa Rafaela. O genealogista Antônio da Rocha Almeida escreve em um de seus trabalhos sobre a vida e o trágico fim de Vicente e Diogo, na tarde do dia 26 de janeiro de 1836. Poucos meses depois, em outubro do mesmo ano em que foram assassinados marido e filho primogênito, Dona Rafaela depara-se com novo luto, perdendo sua filha, também de nome Rafaela<sup>3</sup>, aos dezenove anos de idade. Desta forma, a matriarca perde, em menos de um ano, o marido e dois filhos.

Nos autos do livro de óbitos da Congregação Madre de Deus de Porto Alegre, constam os assentamentos de óbito do Coronel Vicente Ferrer e seu filho Diogo Pinto Bandeira da Silva Freire. Segundo mesmo registro, Vicente e Diogo foram assassinados na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, com cinquenta e cinco e vinte e três anos de idade incompletos, respectivamente. Tiveram suas exéquias praticadas pelo Pároco Encomendador Thomé Luiz de Souza e sepultados no Cemitério da Casa da Misericórdia de Porto Alegre.

José Joaquim dos Santos Ferreira, um dos genros de Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire, escreve e confirma em suas "Memórias", redigidas entre 1838 e 1873, sobre o luto e a difícil situação financeira desta família, ocasionada, sobretudo, pelos acontecimentos políticos e econômicos que a Guerra do Período Regencial ocasionava, como se observa no trecho transcrito por Boff (2017, p. 67):

Verifiquei a minha união à D. Maria Luiza da Silva Freire, filha legítima do Coronel Comendador Vicente Ferrer da Silva Freire (assassinado barbaramente com seu filho Diogo, a 26 de janeiro de 1836, efeitos da revolução que está assolando a Província!) e de D. Rafaela Pinto Bandeira Freire.

[...]

A minha união foi efeito de uma pura e sincera amizade, e jamais se poderá supor outro o motivo, toda a vez que haja a recordação desta atual época, tão assustadora pela revolução que tem vestido esta família de pesado luto (e

<sup>3</sup> Rafaela da Silva Freire da Silveira, uma das filhas do casal Vicente e Rafaela, foi casada com o Dr. Dionizio de Oliveira da Silveira. Consta no registro de óbito como causa mortis, "moléstia interior", um termo genérico utilizado pelo registrador, o padre Thomé Luiz de Souza. Após o falecimento de Rafaela, o Dr. Dionizio contrai núpcias com sua irmã, Maria Sofia Freire, permanecendo na família Pinto Bandeira.

centos já de outras!) e ameaçada de uma ruína total em sua fortuna, já desfalcada em quase todos os bens moventes. E além disso, uma dívida que lhe pesa superior aos imóveis! Digo, pois, que só, e puramente a sincera amizade, me levou a este ato em semelhante época tão medonha.

Porto Alegre, 15 de maio de 1838.

*José Joaquim dos Santos Ferreira*  
(grifo do autor)

#### **4. Advogados, documentos e leis em tempos de guerra**

A viúva Dona Rafaela enfrentou inúmeras dificuldades administrativas e econômicas, respectivas ao espólio de seu finado marido, o Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, sendo fortemente impactada pelas consequências do conflito entre Farrapos e Imperiais. Dessas consequências, destacam-se a marcante instabilidade jurídico-política reinante durante início do conflito em toda a Província, a instabilidade econômica e social, um Estado dividido e convulsionado, além das advindas reivindicações farroupilhas e suas formas de efetivá-las.

Outro ponto significativo a ser observado diz respeito ao fato de toda a administração destes bens estarem ao encargo de uma mulher. Sendo a sociedade oitocentista encabeçada por homens, soma-se às decorrências da guerra, a condição de gênero de Rafaela Pinto Bandeira, em uma cultura fortemente marcada pelo autoritarismo masculino. Mesmo advinda da linhagem dos Pinto Bandeira e com significativa fortuna, sua condição de classe não foi suficiente para que o processo de inventário transcorresse dentro da lei e de forma adequada. Segue daí uma série de fatores que corroboraram para o infortúnio de Dona Rafaela. Deste modo, seu patrimônio não garantiu que houvesse a tranquilidade pretendida para os anos posteriores a 1836.

Frente às terríveis fatalidades de que fora acometida, Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire, então viúva do Coronel Vicente Ferrer, intenta o processo de inventário do falecido marido, ainda no ano de 1836, para que se pudesse proceder à partilha dos inúmeros bens do casal. No entanto, não obteve sucesso, devido ao estado de guerra e sítio em que se achava Porto Alegre. Dona Rafaela, em petição ao Juiz de Órfãos, solicita a venda de alguns bens semoventes<sup>4</sup> inventariados. Afirma ela, nesta petição, seu estado de sítio na Chácara da Brigadeira, em Porto Alegre, tendo permanecido nesta situação por cerca de nove meses, e sustentando mais de cem pessoas, dentre elas, familiares e escravos. Estes últimos, oriundos de sua Fazenda do Gravataí, fugidos pelo temor aos “anarquistas”, como eram por ela denominados os Farrapos.

---

<sup>4</sup> Eram denominados semoventes os bens patrimoniais animados, que se movem por si, como escravos, cavalos, mulas, bois, etc.

Ilustríssimo Senhor Juiz de Órfãos  
Diz Dona Rafaella Pinto Bandeira, viúva do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, que disposta a proceder a Inventário, em observância da Lei, logo depois do assassinato de seu finado marido; contudo, não foi possível pelas bem notórias perturbações, e anarquia a que estava reduzida a cidade e na sedição; mas agora que voltou e se reestabeleceu o “Império das Leis”, e ordens de justiça: requer portanto a Vossa Senhoria, seja servido admiti-la a juramento, e se proceder no dito inventário para dar partilha aos filhos órfãos, pelo que:

Proceda-se nos termos do inventário na forma da Lei.

Para Vossa Senhoria, haja por bem mandar que autuada esta com o juramento da suplicante, o Escrivão respectivo prossiga nos termos do inventário.

Dezembro de 1836.

(FREIRE, 1836, p. 2).

Destarte, esta difícil situação teria levado Rafaela a tomar tal decisão, da venda dos cativos, uma vez que os altos preços praticados por comerciantes inescrupulosos feriam e desfalcavam fortemente seu patrimônio. Além do mais, a manutenção de escravaria improdutiva lhe causava fortes dores de cabeça, como podemos observar no excerto processual abaixo.

Ilustríssimo Senhor Juiz dos Órfãos  
Dona Rafaella Pinto Bandeira Freire, viúva do falecido Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, e inventariante dos bens do seu casal, representa a Vossa Senhoria que tendo sustentado, e continuando a sustentar dentro desta cidade durante o sitio de perto de nove meses em que ela se acha, mais de cem pessoas de sua família inclusive muitos escravos que fugindo aos anarquistas lhe tem vindo da sua Estância de Gravataí, comprando para isso mantimentos caríssimos, e vestuário por mais alto preço segundo o estado do mercado nesta praça; não lhe chegam para tanto os rendimentos de suas propriedades, nem há serviços em que possa empregar os escravos ajornal para com este ao menos os sustentar. E porque entre os escravos e escravas que possuo, tem alguns que não só lhe são inúteis, como também prejudiciais, porque aumentam as suas despesas, e sem prejuízo do seu casal, e dos herdeiros interessados, podem ser vendidos para com o seu produto ocorrer às despesas da sustentação dos outros, da família, dos mesmos herdeiros, da suplicante e aos mais gastos de sua casa. Requer portanto a Vossa Senhoria se digne autorizá-la, para vender particularmente dos referidos escravos e escravas, todos aqueles que poder dispensar do serviço da sua casa, pois que por contratos particulares efetuados pela suplicante, se obterá maiores preços do que em ata pública, atento o estado do sitio em que se acha esta cidade, e a paralização geral de todas as transações; ouvindo Vossa Senhoria para esse efeito, se preciso for, as herdeiras maiores de doze anos pelos menores o seu Tutor, e o curador no inventário e o interessado seu genro Doutor Dionizio de Oliveira Silveiro. (FREIRE, 1836, p. 36).

A manutenção de um elevado plantel de escravos, sessenta e seis pessoas contabilizadas neste inventário (ver Apêndice), fazia-se impraticável nesta época de guerra. Conforme observado no excerto acima, os gêneros de primeira necessidade eram comercializados a preços exorbitantes devido à escassez e dificuldade de acesso que a guerra impunha. Ainda que a maioria dos cativos fossem mantidos em condições mínimas de subsistência, o básico entre alimentação, vestuário e hospedagem fazia-se necessário. Quinze mulheres eram destinadas exclusivamente aos serviços domésticos, e cinquenta e um homens, voltados para os mais diferentes trabalhos, que iam desde o ofício de barbeiro, até a lida campeira. A família Pinto Bandeira Freire mantinha praticamente toda a mão de obra necessária para o bom andamento doméstico e campeiro. Ainda assim, Dona Rafaela necessitava desfazer-se deste numeroso plantel, a fim de minimizar ao máximo os negativos efeitos financeiros de que estava sendo acometida. No tocante aos cativos do sexo masculino, a grande maioria desenvolvia seus trabalhos com madeira (serrador, falquejador<sup>5</sup>, tanoeiro<sup>6</sup> e carpinteiro), levando-nos à conclusão de que muitos desses escravos poderiam ter sido empregados na Fazenda do Gravataí, nos diversos serviços relativos às suas habilidades. De fato, a viúva Rafaela Pinto Bandeira Freire realiza uma petição ao Juiz de Órfãos para que fosse autorizada a venda dos escravos inventariados, uma vez que sofria passivamente pelos acontecimentos que estavam ocorrendo em Porto Alegre, acontecimentos estes, ocasionados com o início da Revolução Farroupilha e o sítio, ocorrido na mesma cidade. O documento, em tom de queixa justificada, apresenta-nos importantes elementos da história de Canoas, nesta época denominada Fazenda do Gravatahy, afirmando a existência de escravos nestas terras, provavelmente, estabelecidos à margem do Rio dos Sinos, cenário na qual se localizava a casa do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire.

Dos escravos do sexo masculino, constam vários profissionais cujas habilidades eram empregadas em atividades fora da cidade. Destes escravos, os mais próximos de ofícios ligados ao campo eram o curtidor de couros Domingos e os campeiros José Mira, João Angola e Israel, sendo estes, fortes candidatos à hipótese de atuarem e/ou residirem na Fazenda do Gravataí. Além dos ofícios masculinos, as escravas “cabras”, como eram conhecidas pelo fato de proverem leite, eram importantes personagens dedicadas, entre outras coisas, à criação e amamentação dos filhos e filhas das famílias para a qual serviam. Eram amas de leite da prole

---

<sup>5</sup> Chama-se a pessoa que desbasta a madeira bruta para esquadrihá-la.

<sup>6</sup> O mesmo que toneleiro. Aquele que fabrica tonéis, pipas, barris etc.



Silva Freire, as cativas Barbara, Elena, Laurinda, Claudia, Laura, Filisbina e Joaquina, sendo estas, as que possuíam maior valor de mercado por possuírem dupla função.

Dentro deste quadro de conflitos e instabilidade social, política e econômica, Dona Rafaela decide realizar uma partilha extrajudicial destes bens, a fim de que seus genros pudessem auxiliar em suas manutenções e preservar, dessa forma, seu grande patrimônio. As informações encontradas fazem jus às palavras redigidas por José Joaquim dos Santos Ferreira, no momento em que se refere ao período como “época tão medonha”. Somente mais tarde, em novembro de 1869, devido ao descontentamento e à discordância dos herdeiros a respeito dos bens partilhados, Dona Rafaela cita judicialmente seus parentes, para que um acordo plausível de divisão fosse estabelecido na forma da lei.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Juiz Municipal

Porto Alegre, 6 de novembro de 1869.

Diz Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire, viúva do finado Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, que, tendo desde que começou sua viuvez em janeiro de 1836, administrado os bens de seu casal de acordo com os herdeiros, a quem tem dado partilha extrajudicial de muitos deles, ainda não se completar esta; e como a respeito de seu complemento não tem sido possível conseguir de pleno acordo dos herdeiros, requer a Vossa Senhoria que sirva de mandar citá-los sob pena de revelia; para, por si, ou por seus bastantes procuradores, virem à primeira audiência deste Juízo, nomear e aprovar peritos, que avaliem os bens, que se ão de partilhar (todos de raiz) ficando igualmente citados para todos os termos da partilha até final. Os herdeiros são todos maiores e residentes no segundo distrito desta cidade [...]. (FREIRE, 1869, p. 2).

De toda a sorte, Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire comandava com tenacidade as questões relativas ao seu patrimônio pessoal. Todo este empenho se refletia nos inúmeros processos judiciais movidos contra usurpadores de terras, abigeatários<sup>7</sup> e saqueadores, estes últimos, decorrentes do período da Guerra Farroupilha. Em abril de 1837, move uma ação reivindicando justiça e restituição de bens oriundos da sua Estância de Gravataí, praticado por um grupo de pessoas que subtraíam seus rebanhos vacuns, cavalares e muares. De um total de aproximadamente oito mil cabeças de gado e mais de trezentos equinos, este número reduzir-se-ia drasticamente para pouco menos de mil rezes e alguns poucos cavalos. Tais escamoteadas tornaram-se costumeiras, baseadas no subentendido vulnerável estado de viuvez de Dona Rafaela Freire. Ao pé da página de petição do processo, na solicitação de deferimento, utiliza como contundente argumento os assassinatos do marido e do filho: “A

<sup>7</sup> Que pratica o abigeato: espécie de crime de furto que envolve a subtração de animais, principalmente domesticados, como animais de carga e animais para abate, no campo e fazendas.

Vossa Senhoria se digne de deferir-lhe na forma requerida, tomando em consideração as circunstancias agravantes do caso precedido das mortes que houveram [...]” (FREIRE, 1843, p. 2v).

A Fazenda do Gravataí passa a sofrer uma onda de violentos saques à mão armada, estes por sua vez, facilitados pela pretensa vulnerabilidade de Rafaela e a possível fragilidade de segurança de suas terras, corroborando ainda para as tais subtrações, o tempo de guerra que pairava sobre a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Neste cenário de animosidades e instabilidade social e econômica, um importante vulto ligado às tropas republicanas e conhecido por sua participação no Combate da Ponte da Azenha de Porto Alegre, Manuel Vieira da Rocha, o Cabo Rocha, tem seu nome citado e ligado não somente ao assassinato do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire e Diogo Ferrer, mas também, ao abigeato praticado em terras da viúva Rafaela.

[...] que o Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire fora assassinado na sua Estancia no dia vinte e seis de janeiro por digo de janeiro do corrente ano de mil oitocentos e trinta e seis por uma partida do Cabo Manoel da Rocha e por isso sabe que no mesmo dia encontrou ela testemunha ao pé do Moinhos de Vento com a mesma partida a qual se compunha o dito Rocha que a comandava e assim mais os indivíduos um fulano Castilhos cunhado do mesmo Rocha, Sezefredo filho do capitão Pacheco, Maximiano Antonio dos Santos, um [*ilegível*] filho de Manoel da Silva Ramos, a que estes conduziam dois cavalos encilhados com selas que ele testemunha conhecem que eram do andar do mesmo falecido coronel e seu filho Diogo que também foi por eles assassinado conjuntamente com seu pai. E por verdade ele testemunha que o dito Cabo Rocha e a sua partida roubaram da Estancia dos suplicantes grande porção de gado vacum e cavalari [...]. (FREIRE, 1843, p. 6).

Uma extensa lista de nomes é apresentada à justiça como sendo participantes do grupo de usurpadores que atacaram a Fazenda do Gravataí após janeiro de 1836. Em outro trecho do mesmo processo Sumário<sup>8</sup>, Feliciano Nunes, morador na Freguesia da Capela de Viamão é detido como receptor de produtos do abigeato, não questionando a sua origem, ainda que os mesmos produtos apresentassem a marca de procedência da Fazenda de Dona Rafaela: “[...] Feliciano Nunes morador na Freguesia da Capela de Viamão, o qual foi encontrado na casa do mesmo doze couros da marca da mesma Fazenda de Gravataí os quais foram retirados de seu poder e depositados judicialmente [...]” (FREIRE, 1843, p. 8).

<sup>8</sup> Processo penal, realizado sem formalidades; processo simples, comum nas contravenções e nos crimes.

Anos mais tarde, em 1869, com o acordo de partilha dos bens restantes, as terras da antiga Fazenda do Gravataí passam a ser aquinhoadas entre os herdeiros em primeiro e segundo graus. Posteriormente, estas mesmas terra foram sendo cada vez mais fracionadas e cedidas em herança às diversas famílias, provenientes principalmente da estirpe dos Pinto Bandeira. Desta forma, o grande legado patrimonial advindo das Sesmarias<sup>9</sup> de Francisco Pinto Bandeira, bem como do soldo militar e pelo abigeato praticado por Rafael Pinto Bandeira desde o século XVIII, transforma-se ao longo dos anos nas inúmeras cidades que compõem a região metropolitana de Porto Alegre.

## 5. À guisa de conclusão

Num efusivo período de conturbadas agitações sociais, agitações estas que fugiam do contexto de uma práxis costumeiramente pacata, não só a família Pinto Bandeira Freire se deparou com os percalços e dificuldades na administração e manutenção de seus bens. A Revolução Farroupilha acometeu desde o cativo que carpia a roça e lidava no campo, até os ricos pecuaristas, charqueadores e comerciantes. O próprio assassinato do Coronel Vicente Ferrer e de seu filho Diogo em terras da atual cidade de Canoas, demonstra o quão abrangente foi e quão próximo estava este conflito de nossos ancestrais diretos. O estudo de caso apresentado foi apenas um exemplo das inúmeras ocorrências perpetradas durante a Guerra dos Farrapos envolvendo questões de saques e abigeato a grandes proprietários.

A revisão documental exposta propende para a investigação de algumas mazelas às quais a família Pinto Bandeira Freire fora acometida ao longo de parte do século XIX. Dessa forma, procuramos contribuir significativamente para a investigação, construção e consolidação de uma memória local, servindo-se para isso, do resgate de fontes primárias que envolviam diretamente as relações interpessoais e sócio econômicas em torno das terras que possuíam. Dentro da perspectiva temporal, os documentos analisados perpassam o final do Período Colonial e início do Primeiro Império.

Analisando com acuidade os motivos e a forma de como a Fazenda do Gravataí passou a ser dividida após 1836, compreendemos não somente como se efetivou tal divisão, mas também, os porquês de tal fracionamento e a grande preocupação de Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire em manter a hegemonia do imenso patrimônio adquirido por seu pai, o

---

<sup>9</sup> Lote de terra inculta ou abandonada que os reis de Portugal cediam aos novos desbravadores e povoadores.

Brigadeiro Rafael. O assassinato do Coronel Vicente Ferrer, somado aos constantes saques às suas terras e o desmantelamento de seu gado e escravaria num constante *crescendo*, corroboraram para a rápida divisão entre os herdeiros e os primeiros movimentos de povoamento e demarcação das terras da futura cidade de Canoas, já em meados da década de 1840.

Da mesma forma que observamos as primeiras transações imobiliárias envolvendo as terras da Fazenda do Gravataí, podemos observar o contingente de escravos que neste lugar viviam, sendo negros alforriados donos de pequenas propriedades, ou cativos propriamente ditos, trabalhando nos diversos ofícios diários a que estavam obrigados. A proposição de que estas pessoas em regime de escravidão viviam de forma permanente nas dependências da propriedade da família Pinto Bandeira Freire, corrobora para a tese do surgimento de um núcleo populacional já neste período, diretamente posterior à Guerra dos Farrapos, e aliado a políticas públicas que proporcionavam arranchamentos e ajuda de custo durante quatro anos às pessoas que se instalassem ao longo das estradas públicas. A construção da primeira estrada de ferro da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, quase trinta anos depois do fim do conflito farrapo, tonificou e consolidou a existência dos povoados que neste interstício, Porto Alegre – São Leopoldo, estavam estabelecidos, proporcionando anos mais tarde, o efusivo desenvolvimento das vilas e suas respectivas emancipações.

Destarte, baseando-se na difícil tarefa de administrar o espólio que a Rafaela Pinto Bandeira Freire coube de herança neste turbulento período de guerra, as linhas aqui descritas procuram contribuir para a elucidação deste caso específico da memória gaúcha, trazendo à luz significativas informações sobre suas origens e registros das primeiras ações que permearam os anos seguintes da história de Canoas.

### Referências

BOFF, Israel Tavares. **Memórias de José Joaquim dos Santos Ferreira (1838-1873)**. Canoas: ULBRA, 2017.

FREIRE, Raphaela Pinto Bandeira. **Processo de Inventário do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire**. Processo nº 1231 de 1836, Porto Alegre. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

FREIRE, Raphaela Pinto Bandeira. **Processo de Inventário do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire**. Processo nº 359 de 1869, Porto Alegre. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

FREIRE, Raphaela Pinto Bandeira. **Processo Sumário**. Processo nº 665 de 1843, Porto Alegre. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

FREIRE, Vicente Ferrer da Silva. **Processo Judicial Ordinário**. Processo nº 1159 de 1884, Porto Alegre. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

### **Obras Consultadas**

ANDERSON, Perry **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Trad. João Roberto Martins Filho.

ARCE, Ana Ines. **"Os verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades"**: uma história arquivística da Coleção Varela. 2011. Monografia (Graduação em Arquivologia). Departamento de Ciências da Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. **Guerra Civil no Brasil Meridional (1835/1845)**: anais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. (Coleção Varela, v. 17).

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. **Os segredos do Jarau**: documentos sobre a Revolução Farroupilha. Anais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. (Coleção Varela, v. 18).

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. **Os soldados libertos são os mais valentes**: documentos da Coleção Varela sobre a Revolução Farroupilha. Anais. São Leopoldo: Oikos, 2014. (Coleção Varela, v. 20).

BERUTE, Gabriel Santos. **Negócios em tempos de guerra**: apontamentos iniciais sobre a atividade mercantil durante a Guerra dos Farrapos. Anais do IX Encontro Estadual de História. Porto Alegre, 2008.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1963.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. Tese (doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

LAYTANO, DANTE DE. **Origem da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1983.

LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

SILVA, João Palma da. **As Origens de Canoas Conquista – Povoamento – Evolução**. 4. ed. Editora La Salle, 1989.

### APÊNDICE – LISTA DA ESCRAVARIA DA FAMÍLIA SILVA FREIRE

Relação dos escravos e escravas, destinados aos mais diversos tipos de trabalho, de propriedade do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, constantes em seu inventário de bens de 1836:

#	Nome do escravo	Idade	Profissão	Valor
01	Eva – preta	39 anos	Costureira	500\$000
02	Barbara – cabra <sup>i</sup>	35 anos	Engomadora	450\$000
03	Catharina – preta	41 anos	Lavadeira	450\$000
04	Elena – cabra	20 anos	Costureira	600\$000
05	Laurinda – dita	17 anos	dita	600\$000
06	Claudia – dita	16 anos	dita – doente	500\$000
07	Láura – dita	15 anos	dita – doente	550\$000
08	Francisca – preta	36 anos	Tecedeira	450\$000
09	Filisbina – cabra	24 anos	Engomadora	600\$000
10	Carolina – preta	16 anos	dita	550\$000
11	Joaquina – cabra	7 anos	aleijada do braço esquerdo	150\$000
12	Gertrudes – preta	9 anos	--	250\$000
13	Esmeria – dita	16 anos	Costureira	550\$000

14	Rita – mulata	5 anos	--	200\$000
15	Maria – preta	40 anos	doente	250\$000
16	Boa Ventura – mulato	35 anos	Sapateiro	600\$000
17	Gaspar – preto	28 anos	Cozinheiro	450\$000
18	João – moço	26 anos	Pedreiro	600\$000
19	José – preto	37 anos	dito	550\$000
20	Matheus – dito	33 anos	dito	600\$000
21	Jorge – dito	33 anos	Carpinteiro	650\$000
22	Felisberto – dito	25 anos	dito	650\$000
23	Adão – dito	42 anos	--	400\$000
24	Manoel – dito	20 anos	Carpinteiro	650\$000
25	Euzebio – dito	40 anos	dito	600\$000
26	Francisco – dito	45 anos	dito	500\$000
27	Domingos – dito	30 anos	Curtidor	550\$000
28	Esmael – dito	25 anos	Aprendiz	500\$000
29	Victorinno – dito	24 anos	dito	500\$000
30	Manoel da Serra – preto	47 anos	Oleiro	350\$000
31	Luiz – preto	26 anos	dito	450\$000
32	Joaquim Ribaldo – preto	24 anos	Oleiro	450\$000
33	Pedro – dito	--	Falquejador <sup>ii</sup>	450\$000
34	Francisco – dito	--	dito	450\$000
35	Moizes – dito	--	dito	400\$000
36	Manoel Moçambique – dito	--	Serrador	450\$000
37	Pedro – dito	--	dito	450\$000
38	José Mira – dito	--	Campeiro velho	500\$000
39	Domingos – dito	--	Tanoeiro <sup>iii</sup>	550\$000
40	Joaquim [sobre si] – dito	--	--	450\$000
41	Simão – dito	--	--	400\$000
42	Miguel – dito	--	--	400\$000
43	Lino – dito	--	--	400\$000
44	Caetano – dito	--	--	400\$000
45	Manoel Furmiga – dito	--	--	400\$000
46	Antonio Nazario – dito	--	velho	200\$000
47	Jozé Nazario – dito	--	--	450\$000
48	Pedro Nazario – dito	--	velho	250\$000
49	David – dito	--	--	400\$000
50	Sebastião – dito	--	--	450\$000

51	João – dito	--	sofre de ataques epiléticos	200\$000
52	Jozé Amaro – dito	--	--	300\$000
53	João Angola – dito	--	Campeiro	450\$000
54	Manoel Cabindo – dito	--	--	350\$000
55	Jozé Coimbra – dito	--	velho	300\$000
56	Joaquim Cabundá – dito	--	--	450\$000
57	Jozé Mingáu – dito	--	--	350\$000
58	Alexandre – dito	7 anos		250\$000
59	Valleriano – dito	4 anos	--	150\$000
60	Evaristo – dito	2 anos	--	80\$000
61	Pio – dito	5 anos	--	130\$000
62	Israel – dito	--	Campeiro por estimativa	500\$000
63	Daniel – dito	--	dito dito	500\$000
64	Bazilio Mulato – [velho]	--	Falquejador [dito]	400\$000
65	Feliz – dito	20 anos	dito	500\$000
66	Thomas – preto	--	Barbeiro	500\$000

<sup>i</sup> Como eram chamadas as negras e/ou mulheres "de cor" destinadas ao serviço de amas de leite. Com abundante produção de leite materno.

<sup>ii</sup> Chama-se a pessoa que desbasta a madeira bruta para esquadrihá-la.

<sup>iii</sup> O mesmo que toneleiro. Aquele que fabrica tonéis, pipas, barris etc.